

## Ainda o Orçamento de Estado

# HABITAÇÃO

# e SAÚDE

# também

# mais caros

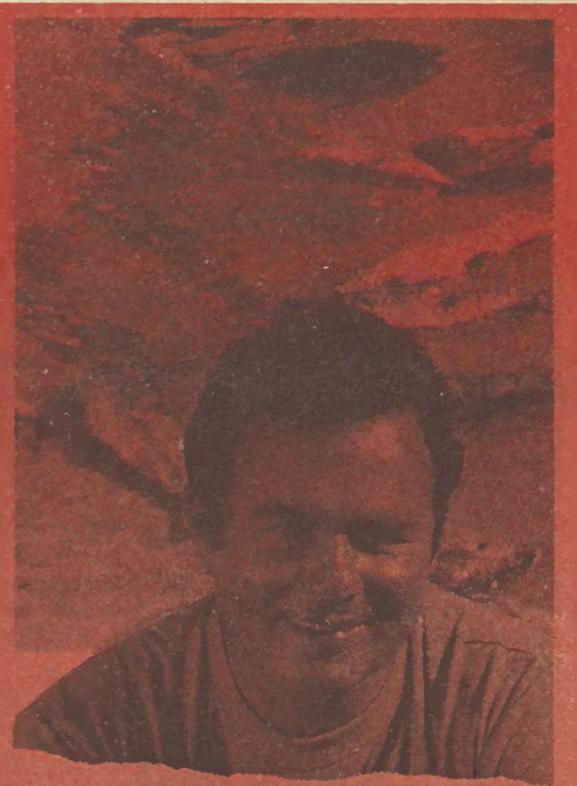
Nota  
da Comissão  
Política  
Pág. 3

# JORNADA DE PROTESTO

# EM 12 DE FEVEREIRO

«A jornada de acções diversificadas de protesto e de luta convocada pela CGTP para o próximo dia 12 de Fevereiro comporta, por isso, um imperioso apelo à participação de todos os que queiram contribuir para barrar a ofensiva anti-social do Governo Cavaco Silva.»

Editorial — Págs. 4 e 5



## Macário Correia não tinha razão

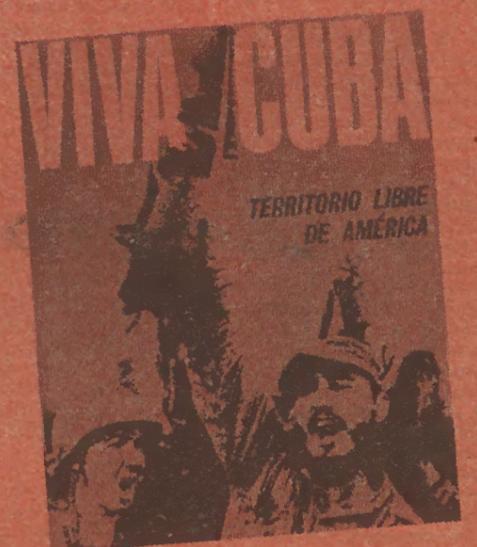
Câmara de Vila Franca  
ganhou o processo sobre  
a morte dos peixes Pág. 20

## *Passe social mais caro*

Pág. 21

## Governo retira 50 milhões de contos às autarquias

Pág. 6



## *Solidariedade com Cuba*

Págs. 12, 22, 30 e 31

## EDITORIAL

# Jornada de 12 de Fevereiro

## O caminho da luta e da alternativa



A realização da Prova Geral de Acesso ao Ensino Superior vem dar razão à forte onda de protesto que a sua introdução provocou entre os estudantes das escolas secundárias (foto de um desfile em Lisboa, a 3 de Março de 1989)

## RESUMO

29

## Quarta-feira

Ramalho Eanes, Eurico de Melo, Barbedo de Magalhães e Vitorino Magalhães Godinho, entre outras personalidades, entregam ao embaixador dos EUA um abaixo-assinado exigindo que seja reapreciada a posição nor-america sobre Timor-Leste ■ Armadores e pescadores da pesca artesanal do Barlavento algarvio decidem levantar o bloqueio dos portos e retomar a actividade, após uma reunião com o governador-civil ■ Um desastre ecológico mata centenas de peixes no rio Lis ■ Apoio internacional no desarmamento e críticas internas na economia caracterizam as reacções ao discurso de Bush sobre o estado da União ■ Boris Ieltsin anuncia que foram já neutralizados 600 mísseis balísticos da ex-URSS, propondo-se partilhar um programa de defesa estratégica com os EUA ■ Felipe Gonzalez conclui uma visita oficial a Angola ■ Terminam em Moscovo as negociações multilaterais para a paz no Médio Oriente.

30

## Quinta-feira

O Governo aprova o regulamento da 2ª fase da privatização do BPA e o diploma que reintroduz as taxas moderadoras nos serviços de saúde pública ■ Juntando a sua voz a colegas de outros estabelecimentos de ensino, estudantes da Secundária do Restelo manifestam-se exigindo segurança ■ Na sequência de um escândalo relacionado com escutas telefónicas, Charles Haughey anuncia que se vai demitir de primeiro-ministro da Irlanda e de líder do Fianna Fail.

31

## Sexta-feira

O plenário nacional de sindicatos da CGTP marca para 4, 5 e 6 de Março de 1993 o 7º Congresso da central ■ Os trabalhadores do Metropolitano de Lisboa levam a cabo uma greve de 24 horas ■ Após uma reunião de antarcas comunistas, Luís Sá anuncia que o Grupo Parlamentar do PCP vai levantar na AR a questão da inconstitucionalidade da Lei do Orçamento, que contraria a Lei das Finanças Locais ■ Cavaco Silva faz o balanço do primeiro mês de Presidência portuguesa da CEE ■ Reúnem nas Nações Unidas os chefes de Estado ou de Governo dos 15 países membros do Conselho de Segurança ■ Em Praga tem lugar uma reunião de ministros dos Estrangeiros dos 48 países da Conferência para a Segurança e Cooperação Europeia ■ Joaquim Chissano propõe que Portugal intervenha como observador nas conversações de paz com a Renamo ■ Na Argélia voltam a registar-se confrontos entre forças policiais e apoiantes da Frente Islâmica ■ A OLP protesta contra a decisão das autoridades francesas de colocarem sob vigilância o dirigente palestino Georges Habbache, em tratamento em Paris.

## 1 Sábado

Reunidos em Camp David, Bush e Ieltsin decidem continuar a

estudar as propostas de desarmamento e agendam mais dois encontros para 1992 ■ Entra em vigor um cessar-fogo em El Salvador, fiscalizado pela ONU e festejado em todo o país ■ Um contra-ataque arménio faz 30 mortos no enclave de Nagorno-Karabakh ■ O parlamento italiano aprova uma moção que implica a sua autodissolução e a realização de eleições legislativas.

2

## Domingo

Jorge Sampaio reconhece a vitória de António Guterres na eleição de delegados para o próximo congresso do PS ■ O primeiro-ministro chinês, Li Peng, chega a Lisboa em visita oficial ■ A central alemã IG Metall aceita um acordo salarial de compromisso, desmarcando a greve na siderurgia e anunciando nova consulta à classe ■ O presidente italiano marca eleições gerais antecipadas para o início de Abril ■ Os autonomistas sérvios da Krajina aceitam o plano de paz da ONU e o envio de *capacetes azuis* para a região ■ Ao contrário do que sucedeu com a Letónia e a Lituânia, a Estónia não chega a acordo com a Rússia sobre os termos da retirada das tropas da ex-URSS.

3

## Segunda-feira

A Comissão Executiva da CGTP analisa matéria reivindicativa e a preparação da jornada nacional de luta marcada para dia 12 ■ Em todo o País 120 mil estudantes do 12º ano são submetidos à Prova Geral de Acesso ao Ensino Superior ■ Michel Quevit, especialista na área do desenvolvimento regional, adverte no diário belga *Le Soir* que o mercado interno de 1993 pode ter efeitos extremamente negativos para a economia portuguesa ■ Contrariando o anúncio feito pela Presidência jugoslava, o líder sérvio da Krajina rejeita o plano de paz da ONU ■ No Chipre tem início uma reunião de representantes de 150 países não-alinhados para debater a reforma do movimento ■ Frederick de Klerk e Nelson Mandela recebem em Paris o prémio Unesco pela busca da paz em 1991 ■ O Governo angolano recebe da delegação da CEE que visitou o país a promessa de apoio excepcional caso sejam respeitados os acordos de paz.

4

## Terça-feira

A Comissão Política do Comité Central do PCP afirma que o Orçamento de Estado para 1992 não cumpre as promessas eleitorais de Cavaco Silva ■ O primeiro-ministro chinês, Li Peng, termina a sua visita oficial ao nosso País ■ Tentativa de golpe de Estado na Venezuela provoca cerca de 300 vítimas, entre mortos e feridos ■ Representantes de países Não-Alinhados, reunidos em Chipre, recusam extinção do Movimento e defendem a sua reconversão.

Depois do assalto fiscal anunciado na proposta de Orçamento do Estado, até temos, inexorável, a pancada dos aumentos dos preços.

A precissão ainda vai no adro, mas já estão confirmados alguns dos piores receios com os aumentos das tarifas de electricidade, da água, dos correios, dos telefones, dos táxis e os aumentos dos preços de alguns produtos alimentares, como o pão.

Os cuidados de saúde vão tornar-se ainda mais inacessíveis, pois, além do já anunciado aumento dos medicamentos, o Governo resolveu criar novas «taxas moderadoras» e agravar as existentes nos Serviços de Saúde.

As alterações introduzidas no IVA, designadamente a eliminação da taxa zero vão provocar, como todos os comentadores observam, uma subida significativa dos preços de todos os produtos alimentares e de outros bens de primeira necessidade, dos livros e dos jornais.

Ao contrário do que declarou o ministro das Finanças, os portugueses não ficarão sequer ao abrigo do «imposto da inflação», pois, é mais que certo que as medidas fiscais que o Governo adoptou tornam ainda mais inatingíveis os objectivos que fixou para a inflação.

«Esperem-lhe pela pancada», observaram os comunistas em face da reedição da maioria absoluta do PSD nas eleições de 6 de Outubro. Os factos aí estão a confirmar as chamadas de atenção, prevenções e advertências do PCP.

Não é preciso inventar tudo o que de pior aconteceu desde as eleições para a Assembleia da República e compará-lo com as promessas eleitorais de Cavaco Silva para pôr em evidência o ludíbrio e a mentira da sua campanha eleitoral. Basta, para fazer esse esclarecedor cotejo, anotar alguns dos factos mais significativos da sua política social: despedimentos em massa logo nos dias que se seguiram ao acto eleitoral; exíguos aumentos das reformas e pensões; contenção salarial; bloqueamento da negociação colectiva; adiamento do aumento do salário mínimo nacional; aumento brutal dos impostos e dos preços; «taxas moderadoras» para a saúde; medicamentos mais caros; anúncio de um severo aumento das propinas do ensino superior, ainda no ano corrente.

O agravamento das condições de vida que a política do Governo provoca atinge tanto os que votaram noutros partidos como os que votaram no PSD. Todos têm a obrigação de lutar para o impedir.

A jornada de acções diversificadas de protesto e de luta convocada pela CGTP para o próximo dia 12 de fevereiro comporta, por isso, um imperioso apelo à participação de todos os que queiram contribuir para barrar a ofensiva anti-social do Governo Cavaco Silva.

A criação de novas «taxas moderadoras» da saúde e o agravamento das já existentes merecem, pelas suas graves implicações sociais, uma atenção particular.

O Governo não revelou ainda como serão regulamentadas, mas esclareceu que vão incidir não apenas nos meios complementares de diagnóstico, como já acontecia, mas também nas urgências hospitalares e nos cuidados prestados nos centros de saúde. É tudo a pagar. O ministro já revelou, também, que as taxas poderão atingir mil escudos por acto. Isto é, com custo agravado.

Trata-se, pois, com toda evidência, de uma nova barreira a impedir o acesso dos portugueses de mais baixos recursos aos serviços de saúde; quer pelos custos, quer pela burocracia em que se verão envolvidos os que tiverem direito a isenção.

Trata-se também de uma nova forma de «empurrar» alguns doentes para as clínicas privadas, pois, alguns pensarão que «pagar por pagar»...

Trata-se, finalmente, da continuação política do Governo de se desresponsabilizar em relação às obrigações sociais do Estado.

São da mais pura hipocrisia as tentativas governamentais para apresentar a criação de novas taxas de saúde como medidas moralizadoras que penalizariam as classes mais abastadas. Ora, é sabido que essas classes ou não frequentam esses serviços taxados, ou se os frequentam com imoderada hipocondria não é por causa das taxas que o deixarão de fazer. As taxas vão afugentar «o povo mais miúdo» e ainda pela razão reforçada da combinação das taxas com o aumento do preço dos remédios.

As inovações governamentais em matéria de taxas de saúde são reveladoras do manifesto alheamento e desrespeito do Governo pelo que estabelece a Constituição.

Em relação ao Serviço Nacional de Saúde é oportuno recordar que foi muito grave a alteração introduzida na lei fundamental, na revisão de 1989, da responsabilidade do PSD e do PS, que substituiu a expressão que garantia a sua gratuidade, por outra que diz que é «tendencialmente gratuito».

De qualquer maneira, não cabe na cabeça de ninguém que a tendência para a gratuidade se concretiza fa-

zendo pagar o que era gratuito e encarecendo o que já era pago.

Só o cavaquismo, que chama ao aumento brutal dos impostos «harmonização fiscal», é que era capaz de se lembrar de que a melhor maneira de baixar as taxas sobre a saúde é começar por subi-las.

O PCP, que não acredita nestes «milagres», vai chamar a ratificação na Assembleia da República, como foi anunciado por Carlos Carvalhas, em nome da Comissão Política, o diploma que cria as «taxas moderadoras» sobre a saúde e defender, pura e simplesmente, a sua revogação.

As lutas concretas contra alguns aspectos particularmente gravosos da política governamental do PSD, nomeadamente no campo social, não podem fazer esquecer que esses aspectos fazem parte de um todo que é a política de direita visando a restauração dos grupos monopolistas e do poder do grande capital em todas as áreas da vida do País.

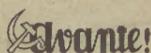
A ofensiva contra as condições de vida dos trabalhadores e do povo, em geral, é acompanhada de ofensivas, com a mesma natureza de classe, no campo económico, especialmente através das privatizações, de outras medidas visando a concentração da riqueza e a criação dos grupos monopolistas e, no campo político com a monopolização do poder pelo PSD, a governamentalização do regime e a degradação da democracia política.

O combate à governação do PSD e à estratégia da direita, cujo acelerado desenvolvimento está à vista de todos e é crescentemente sofrido pelo nosso povo e o nosso país, exige de todas as forças democráticas, no plano social e no plano político, a convergência na resistência e o lançamento do trabalho para uma alternativa democrática.

As estratégias bipolarizadoras que se manifestaram no campo democrático, bem como as tentativas de credibilizar alternativas protagonizadas por uma só força, deram os resultados negativos que estão à vista. É tempo de abandonar essas derrotadas concepções e de não as substituir por novas miragens que terão sorte igual.

Pensar numa alternativa à direita responsabilmente implica reconhecer o papel insubstituível que o PCP desempenha na luta popular e na vida nacional, pelo conhecimento dos problemas e preparação para lhes dar solução, pela sua combatividade e firmeza, pela sua organização e profunda ligação aos trabalhadores.

Só com o PCP é possível uma alternativa à direita e da parte do PCP há um decidido empenhamento em a tornar possível.



Proletários de todos os países UNI-VOSI

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 82 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial «Avante!» — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos. Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e Impresso na Heika Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal n.º 205/85

## TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 5.707\$50

ESPAÑA — 50 números: 7.090\$00

MACAU — 50 números: 11.140\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 12.190\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA E TODO O TERRITÓRIO DA URSS) — 50 números: 13.350\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 16.450\$00

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

# Nota da Comissão Política do Comité Central do PCP

## O agravamento fiscal do OGE é o maior dos últimos anos

Na sua reunião de 3 de Fevereiro de 1992, a Comissão Política do Comité Central do PCP analisou as incidências socioeconómicas da proposta orçamental e das últimas medidas governamentais, bem assim como as medidas do Governo sobre os Acordos de Schengen.

### A proposta de Orçamento do Estado

A Comissão Política do PCP chama a atenção da opinião pública para o facto de, contra todas as evidências, o Governo, e em particular o ministro das Finanças, continuar a pretender negar que a proposta de Orçamento do Estado apresentada à Assembleia da República contém em si um inequívoco e pesado agravamento da carga fiscal que incidirá no essencial sobre os trabalhadores e as camadas médias.

A verdade é que o agravamento fiscal é real e, a ser aprovado, não só será o maior agravamento anual registado nos últimos anos como pesará em especial sobre as famílias de menores recursos, pelo facto de atingir essencialmente os impostos indirectos.

A Comissão Política do PCP reafirma que as alterações que o Governo pretende introduzir no IVA não resultam de quaisquer imposições comunitárias, sendo da exclusiva responsabilidade e opção política do Governo de Cavaco Silva.

Tais alterações, só por si, têm um impacto directo sobre o actual Índice de Preços no Consumidor de 2,5 pontos percentuais (em média anual), tornando ainda mais incrível a «meta» de inflação de 8% propagandeada pelo Governo. Nestas circunstâncias, a Comissão Política do PCP chama a atenção para o facto de os portugueses estarem sujeitos a um outro agravamento da carga fiscal, por efeito do chamado «imposto inflação», já que as actualizações dos escalões e deduções no IRS se processam a uma taxa inferior à taxa de inflação efectiva prevista para o ano corrente.

O PCP alerta igualmente a opinião pública de que os preços de bens e serviços essenciais recentemente decretados pelo Governo, e outros que o serão em breve, virão a ser de novo aumentados na sua generalidade no próximo mês de Abril, se o OE vier a ser aprovado pela maioria parlamentar do PSD.

A Comissão Política do PCP denuncia também a falsidade das afirmações do Governo de que as dotações para a habitação são fortemente reforçadas no OE para 1992.

A verdade indelmentável é que as verbas inscritas no OE - incluindo as constantes dos orçamentos do Instituto Nacional da Habitação e do Instituto de Gestão do Património Habitacional do Estado - registam um acentuado decréscimo real, já que em termos nominais aumentam, apenas, cerca de 2,4% em relação ao OE de 1991.

Significativamente, as dotações orçamentais para a bonificação de juros à aquisição de habitação própria são reduzidas em 6 milhões de contos (-14%).

A séria questão social da habitação, que afecta centenas de milhares de portugueses, vai continuar a agravar-se com este OE, e o Governo de Cavaco Silva continua a mostrar-se incapaz de implementar uma política habitacional global e eficaz que dê resposta às enormes carências existentes.

O PCP, como já anunciou, dará uma atenção prioritária às questões da habitação, em especial da habitação social, no debate do Orçamento do Estado.

Igualmente no âmbito do orçamento do Serviço Nacional de Saúde há razões para a preocupação e o protesto dos portugueses. Um aumento nominal de apenas 10% das dotações para os cuidados de saúde (sem encargos com o pessoal), é manifestamente insuficiente para fazer face aos aumentos de preços dos medicamentos e outros produtos e serviços de saúde e, simultaneamente, suportar o agravamento da taxa do IVA de zero para 5% (recorde-se que em 1991 os preços dos bens e serviços relacionados com a Saúde aumentaram 14,2%, bastante acima da taxa média de inflação).

No âmbito da carga fiscal, da habitação, da saúde, e de outras áreas como a segurança social e a acção social escolar, o Orçamento do Estado para 1992 é uma cabal demonstração de que as promessas eleitorais de Cavaco Silva e do PSD não eram para cumprir.

Como o PCP atempadamente alertou, tais promessas visaram, exclusivamente, caçar os votos dos eleitores.

O Partido Comunista Português, por intermédio do seu Grupo Parlamentar, vai apresentar propostas correctivas em relação a este Orçamento de confisco, quer em relação aos impostos (IVA, IRS, etc.), quer em relação ao orçamento das despesas (tendo em atenção especial a situação dos reformados e pensionistas, a habitação social, a saúde e toda a problemática relativa à toxicod dependência).

### Taxas moderadoras

O Governo de Cavaco Silva/PSD decidiu após as eleições, na sua última reunião de Conselho de Ministros, novas taxas ditas moderadoras nos Centros de Saúde, urgências hospitalares e Meios Complementares de Diagnóstico.

Trata-se de um novo e gravoso passo no sentido de dificultar ainda mais o acesso dos portugueses a um direito fundamental: o direito à saúde.

A Comissão Política do PCP chama a atenção dos portugueses para a grande operação de mistificação lançada pelo Governo e por outros responsáveis sociais-democratas na área da saúde.

Com efeito, importa clarificar que não são 45% dos portugueses que vão ficar isentos, mas sim 55% dos portugueses que vão passar a ser penalizados com as taxas agora decididas.

Por outro lado, ao invocar a existência de salários de 500 contos/mês e um pretensão critério de maior justiça no acesso ao direito à saúde em relação aos mais desfavorecidos, o Governo Cavaco Silva/PSD e a sua maioria na Assembleia da República mais não fazem que pôr em

evidência a sua hipocrisia e falta de escrúpulos para tentar manipular a opinião pública.

Os portugueses sabem que é uma ínfima minoria o número daqueles que ganham salários de 500 contos/mês, como sabem, e não é difícil constatar-lo, que não são estes os portugueses que se levantam às três horas da manhã para conseguir uma consulta no Centro de Saúde, nem são os que vão para os bancos das urgências hospitalares, esperam meses ou anos por uma consulta na especialidade ou os que deixam de comprar medicamentos em função das baixas participações do Estado.

Não é o agravamento das taxas moderadoras que vai pôr termo aos estrangulamentos existentes nos Serviços de Saúde, pois elas não vão aumentar o número de médicos de família de que carecem cerca de um milhão e quinhentos mil portugueses, nem suprir as carências de enfermeiros e outros técnicos de saúde.

Se o PSD, o seu Governo e a sua maioria na Assembleia da República tivessem de facto como preocupação uma política de maior justiça social, se quisessem de facto penalizar os altos rendimentos, então fá-lo-iam através do IRS e IRC o que, além do mais, evitaria a criação de novos e mais pesados aparelhos burocráticos. Mas não é esse o caso, como se pode verificar na proposta orçamental, nem em relação aos impostos, nem em relação aos benefícios fiscais.

É aliás significativo que quanto a esta matéria na proposta orçamental para 1992 o Governo crie novos benefícios fiscais para a especulação bolsista - aplicações financeiras, comportando o seu custo ao erário público em mais de 11 milhões de contos, valor bastante aproximado do que o Grupo Parlamentar do PSD considerou custar o projecto do PCP que permitia o acesso gratuito aos medicamentos aos cidadãos de baixos recursos e que por essa razão o PSD votou contra!

A Comissão Política do PCP que condena energeticamente a política anti-social do Governo Cavaco Silva/PSD, exorta todos os seus militantes para que em unidade com os restantes trabalhadores desenvolvam as mais diversas acções de luta em defesa dos seus direitos e interesses, ao mesmo tempo que declara desde já a sua intenção de recomendar ao Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República que intervenha no sentido de chamar à ratificação do decreto-lei agora anunciado, no sentido de defender a sua revogação.

### Política de Educação

A Comissão Política do PCP renova as suas críticas à PGA (Prova Geral de Acesso) e reclama a instituição de um novo e mais justo sistema de acesso ao ensino superior.

A extinção da PGA impõe-se porque se trata de uma prova pedagógica e cientificamente inadequada, porque acentua desvantagens ditadas pela origem sociocultural dos candidatos e porque na realidade apenas constitui um obstáculo injusto e sobretudo desnecessário no acesso ao ensino superior.

A Comissão Política do PCP observa com preocupação as expressões de degradação do sistema educativo nacional e do abaixamento da qualidade do ensino, que resultam da política do Governo de desvalorização do ensino público e de crescente desresponsabilização por

parte do Estado em relação aos direitos educativos do povo português que lhe cumpre constitucionalmente garantir.

A Comissão Política do PCP chama a atenção para a política que o Governo prossegue de efectiva desvalorização dos docentes, de que são expressão o incumprimento de compromissos remuneratórios assumidos para com os professores do ensino superior e os obstáculos erguidos à progressão das carreiras.

### Os Acordos de Schengen

A Comissão Política do PCP chama também a atenção dos democratas e da opinião pública para a discricção com que o Governo Português pretende implementar os Acordos de Schengen, à boleia do Orçamento, inscrevendo verbas para a aquisição de um edifício específico relativo a tais acordos e para a diligência silenciosa como prepara a sua ratificação.

A Comissão Política do PCP alerta ainda a opinião pública para as condições confidenciais, sem debate prévio na Assembleia da República e sem a auscultação dos partidos da oposição, em que decorreu a assinatura realizada por parte do Governo Português dos acordos de Schengen que dizem respeito a matérias que tocam directamente os direitos fundamentais dos cidadãos.

Questões essenciais relativas às liberdades individuais e ao futuro da sociedade, quanto se trata da imigração, da droga, do direito de asilo e do terrorismo, não podem afastar a representação nacional e serem entregues à mera negociação diplomática tradicional, ficando a Assembleia da República convidada à mera ratificação pelo sim ou pelo não.

A Comissão Política do PCP alerta a opinião pública de que estamos perante mais um caso grave de «democracia confiscada», da transferência de facto da competência legislativa para o executivo, em que a pretexto de se suprimir os controlos dos cidadãos dos Estados signatários se procuram criar novos controlos, novas instâncias burocráticas e repressão (política interna) nomeadamente sobre os emigrantes o que adquire ainda maior relevo quando é claro o manifesto ascenso das manifestações de intolerância, de racismo e xenofobia na Europa. Os acordos corresponderão à aplicação de severas medidas restritivas em matéria de acesso, residência, trabalho de nacionais de países terceiros e a uma estreita cooperação policial de serviços de informação dos países signatários dando origem ao «sistema de informações de Schengen» com o acesso aos diferentes ficheiros nacionais!

\*\*\*\*\*

Face à política do Governo e às suas medidas mais gravosas, a Comissão Política do PCP salienta o alto valor das lutas em curso em múltiplas empresas e sectores socioprofissionais, manifestando-lhes o seu apoio e apela à adesão maciça dos trabalhadores e do povo português à jornada de luta convocada pela CGTP no dia 12 do corrente mês.

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

## Acerca da «ingerência»...

Solicitado, na conferência de imprensa, a comentar a situação laboral e as notícias e comentários que recentemente têm surgido acerca da «ingerência» do PCP no movimento sindical unitário, o secretário-geral adjunto do PCP fez questão de produzir algumas afirmações sobre o tema.

«A CGTP - começou por sublinhar - é uma grande força social e uma valiosa realidade da democracia portuguesa que, no momento actual, através das lutas em curso, está de novo testemunhando o seu importante papel na defesa dos interesses dos trabalhadores, e que conta hoje, como sempre contou, com o apoio do PCP.

«O PCP não colaborará, nem em especulações, nem em empolamentos em torno de diferenças de conceitos e opiniões que são naturais relativamente a problemas tão complexos como aqueles que defronta a organização e a luta dos trabalhadores», prosseguiu Carlos Carvalhas, sublinhando que «o PCP não praticou e não pratica qualquer ingerência na vida interna da CGTP. Respeita a sua autonomia e tem insistentemente valorizado a contribuição que, ao lado dos comunistas, é dada ao movimento sindical unitário por dirigentes e activistas sindicais com distintas orientações políticas e ideológicas».

«O PCP e os seus dirigentes, quadros e militantes - disse o secretário-geral adjunto - exprimem, com a mesma legitimidade com que outros o fazem, opiniões sobre concepções ou problemas respeitantes ao movimento sindical e que, além do mais, interessam naturalmente aos



militantes do Partido que participam no movimento sindical.

«É de admitir que algumas das acusações ao PCP de ingerência na vida interna da CGTP possam ter por base mais a leitura de títulos e relatos defeituosos de órgãos de imprensa, do que a ponderação serena e rigorosa das verdadeiras afirmações feitas por dirigentes do PCP.»

Por fim, Carlos Carvalhas recordou que, «ao contrário do que certos comentaristas procuram fazer crer, o PCP considerou muito positivas as conclusões e decisões da recente Conferência Sindical

Nacional, incluindo a adesão à CES e a unidade dos trabalhadores».

Respondendo a outras questões dos jornalistas, o secretário-geral adjunto do PCP desenvolveu alguns dos assuntos referidos na nota da Comissão Política.

No final da conferência de imprensa, e a propósito da ausência de uma equipa de reportagem da RTP, Carlos Carvalhas revelou que o PCP apresentou na Alta Autoridade para a Comunicação Social uma queixa contra a Televisão, que há já duas semanas não noticia as posições ou a actividade do Partido.

## TRABALHADORES

DISTRIBUIÇÃO  
CERVEJEIRA  
EM RISCO

Os colombianos da Bavaria/Santo Domingo estão a tentar destruir a rede de distribuição directa da Centralcer, procurando substituí-la por uma rede de muitas pequenas unidades empresariais altamente dependentes e sem poder negocial nem reivindicativo. O alerta foi lançado na sequência de uma reunião de membros da CT da Centralcer e sindicalistas do comércio e serviços e da indústria de bebidas, realizada recentemente na sede da CGTP-IN. Na reunião, como refere um comunicado do CES/Sul, foram identificadas algumas linhas de orientação na Centralcer (como a redução da actividade, a perda de produtos, a redução do pessoal e a pressão para que motoristas e ajudantes adquiram os carros e transformem as actuais equipas de distribuição em empresas individuais).

Além de estar prevista, a curto prazo, a realização de outra reunião para definir linhas de actuação a nível legal, sindical e social, o CES/Sul decidiu criar um grupo de trabalho específico com representantes dos trabalhadores das empresas da sua área (Unicervi, Cervibel, Cervisul e Refricel).



## MINEIROS EM GREVE

Os trabalhadores das minas da Panasqueira estiveram em greve, com uma adesão de 97%, nos dias 29 e 30 de Janeiro exigindo aumentos salariais de 20 por cento. Os mineiros exigem igualmente mais segurança no trabalho e melhores regalias sociais. Protestando contra a proposta patronal de aumentos de 6,5 por cento, os trabalhadores afirmam haver condições financeiras para satisfazer as suas reivindicações. A Federação dos Metalúrgicos e Mineiros salienta a disponibilidade para a luta, apontando para a realização de um plenário caso a administração não evolua nas suas posições.

## MINICALCA FALIU

O Tribunal Judicial de Viana do Castelo declarou a falência da empresa de confecções Mincalca, de Barroselas. A decisão foi tomada após a assembleia de credores de dia 23 e lança no desemprego 270 trabalhadores. O sindicato têxtil do Minho e Trás-os-Montes, citado pela Lusa, responsabiliza a administração da empresa pelo sucedido e vai actuar, nomeadamente junto do governador civil de Viana do Castelo, para encontrar formas de minimizar os problemas sociais provocados pela falência da Mincalca.

## CEL-CAT PAROU

A fábrica de cabos eléctricos Cel-Cat voltou a paralisar no dia 28. Os trabalhadores recorreram à greve como forma de protesto contra os aumentos de 10 por cento que a administração processou nos salários de Janeiro, à revelia das negociações do acordo da empresa. A adesão voltou a ser forte, superior a 90 por cento, segundo referiu à Lusa um dirigente do SIESI.

Também na Autosil a produção parou por três horas na terça-feira, em consequência do segundo dia de greve por aumentos salariais de 16 por cento.

PENEDA DORME  
«A SONO LENTO»

Para dia 4 de Fevereiro foram convocados o conselho

distrital da União dos Sindicatos de Braga e o plenário distrital de dirigentes sindicais, delegados e membros de comissões de trabalhadores «para decisões sobre formas de luta».

Num comunicado sobre a situação social no distrito, onde se anunciava esta reunião, a comissão executiva da USB afirmava que Silva Peneda «dorme a sono lento, porque continua a não ver a realidade e os motivos que levam a que o País, e em particular este distrito, sofra um dos piores flagelos dos últimos tempos». Dia 19, no Sameiro, aquele governante afirmou que o trabalho infantil atinge apenas «15 mil crianças em todo o País», e que «o maior problema é cultura».

LUTAS  
NA MADEIRA

O sector de alimentação e bebidas da RA da Madeira esteve em greve na segunda-feira, dia 3, lutando contra a proposta patronal de aumentos de 10 por cento, que tem por trás «o Governo regional a tentar impor um tecto salarial para a Região», como denuncia a comissão sindical do PCP/Madeira numa nota que fez chegar à nossa redacção e onde refere a forte adesão dos trabalhadores das rações (100%), das bolachas da Saborável (100%) e das moagens (90%). Aquele organismo manifesta a sua solidariedade para com a luta da alimentação e bebidas, apela à unidade de todos os trabalhadores madeirenses na luta por melhores condições de vida e chama a atenção para a necessidade de participarem na concentração convocada pela União dos Sindicatos frente ao Governo regional, no dia 12 de Fevereiro, no quadro da jornada nacional convocada pela CGTP.

## HOTEL ESPADARTE

Um plenário dos trabalhadores do hotel Espadarte decidiu segunda-feira exigir da administração o pagamento imediato dos salários, em dívida desde Novembro. Caso a situação não seja regularizada até dia 13, o sindicato da Hotelaria do Sul ficou mandatado para desenvolver formas de luta, incluindo a greve.

Professores e médicos  
aderem à greve  
da Administração Pública

Convergem na acção várias correntes sindicais. Marcada para 18 do corrente, a paralisação foi decidida para abranger todo o território nacional

Aos 8 por cento do Governo a resposta é a luta, destaca o Stal (sindicato das autarquias), uma das organizações mais activas na movimentação do sector. A greve nacional é declarada em conjunto pelos sindicatos da CGTP e da UGT com a adesão manifesta dos médicos e dos professores. Já em 29 de Janeiro, as duas comissões negociadoras sindicais afectas àquelas confederações assinavam em Lisboa um comunicado conjunto, o que acontece a este nível pela primeira vez.

Nesse documento, muito severo para a atitude do Governo, que continua a tentar impor aumentos salariais de 8 por cento, as comissões negociadoras da CGTP-IN e da UGT manifestaram-se disponíveis para «discutir o prosseguimento de outras acções de luta convergentes».

No texto de 29 lê-se ainda que essas acções podem ainda desenvolver-se, além da greve, «em torno do debate do Orçamento do Estado na Assembleia da República e da negociação das restantes matérias relativas ao regime da Função Pública».

No mesmo texto subli-

nam-se as posições convergentes na greve:

● Tentativa governamental de impor aumentos salariais de 8 por cento;

● Criação de excedentes e despedimentos, com grave aumento da precariedade no emprego público;

● O Governo recusa-se a alterar carreiras e a proceder a um descongelamento de escalões que corrijam injustiças relativas e distorções.

Nas declarações públicas entretanto produzidas, os sindicatos, federações e organizações representativas reafirmavam que a proposta salarial de 15 por cento é possível, justa e negociável.

O apelo à «não viabilização de acordos» alheios à negociação colectiva global foi fortemente sublinhado pelo Stal.

Ainda no âmbito da Administração Pública, a Federação (FNSFP) anunciava segunda-feira na Inspeção Económica, as greves seguintes de 24 horas:

11.2 — Aveiro, Braga, Castelo Branco, Guarda e Viana do Castelo.

12.2 — Beja, Évora, Leiria, Santarém e Vila Real.

13.2 — Bragança, Faro, Portalegre, Setúbal e Viseu.

14.2 Coimbra, Lisboa e Porto.

Na origem desta série de paralisações, que se seguem a outras formas de luta, está a ausência de uma lei orgânica que, segundo a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP) se destinam a possibilitar «melhores condições de trabalho e maior eficácia» no desempenho de funções daqueles funcionários.

Quanto aos médicos, deve referir-se que a decisão de aderir à greve tinha sido tomada — pelo menos até ao princípio desta semana — pelo Sindicato Independente dos Médicos.

De sublinhar por último — além dos guarda-rios e chefes de lanço — decidiram dar um prazo de 60 dias ao Governo para a abertura de negociações com a classe —, que os trabalhadores da Inspeção Económica marcaram para 6 de Março uma greve nacional, manifestando-se no mesmo dia em frente ao Centro Cultural de Belém.

## Polícia protesta

O presidente da Associação Socioprofissional da Polícia Marítima e Cabos-de-Mar, César Silva, disse à Agência Lusa, em 1 do corrente, que os profissionais do sector iriam cumprir, segunda-feira passada, uma acção reivindicativa a nível nacional permanecendo nos locais de trabalho até às 24 horas.

Na origem desta forma de luta está o protesto pela falta de resposta à reivindicação de um estatuto profissional que regulamente a actividade dos 352 profissionais da Polícia Marítima e Cabos-de-Mar.

Há cerca de 17 anos, disse ainda aquele dirigente, que o estatuto profissional é reivindicado. Sem ele a mesma Polícia não pode usufruir de muitos direitos aplicados à PSP. Um deles é a gratuidade dos transportes. Outra das reivindicações apresentadas é a de um sistema retributivo ajustado, segundo a Lusa, à situação dos efectivos daquela Polícia. Actualmente, o que se lhes aplica é o da Armada. Os seus escalões não lhes permitem progressão na carreira.

## Enfermeiros desempregados

## Situação incongruente

Os enfermeiros desempregados de Coimbra, perante uma situação que consideram «incongruente», tencionam enveredar por formas de luta, incluindo um eventual corte do trânsito em algumas das principais ruas da cidade.

A situação é «incongruente», confirma o SEP, porque faltam profissionais, há outros a fazer horas extraordinárias, e as necessidades hospitalares são avaliadas em 10 mil enfermeiros a nível nacional.

Essas necessidades continuam por satisfazer, enquanto que uma fonte sindical de Coimbra diz à Lusa que se encontram actualmente desempregados na cidade 130 enfermeiros. Juntando a estes os contratados a prazo e os pagos através de «recibo verde», o

total é de perto de 300 só naquela cidade.

Os enfermeiros nessas situações decidiram tomar uma série de medidas de carácter reivindicativo imediato, como seja a de se inscreverem colectivamente no Fundo de Desemprego, promover um abaixo-assinado para remeter ao Presidente da República, Primeiro-Ministro, grupos parlamentares e ministros da Saúde e das Finanças.

Decidiram também, no início deste mês, apelar à intervenção do governador civil e sensibilizar a opinião pública através da instalação na cidade de um «hospital de campanha».

De acordo com o SEP (Sindicato dos Enfermeiros Portugueses), «caso não se vislumbre a resolução do

problema a curto prazo», os enfermeiros «estão dispostos a cortar o trânsito em algumas das principais artérias da cidade de Coimbra».

O SEP, em comunicado referido pela Lusa, conclui

que se procura desse modo «demonstrar a nossa vontade de desbloquear a situação e, simultaneamente, a disponibilidade para enveredar por formas de luta, caso se mantenha o actual impasse».



In «Revista dos Médicos», Nov./Dez./91

## TRABALHADORES

# Plenário da CGTP-IN Dia 12 é o ponto de partida da acção social convergente

O não agravamento da carga fiscal, o aumento dos salários reais e a sua aproximação dos salários europeus, a redução do horário de trabalho para 40 horas semanais e uma maior justiça social — tudo promessas eleitorais do Governo — estão a sofrer desmentidos todos os dias. «A proposta de Orçamento de Estado para 1992 é a confirmação da política anti-social» deste Governo, afirma a resolução do Plenário de Sindicatos da CGTP que reuniu em Lisboa na passada sexta-feira.

Para a Confederação Geral, «os trabalhadores estão confrontados com uma ofensiva concertada do Governo e do patronato, que põe em causa interesses e direitos fundamentais».

Um exemplo: «Uma polí-

tica orçamental insensível aos problemas sociais está bem expressa no facto de as verbas atribuídas à habitação serem, em termos absolutos, inferiores às inscritas no OE/91».

Depois de se referir às taxas moderadoras que o Governo volta a aplicar, à não actualização necessária das pensões de reforma e aos aumentos dos preços de produtos de primeira necessidade, a resolução da CGTP sublinha que «o desagravamento fiscal recai, mais uma vez, exclusivamente sobre os altos rendimentos e cria novos benefícios fiscais para as aplicações financeiras, o que irá fomentar a especulação bolsista e financeira».

Essa medida, acrescenta a resolução, «não é alheia à proposta do Governo de

avançar com uma nova e redobrada ofensiva de privatização das empresas públicas».

As receitas daí resultantes é de prever que atinjam — frisa a CGTP — os 350 milhões de contos.

Esta quantia representa quase o dobro do orçamentado no ano findo.

Depois de uma referência expressa à CIP, a confederação do grande patronato, cujas pretensões seriam assim satisfeitas, o documento aprovado no Plenário adianta que «não é, por isso, também de estranhar a crescente influência e colocação de quadros ligados àquela confederação patronal no aparelho do Estado».

A questão do salário mínimo, das negociações no sector da Função Pública, o

bloqueamento da contratação colectiva, efectivo nas empresas públicas, tem em vista, como se sabe, «criar um clima propício para a aceitação de baixas actualizações salariais».

A necessidade da contenção salarial é totalmente negada pela CGTP.

Os argumentos do Governo são frágeis. Mas, se outras razões não houvesse, destaca o documento:

«Bastaria invocar o exemplo do ocorrido no ano passado, em que foi possível reduzir a taxa de inflação ao mesmo tempo que se registaram aumentos reais de salários».

Pelos motivos aqui apenas a florados, o próximo dia 12 resultará, com apoio já variado e manifesto, num «conjunto de acções diversificadas de protesto e luta

Na resolução político-sindical afirma-se que essa acção de «sectores e empresas» aumentará no sentido da luta de massas, se Governo e patronato não abandonarem as suas posições de «afrontamento e imposição»



Momento do Plenário durante a intervenção de Manuel Carvalho da Silva

com os seguintes objectivos prioritários: pela melhoria real dos salários; contra a contenção salarial; pela valorização do salário mínimo nacional; pela actuali-

zação das pensões de reforma, do abono de família, e pela melhoria do sistema de segurança social; contra o agravamento fiscal e o aumento dos preços».

## Transportes

# Bloqueada a negociação colectiva em todo o sector

Desigualdade profunda nos salários afecta grande maioria de pessoal do Metro que paralisou mais uma vez a empresa em Lisboa

O patronato e as administrações das empresas públicas dos transportes são acusados pelos sindicatos de bloquearem a negociação colectiva em todo o sector. Segundo os representantes dos trabalhadores, as referidas entidades «recusam-se a cumprir os prazos legais da apresentação das respectivas propostas, ou então apresentaram propostas de actualização salarial irrisórias».

Sexta-feira passada o **Metropolitano** parou totalmente em Lisboa durante 24 horas. A situação reflecte-se um pouco em todo o País.

Por exemplo, em Coimbra ainda recentemente paralisaram os transportes urbanos. Mas os aspectos mais negativos dos conflitos, que atingem duramente a população, quando aos trabalhadores não é deixado outro recurso senão a greve, continuam a verificar-se nas grandes empresas com sede em Lisboa, como é o caso da **Carris**, da **CP**, **Metro**, **Renip** (ex-RN) e **Transtjejo**.

Por sua vez, no Porto, o **STCP** (Serviço de Transportes Colectivos da cidade) sofre do mesmo mal revelado pelos sindicatos e pelos representantes dos trabalhadores nas empresas. Neste caso, bloqueado também, mas o regulamento de carreiras,

com reflexos nos salários, como é evidente.

Nas conclusões que aprovaram recentemente em plenário, os representantes dos trabalhadores do sector dos transportes confrontam o aumento do custo de vida, que consideram «brutal», com o bloqueamento dos salários e da própria contratação colectiva. Paradigma neste caso continuava a ser ainda há poucos dias o aumento — se assim se pode chamar — de 7 por cento que a administração da **Carris** apresentou aos sindicatos, ao mesmo tempo que bloqueava também a negociação do regulamento de carreiras.

Na **CP**, o conselho de gerência não cumpria entretan-

to o prazo legal para a entrega da proposta, aparecendo depois também com os 7 por cento e ainda assim retirando direitos já consignados em acordo anterior.

Também na **TAP**, os gestores não cumpriram o prazo de entrega da proposta, mas iam adiando, embora não formalmente em 24 do mês passado, que — citamos a resolução do plenário —, «a haver actualização salarial, ela será na base na previsão da inflação do Governo (8 por cento). Qualquer «coisa a mais» seria no pressuposto de ganhos a partir da retirada de direitos consignados no AE (acordo de empresa)».

Ainda no que respeita à **TAP**, os trabalhadores da **SAAL** (Sociedade Abastecedora de Aeronaves, Limitada) marcaram para ontem

uma concentração junto às instalações daquela empresa transportadora, para procurarem impedir o desemprego de 400 trabalhadores, no seguimento da decisão da **TAP** de rescindir antes do tempo o contrato que mantém com a **SAAL**. A acção é conduzida pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul.

Com uma ou outra diferença de pormenor, os processos de negociação colectiva encontram-se também bloqueados na **ENA-EP**, **STCP** (Porto), **Metro**, **Transtjejo** (proposta de aumentos salariais de 4,9 por cento), **Dragapor**, **Renip** (ex-RN), **Transportes Rodoviários de Marcadorias e Transportes Rodoviários Pesados de Passageiros**. Neste

último caso, o aumento salarial proposto atinge os 10 por cento, ainda assim insuficiente segundo os sindicatos que reclamam 15 por cento.

Muitas outras questões de interesse vital para o sector foram ainda incluídas na resolução aprovada pelo plenário de representantes dos trabalhadores em 30 de Janeiro. Destacamos sumariamente as que se referem à **privatização e desmembramento das empresas**, a **redução dos horários de trabalho**, a **redução da idade legal de reforma** e a **legislação laboral**.

Entre as acções de luta a desenvolver, sublinhe-se, além da movimentação do **Metro** que levou à greve da semana passada, a recusa do trabalho extraordinário na **Carris**, a greve às horas extras na **Socarfer**, **Socarmer**, **GTN**, **Marpor**, **Tráfego-Estiva** e **Granomar**.

A resolução, que responsabiliza o Governo pela situação conturbada que se vive nos transportes, exige expressamente do ministro dessa pasta as respostas necessárias às reivindicações apresentadas pelas organizações promotoras do plenário que representam os trabalhadores.

Uma nota final e não menos importante: os sindicatos e as outras organizações representativas do sector, além de convocarem uma **concentração nacional** para 12 do corrente (dia da jornada da CGTP) em frente à Assembleia da República, decidiram «manifestar junto das restantes organizações sindicais do sector» a **disponibilidade para «convergiem** em acções nos vários processos de luta», como aliás se verificou no **Metropolitano** de Lisboa, designadamente.

## Zootécnica em grave crise

### Plenário rejeita excedentes

Os trabalhadores da Estação Zootécnica Nacional (EZN), em plenário na Fonte Boa, em 28 de Janeiro, decidiram «rejeitar todas e quaisquer medidas tendentes à integração dos trabalhadores (mais de 350) no quadro de excedentes».

Esta decisão, num grupo de oito, consta de uma resolução aprovada por unanimidade, na qual é traçado um quadro onde se destaca que «os trabalhadores da EZN, se hoje estão subutilizados não é porque o desejem ou porque estejam a mais. Em circunstâncias normais — acrescentam — o número de trabalhadores da EZN corresponde às necessidades do serviço».

A resolução aprovada no plenário da Fonte Boa destaca que a Estação «é um dos mais importantes serviços de investigação agro-pecuária existente em Portugal, com quase cem anos» de actividade.

A Zootécnica, com um património avaliado hoje em «mais de quatro milhões de contos», constitui «a principal fonte de emprego das freguesias da Póvoa da Isenta e do Vale de Santarém».

A resolução do plenário revela ainda que «desde 1990 a EZN evidencia dificuldades financeiras que se traduzem na redução drástica dos projectos de investigação; no avolumar das dívidas a fornecedores; na delapidação do parque de gado; na degradação e quase total paralisação do parque automóvel e da maquinaria agrícola; na subutilização de instalações e equipamentos».

A resolução destaca que «os recursos humanos estão subaproveitados». A crise «tenderá a agravar-se».

O documento aprovado foi remetido aos órgãos do poder.

## Greve nas Ciências

Entre a crescente movimentação laboral e social verificada no Ensino, são de destacar esta semana os exames semestrais que ficaram por fazer na Faculdade de Ciências de Lisboa, visto os docentes terem entrado em greve na passada segunda-feira, já que o Governo lhes deve mais de 90 mil contos pelo descongelamento de escalões. Relevante também, o facto da adesão ter atingido os 100 por cento. Outras instituições do ensino superior poderão também nos próximos dias desencadear processos reivindicativos conducentes à adopção da greve.

## PODER LOCAL

# Contrariando decisão unânime da AR O golpe do FEF ou a fífia do Governo

O Governo de Cavaco Silva desferiu novo golpe no Poder Local — algo do tamanho de 50 milhões de contos. O PCP já reagiu.

O escândalo rebentou (como outros, em áreas diferentes) com a divulgação do projecto de lei do Orçamento de Estado para este ano: através dele, o Executivo de Cavaco Silva prepara-se para desferir sobre as Autarquias um corte de 50 milhões de contos no valor que pretende atribuir ao Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF).

Perante isto, o PCP promoveu uma reunião de presidentes de Câmaras Municipais e outros eleitos do Partido, realizada no CT da Soeiro Pereira Gomes na passada sexta-feira, para debater a situação, denunciar o escândalo, definir linhas de actuação e, urgentemente, alertar a opinião pública para a grave situação assim criada ao Poder Local democrático e, por consequência, às populações de todo o País.

No intervalo dos trabalhos o PCP apresentou, em conferência de Imprensa, um primeiro ponto da situação feito por Luís Sá, membro da Comissão Política do CC do PCP, que estava acompanhado de Eufrazio Filipe, presidente da Câmara Municipal do Seixal, Daniel Branco, presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, e Jorge Cordeiro, membro do CC do PCP ligado ao trabalho autárquico.

Passamos a transcrever a análise da situação apresentada, na altura, por Luís Sá, que, no final, se despediu dos jornalistas presentes com um agradecimento e um apelo: o de que contribuíssem para esta luta «do interesse nacional e das populações».

## A anatomia de um crime

«A proposta de lei do Orçamento de Estado para 1992 apresentada pelo Governo constitui um grave atentado aos interesses do Poder Local e das populações em matéria de finanças locais.

«O não cumprimento da Lei nº 1/87, ao suspender a fórmula de fixação do valor do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e ao alterar os



critérios da sua distribuição pelos municípios, culmina uma prática continuada de violação da Lei de Finanças Locais pelo Governo.

«Em anos anteriores as autarquias sofreram a persistente subavaliação dos valores do IVA, que se traduziu na subtracção de dezenas de milhões de contos.

«Agora, e confrontado com uma situação em que, da aplicação da Lei de Finanças Locais, resultaria um acentuado aumento das verbas a transferir para as autarquias, o Governo optou pura e simplesmente pela suspensão de uma lei aprovada por unanimidade na Assembleia da República.

«Percebe-se porquê! Sendo o valor do FEF em cada ano decorrente da variação global do IVA inscrito em Orçamento de Estado e tendo o Governo previsto para 1992 uma cobrança do IVA de 900 milhões de contos (+48% do que em 1991), a ser cumprida a Lei de Finanças Locais a fixação do FEF dever-se-ia fixar em 233,2 milhões de contos e não em 178,8 milhões, como consta da proposta do Governo.

«Traduzindo a concepção centralista de quem formula esta proposta — que retira mais de 50 milhões de contos às autarquias — constitui não só um claro e grosseiro afrontamento à legalidade democrática como desmascara, no momento das decisões, o tão cultivado discurso

público de enaltecimento do Poder Local.

«Ao contrário do que declarações recentes de membros do Governo procuram fazer crer, a situação das autarquias caracteriza-se por uma progressiva redução da sua capacidade financeira resultante da transferência de novos encargos, de isenções decididas pelo Governo em domínio de receitas municipais e de acréscimo de despesas com pessoal resultantes, designadamente, do novo sistema retributivo. Ainda ontem foi aprovada na Assembleia da República uma nova isenção de sisa sem garantia de indemnização às autarquias.

«É de assinalar que ao aumentar as taxas de IVA a que os municípios também estão sujeitos, passando, por exemplo, de 8% para 16% a taxa do IVA sobre empreitadas, o Governo reduz de facto a capacidade de investimento dos municípios, chegando-se ao cúmulo de serem muitas as situações em que o acréscimo de FEF para 1992 não é sequer suficiente para suprir o agravamento do IVA. Tendo em conta a verba destinada a investimentos e em particular a tributação agravada das empreitadas, pode estimar-se o aumento nominal médio de verbas em 10% e não em 13,3%, o que corresponde a um corte real da capacidade de investimento.

«Para muitos municípios, entre outras consequências,

surgirão dificuldades de candidaturas a financiamentos comunitários, por incapacidade de suportar a parte que lhes caberia dos investimentos.

«Particularmente grave é também o facto de, em mais de 80 municípios, onde vive cerca de 40% da população do País, o acréscimo do FEF agora proposto ser inferior a 105, mesmo sem ter em conta o IVA agravado sobre as obras públicas, o que configura, tendo em conta o valor da inflação registado em 1991, uma redução real dos respectivos meios financeiros.

«É igualmente condenável o processo não participado e nada transparente que o Governo utilizou para alterar os critérios de distribuição do FEF. Os critérios actuais não são intocáveis. Mas foram aprovados por unanimidade e com larga participação da Associação Nacional de Municípios Portugueses e deveriam ser revistos antes da Lei do Orçamento e com a mesma participação e os mesmos métodos democráticos.

«Menos legítima é a revisão de normas da Lei de Finanças Locais na Lei do Orçamento de Estado que a deveria aplicar escrupulosamente. Com razão têm sido levantadas dúvidas acerca da constitucionalidade de uma tal prática.

«O Grupo Parlamentar do PCP levantará também esta questão na Assembleia da República com vista à sua apreciação e tentativa de rectificação da prática governamental.

«Não sendo conhecidos com a objectividade indispensável os pressupostos que conduziram à escolha dos novos critérios, é legítimo que se questionem as razões que lhes estiverem subjacentes e que se pergunte se não foram construídos, a partir de vários ensaios, ao sabor dos interesses e objectivos partidários e eleitoralistas do PSD, sem sentido de justiça e sem sentido de Estado».

## É tempo de corrigir

Como afirmou o PCP na conferência de Imprensa, «é tempo ainda de corrigir outros aspectos gravosos que o Governo pretende introduzir no Orçamento de Estado para 1992». Com esse objectivo, «os presidentes de Câmaras e de Assembleias Municipais e outros eleitos do PCP, reunidos a 31/1/92 em Lisboa para apreciar a situação decorrente das propostas do Orçamento de Estado em matéria de Poder Local, decidiram:

«- exigir o integral cumprimento da Lei de Finanças Locais em vigor, designadamente do seu artigo 9º, que se traduzirá na fixação do valor do FEF para 1992 em 233,2 milhões de contos;

«- rejeitar as intenções já manifestadas nos últimos anos pelo Governo da transferência de novos encargos sem adequadas contrapartidas para os municípios, os outros previstos na Lei do Orçamento de Estado e os que foram anunciados por membros do Governo no debate orçamental em comissões parlamentares;

«- exigir a compensação financeira que a lei obriga pelas isenções decididas ou a decidir pelo Governo em domínios cujas receitas pertencem às autarquias locais;

«- exigir que seja posto cobro à retenção pelo Governo de receitas municipais;

«- exigir que seja aumentada de 450 mil para um milhão de contos a verba destinada ao programa de construção de novas sedes de freguesia;

«- apoiar as posições de defesa dos interesses dos municípios, do Poder Local e das populações que têm sido tomadas ou a tomar pela Associação de Municípios Portugueses com a activa e directa intervenção dos eleitos comunistas;

«- propor à AR que esta chame a si a condução de forma transparente e participada do processo de revisão da Lei de Finanças que garanta a indispensável elevação da capacidade financeira dos municípios e acentue o seu carácter redistributivo;

«- apelar a todos os eleitos e órgãos autárquicos para desenvolverem as acções conducentes a impedirem a concretização dos objectivos expressos pelo Governo na proposta de Lei do Orçamento de Estado, informando e mobilizando as populações para a defesa dos seus legítimos e directos interesses».

## São só truques...

Este é Governo que usa e abusa dos truques. E se já tinha quem chegasse para tal prática, a equipa reforçou-se com o novel ministro das Finanças. Alguns desses truques são velhos, como o da «inflação esperada», mas é justo dizer que Braga de Macedo lhes deu um toque pessoal. Nem sempre de bom gosto, parece que até que nem sempre a gosto do «chefe», mas sempre com uma marca personalizante (ou protagonista...). Na senda dos sapatos sem meias e outras originalidades que tais. Um deles é o das verbas a transferir para o Poder Local.

Durante anos, não muitos mas durante anos seguidos, denunciou-se o truque governamental de, em sucessivos orçamentos de Estado, se subavaliar as receitas previstas do IVA. Assim, embora cumprindo a Lei das Finanças Locais, o Governo foi transferindo menos receitas para as autarquias do que o volume a que teriam direito se o IVA fosse correctamente previsto, uma vez que o Fundo de Equilíbrio Financeiro, cujo total se distribua pelas autarquias, se calculava, de acordo com tal lei, em função do total de IVA a receber.

Depois, vinham os orçamentos suplementares ou rectificativos, que aproximavam as receitas orçamentadas do IVA das receitas em curso de efectiva concretização mas, dessa rectificação — ou dessa suplementaridade —, as autarquias não beneficiavam nada, apesar dos protestos e do seu fundamento.

No orçamento para este ano de 1992, e discutido já este ano, o truque foi outro. Passou-se da subavaliação para a sobreavaliação das receitas do IVA, o que até nem será totalmente o caso pois a sobreavaliação resulta de se compararem as previsões, e o correcto, neste caso, seria comparar a previsão para 1992 com a realização de 1991. Desse confronto resultaria o acréscimo de receitas do IVA que será provocado pela passagem dos produtos de taxa 0 para taxa 5% e de outros de taxa 8% para 16%, aqui se encontrando matéria para a referência a outros truques. Que ficarão para outra oportunidade.

O caso é que, sendo sobreavaliadas as receitas previstas do IVA, ou não subavaliadas, as transferências para as autarquias, por via do Fundo de Equilíbrio Financeiro, iriam crescer substancialmente por força da aplicação da Lei das Finanças Locais. O truque foi fácil: a lei do orçamento começa por decretar que não se aplica outra lei!

Sérgio Ribeiro

## Eles comem tudo

O escândalo desta gente que governa o País em jeito de coutada está bem patente no levantamento feito pelo PCP sobre as «distribuições» do FEF, que nos limitamos a transcrever:

«Analisando a proposta do Governo constante do anexo ao Orçamento de Estado conclui-se:

«Dos 56 municípios que registariam um acréscimo do FEF superior a 20 por cento, 27 são de maioria PSD; ou seja, 30 por cento do total dos municípios de

maioria PSD estão nesta situação; mas apenas 18 por cento dos de maioria CDU e 14,6 por cento dos de maioria PS estão neste escalão;

«Dos 67 municípios que teriam um acréscimo inferior a 10 por cento, apenas 14 são de maioria PSD; isto é, apenas 15,7 por cento do total dos seus municípios a nível nacional, enquanto 32,7 por cento dos municípios de maioria PSD e 34 por cento dos de maioria CDU estão nesta situação».

8m Reunião Nacional no CC Vitória

# Comunistas discutem associativismo popular

No passado sábado realizou-se no Hotel Vitória, em Lisboa, uma Reunião Nacional de Activistas Comunistas no Movimento Associativo Popular, que mobilizou cerca de 80 pessoas entre camaradas dirigentes e activistas associativos das diferentes expressões do Movimento Associativo Popular (Colectividades de Cultura e Recreio; Clubes e Associações Desportivas Populares; Associações de Bombeiros; Associações de Campismo e Caravanismo; Cineclubes; Associações de Moradores, Casas Regionais; Banda do Cidadão; Associações de Pais e Defesa do Património; IPSS; Ranchos; Coros; Bandas; Grupos de Teatro; etc.), quadros do Partido com responsabilidades na área

do Movimento Associativo, eleitos e técnicos de autarquias com ligação e actividade junto do Movimento Associativo.

Foram objectivos da reunião: «debater a situação do Movimento Associativo; as políticas do Governo para o sector; as consequências decorrentes do Orçamento de Estado; a questão do papel do Associativismo junto da juventude; o Movimento Associativo face à Administração Central e Local; os problemas e possibilidades que a CEE traz ao MA; a acção coordenada e a cooperação do Movimento Associativo; as propostas políticas, iniciativas legislativas, posições públicas e outras acções do PCP; os contributos desta área de trabalho para a preparação do XIV

Congresso do PCP.»

A ordem de trabalhos aglutinou, num só, os dois pontos inicialmente previstos para a discussão: «Situação política associativa e propostas do PCP» e «Contributos para o XIV Congresso». Luís Sá, membro da Comissão Política do CC do PCP, proferiu uma intervenção final que condensamos ao lado.

## Recenseamento de problemas

Foram recenseados neste encontro os principais problemas do Associativismo cuja solução passa, obrigatoriamente, pelo Poder Central, e de que destacamos: a fiscalidade, o enquadramento legal e os critérios objectivos para os apoios económicos da Ad-

ministração Central, o estatuto dos dirigentes associativos, a formação, gestão e animação cultural, a facilitação do acesso ao estatuto de utilidade pública, o «porte pago» das publicações associativas, o alargamento das possibilidades na Lei do Mecenato, etc.

O relacionamento do Movimento Associativo com as instituições do Poder Local e Poder Central, com preocupações sobre a independência e vida própria do Movimento Associativo, constou igualmente da discussão, bem como a necessidade de adaptação do Movimento Associativo às novas realidades e necessidades das populações provocadas pela evolução social.

Foi ainda discutido o posicionamento face à CEE, tal como se concluiu pela necessidade do alargamento e aprofundamento da cooperação e coordenação do Movimento Associativo em torno de problemas comuns.

## Olhar o Congresso e definir medidas

Esta Reunião Nacional integrou-se no trabalho preparatório para o XIV Congresso do PCP. Neste sentido, «é de uma grande importância que, tendo como ponto de partida a análise feita nos XII e XIII Congressos sobre esta matéria, se procure, na medida das condições existentes, contribuir para que se chegue ao XIV Congresso com a actividade organizada do Partido na área Associativa, alterada para melhor», sublinhou-se, para se considerar mais adiante:

«Trata-se, no fundo, de dar saída a crescentes preocupações de milhares de activistas associativos comunistas que necessitam de encontrar por parte do Partido uma maior atenção dirigente e a criação de espaços de participação orientados para o debate dos problemas do Movimento Associativo.»

Trata-se também «de assegurar uma maior ligação do Partido aos problemas das populações e de ter em conta os crescentes exemplos da relação existente entre a influência no Movimento Associativo e as influências eleitorais a nível local», bem como «de inter-

vir tendo a consciência que a acção dos activistas comunistas resulta num profundo proveito para as populações, seja ao nível cultural, ao nível desportivo, seja ao nível da formação da consciência democrática e solidária dos cidadãos, mas que o partido também se enriquece e liga profundamente aos problemas e às populações e que a actividade associativa contribui de forma significativa para a formação, o desenvolvimento cultural e a aquisição de experiência dirigente em tarefas e áreas diversificadas dos comunistas e outros democratas envolvidos na vida associativa.»

## Medidas no imediato

Entre outras medidas a concretizar de imediato pelas organizações do Partido em relação ao Associativismo Popular, o Encontro Nacional de sábado passado destacou as seguintes:

— O levantamento da situação do Movimento Associativo, a sua actividade, a influência do Partido e de outras forças e instituições.

— O levantamento dos membros do Partido em corpos gerentes ou outras

funções de responsabilidade nas Associações.

— A criação de organismos de debate político, de coordenação e de ligação da actividade do Partido nesta frente, ao nível dos distritos, principais concelhos e nas freguesias em que a situação o justifique e a definição de responsáveis por esses organismos.

— Procurar combinar a actividade de pequenos grupos de trabalho de aprofundamento de problemas e ligação dos activistas fundamentais, com reuniões de ampla participação de camaradas activistas associativos.

— Onde se justifique, promover reuniões de camaradas por área associativa (por exemplo: Bombeiros, colectividades, CB, etc.).

— Procurar criar os espaços que facilitem a cooperação e a coordenação da actividade dos camaradas eleitos no Movimento Associativo e os camaradas eleitos nas Autarquias (designadamente onde há Autarquias ou Pelouros CDU).

— Procurar por cada distrito, de acordo com as prioridades respectivas, desenvolver um plano de trabalho nesta área tendo em conta a melhoria da sua intervenção até ao XIV Congresso.

— Procurar que o Partido, através dos seus activistas no Movimento Associativo, contribua para a cooperação, a coordenação e a acção comum do Movimento Associativo em torno dos problemas e reivindicações comuns.

## Intervenção de Luís Sá

Luís Sá, membro da Comissão Política do CC do PCP, encerrou os trabalhos deste Encontro Nacional de Activistas Comunistas no Movimento Associativo com uma intervenção, de que publicamos alguns extractos:

(...) O movimento associativo é constantemente elogiado por todos os quadrantes, mas trabalha em condições difíceis, apesar do apoio do Poder Local democrático, e continua a não ver satisfeitas as suas reivindicações fundamentais.

O PSD, em particular, elogia e tenta instrumentalizar o movimento associativo mas não lhe cria condições de trabalho e prossegue uma política de favores e desfavores altamente prejudicial para as populações. Não se limita a cortar as verbas para o movimento associativo. Corta também as verbas que as autarquias têm legalmente direito, o que se repercute na sua capacidade de apoiarem as colectividades e as outras estruturas populares.

(...) O PCP já apresentou na Assembleia da República a Lei Quadro do Movimento Associativo que contém medidas que satisfazem algumas das suas reivindicações fundamentais. Apresentará em breve um projecto de lei do Estatuto do Dirigente Associativo e uma iniciativa legislativa no sentido de aumentar a comparticipação do Estado na construção de instalações das associações culturais e desportivas e em quartéis de bombeiros voluntários e de estabelecer que essa comparticipação incida sobre o valor final da obra e não sobre o valor estimado ou orçamentado, que é sempre bem inferior.

As verbas destinadas no Orçamento de Estado a actividades culturais e desportivas do Movimento Associativo Popular são manifestamente insuficientes para as suas necessidades. O PCP apresentará nos próximos dias na Assembleia da República propostas de considerável reforço destas verbas para que não fiquem estranguladas por razões financeiras as iniciativas das estruturas populares. (...)



## Iniciativas dos deputados do PCP

A Reunião alinou um conjunto de sugestões de iniciativas (concretamente nove) produzidas ou a produzir pelo Grupo Parlamentar do PCP para a área do Movimento Associativo Popular, que passamos a transcrever:

1 — Propor a manutenção da taxa zero para os materiais e equipamentos já abrangidos e o seu alargamento a outros equipamentos culturais e desportivos não abrangidos até agora.

2 — Propor uma verba adequada para a Direcção-Geral da Acção Cultural (DGAC) no quadro do Orçamento da SEC (Secretaria de Estado da Cultura). (Em 1991 o PCP propôs um milhão de contos, tendo a Assembleia da República

aprovado a proposta do Governo no valor de 600 mil contos). Avançar proposta equivalente para o fundo de fomento cultural. Avançar a ideia de orçamento integrado para a cultura.

3 — Iniciativa legislativa no sentido de aumentar a comparticipação do Estado na construção de instalações culturais e desportivas e que essa comparticipação incida sobre o valor final da obra e não sobre o valor de partida (estimado ou orçamentado).

4 — Iniciativa legislativa visando facilitar o acesso ao Estatuto de Utilidade Pública às Associações, designadamente passando a possibilidade de atribuição do Estatuto para as Autarquias

Locais (Assembleias Municipais).

5 — Avançar com o projecto de lei «Estatuto do Dirigente Associativo».

6 — Avançar projecto de lei sobre um Plano Nacional de Formação de Dirigentes, Activistas, Animadores e Técnicos de diferentes áreas de intervenção do Movimento Associativo.

7 — Iniciativa legislativa visando o alargamento para três meses da periodicidade das publicações que podem beneficiar de «porte pago».

8 — Ver a possibilidade de iniciativas em torno dos problemas levantados pela nova Lei das Rendias.

9 — Divulgação do Projecto de Lei 48/VI de 29/11/91, proposto pelo PCP e designado «Lei Quadro de Apoio ao Associativismo».





## Linha do Tua



A recusa do PSD em aceder a um pedido de audição parlamentar proposto pelos deputados comunistas sobre o processo de encerramento da Linha do Tua foi fortemente criticada pela Direcção da Organização Regional de Bragança do PCP que considera esta atitude como elucidativa da «hipocrisia das posições tomadas por algumas estruturas» do partido governamental, o qual se «prepara para mais uma vez prejudicar as populações» daquele distrito do Nordeste.

A proposta de audição parlamentar fora apresentada em Dezembro último por Agostinho Lopes, Luís Sá, Jerónimo de Sousa, entre outros, e requeria a presença do Conselho de Gerência da CP, autarquias do distrito e forças sociais da região.

Entre outras razões os deputados comunistas referiam a necessidade de evitar decisões precipitadas, invocando simultaneamente os graves prejuízos para as populações do Nordeste transmontano que a supressão da Linha Férrea do Tua acarretaria.

## LNETI: privatizações à vista



O ministro Mira Amaral defendeu na semana finda em reunião com a Comissão Parlamentar de Economia a desactivação e privatização no ano em curso de alguns segmentos de actividade do Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial.

No decorrer da reunião, o ministro da Indústria ressaltou no entanto a manutenção do que considerou o «centro de excelência» do LNETI, com especial destaque para os lasers, mas insistiu que se devem alienar os segmentos que, de forma eufemística, apelidou «prejudiciais».

Destinada a apresentar ao Parlamento a parte do Orçamento relativa aos sectores industrial e energético, a reunião com a Comissão Parlamentar de Economia teve na sua agenda o LNETI com um dos principais pontos em debate, a par do PEDIP e respectivas sociedades de capital de risco.

## Quebradas a freguesia



O Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Mesa da Assembleia da República um projecto de lei propondo a criação da freguesia de Quebradas, no concelho de Azambuja.

Esta iniciativa legislativa, de acordo com os seus proponentes, tem inteira justificação, uma vez que se trata de uma antiga reivindicação da população local, «um lugar centenário aninhado à sombra da capela de Santo António de Quebradas».

De acordo com o articulado do projecto, e caso este venha a ser aprovado, a futura freguesia abrangerá os aglomerados do bairro residencial de Vale de Judeus, Vale Janeiro, Vale da Camarinha, Casal do Vale Grande e Casal de Além.

## Inquérito ao desastre do Maranhão



A constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apuramento de responsabilidades no esvaziamento da barragem do Maranhão, proposta pelo Partido «Os Verdes», foi aprovada, faz hoje uma semana, por unanimidade pelo Parlamento.

Igualmente aprovada por toda a Câmara foi a proposta governamental que estabelece o acordo entre a República Portuguesa e a Universidade das Nações Unidas relativo ao Estatuto Legal do Instituto Internacional de Tecnologia do Software.

Submetida à votação, processo que habitualmente ocorre às quintas-feiras, foi também a proposta do Governo que revê o Estatuto da Ordem dos Engenheiros, aprovada com a abstenção dos parlamentares comunistas.

Outro destino teve o projecto de lei do PCP que garante aos cidadãos de menores recursos o acesso gratuito a medicamentos para doenças crónicas e outros benefícios, já que foi reprovado pelo PSD, apesar dos votos favoráveis do PCP, PS e PSN.

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

# Inferno na Linha de Sintra

## PCP exige medidas do Governo e lança repto aos deputados

«Faço um desafio à Comissão Parlamentar de Equipamento Social e a todos os seus membros: passem um começo de manhã (entre as sete e as dez) no sentido Sintra-Lisboa e um fim de tarde (entre as cinco e as oito) no sentido Lisboa-Sintra. Marque-se o dia. Depois dos tormentos que vão ser passados, da degradação que será vista, e das queixas que serão ouvidas, com certeza que a Assembleia terá de fazer alguma coisa.» Lançadas na última semana pelo deputado comunista João Amaral em plena sessão plenária, sob a forma de repto, estas palavras sintetizam o quadro que momentos antes acabara de descrever perante a Câmara, reflectindo o inferno a que quotidianamente são sujeitas cerca de 400 mil pessoas na Linha de Sintra, no seu trajecto casa-emprego.

Foi uma intervenção oportuna e necessária cujo objectivo voltou a ser o de chamar a atenção para um problema que se arrasta há vários anos, sucessivamente

agravado, para o qual o Governo tem revelado uma manifesta inoperatividade no sentido da sua resolução.

Com efeito, para além do anúncio de promessas governamentais que «não servem para mais nada» do que funcionar como pretexto para «os deputados do PSD virem aqui congratular-se», conforme observou João Amaral, pouco ou nada de concreto se tem feito no sentido de melhorar a segurança e a modernização da Linha, assegurar a pontualidade, rapidez e conforto para os seus utentes.

A verdade é que, pelo contrário, como lembrou o deputado comunista, piorou o cumprimento dos horários, mantêm-se em circulação «composições em estado deplorável de degradação», agravaram-se as condições de acesso, designadamente para os deficientes, reduziram-se substancialmente as condições de segurança, nalguns casos em resultado do encerramento de estações à noite, isto sem falar do número de

mortos e feridos que só no ano de 1990 se elevou a 63 e 264, respectivamente.

E perante este quadro que faz o Governo? A resposta deu-a João Amaral ao recordar o sistemático atraso nos investimentos necessários, bem como a falta de cumprimento nas verbas por ele próprio estabelecidas, de que são testemunho os 665 mil contos gastos em 88/89 (quando estavam previstos 2,5 milhões de contos) ou os 1,26 milhões gastos em 1990, quando estavam orçados 3,5 milhões.

João Amaral defendeu ainda para a Linha um projecto «arrojado que a dimensioe para o futuro, numa área geográfica em crescente expansão», assinalando que projectos como a quadruplicação da Linha, novas carruagens, melhoria das estações e outros, «são essenciais e exigem decisão», e «adequado planeamento».

Para o deputado do PCP podem e devem, entretanto, e desde já, ser accionadas medidas de «tratamento e recuperação do

material existente», no quadro das condições actuais, interrogando a este propósito sobre as razões que impedem que se assegure uma efectiva limpeza das composições, a garantia da segurança das estações da Linha e das carruagens, uma gestão capaz de minimizar os atrasos, ou a manutenção das composições em ordem a pô-las em boas condições de segurança, funcionamento e aspecto.

É óbvio que a não ser o resultado de uma irresponsável incúria ou de uma manifesta incapacidade para gerir os recursos humanos e materiais disponíveis, a alternativa para responder a esta questão só poderá ser, como deixou claro João Amaral, um processo com vista a «abrir caminho à ideia de que o melhor seria... privatizar a circulação», o que por outras palavras quer dizer que são os utentes que «estão a pagar a factura», isto é, estão a «ser sacrificados os interesses e o bem-estar das populações» para «servir obscuros interesses».

## Em petição levada ao Parlamento

# CNA reclama estatuto de parceiro social

A recusa do Governo em conferir à Confederação Nacional da Agricultura o estatuto de «parceiro social de pleno direito» foi considerada pelo deputado comunista Agostinho Lopes como uma violação aos princípios constitucionais da universalidade e igualdade dos cidadãos, uma agressão ao direito de associação e uma afronta ao direito de participação na vida pública.

A questão esteve em debate no final da última semana e foi suscitada por uma petição suscrita por mais de 1500 cidadãos na qual se reclama para além do reconhecimento de parceiro social a «integração nos órgãos representativos nacionais e da CEE».

Corroborando os pontos de vista do Governo, que se podem resumir neste domínio por uma sistemática recusa ao diálogo e por uma intolerância de atitudes, a bancada da maioria invocou para a situação discriminatória que tem sido mantida o facto de a CNA não estar filiada em nenhuma das confederações europeias de agricultura reconhecidas pela Comunidade Europeia e de ter manifestado reservas quanto à adesão de Portugal à CEE.

«Espanto pela monstruosidade e o ridículo dos argumentos», respondeu a propósito Agostinho Lopes, antes de questionar sobre o local «onde está escrito que esse é o cartório para o reconhecimento de um parceiro social pelo Estado português?».

«Quem é o responsável por a CNA não estar no Conselho Económico e Social? Não faz parte de organizações associativas europeias de agriculturas? Mas então é necessário um passaporte passado por Bruxelas para o acesso dos cidadãos portugueses aos gabinetes ministeriais do Governo português?», inquiriu o deputado do PCP.

Alvo da atenção dos deputados foram ainda as petições colocando problemas relacionados com a situação na CP, as carreiras dos funcionários públicos em departamentos dependentes do Ministério da Saúde, a falta de instalações para os idosos de Pinhão, a situação dos deficientes das Forças Armadas, o contencioso que opõe moradores da Varejeira (Seixal) e a empresa Proconstrói, e ainda sobre a preservação do ecossistema da Lagoa de Santo André.

# Autarcas defendem abolição da portagem de Sacavém

## • Petição entregue no Parlamento recolheu mais de quatro mil assinaturas

Os presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira solicitaram em petição entregue na passada semana ao Presidente do Parlamento a abolição imediata das portagens do troço na auto-estrada do Norte que liga Lisboa àquela vila ribeirinha.

O facto de aquele troço de auto-estrada ter já 30 anos de existência, «durante os quais se registou um grande crescimento demográfico naquela área, ao qual não correspondeu a criação de uma rede viária nacional adequada», foi uma das razões avançadas por Daniel Branco, presidente da Câmara de Vila Franca, para a presente iniciativa.

Subscrita por mais de quatro mil cidadãos, a petição justifica-se ainda pela circunstância de as portagens actualmente existentes provocarem «longas filas» de trânsito, o que na perspectiva daquele autarca representa «um enorme e efectivo prejuízo económico nacional, seguramente bem superior aos benefícios pecuniários que a Brisa retira do recebimento destas portagens».

Depois da sua entrega ao Presidente da Assembleia da República, a petição será agora analisada pela Comissão Parlamentar de Petições, a qual decidirá pela sua apresentação em plenário.

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## «Reforma do Parlamento»

Garantir o debate, melhorar a eficácia

• entrevista a João Amaral

A «reforma do Parlamento» surgiu muito recentemente como um tema de actualidade política sobre o qual se têm vindo a pronunciar em sucessivas tomadas de posição pública as forças políticas com assento parlamentar.

Não sendo propriamente uma questão inédita, o que acaba por constituir novidade é o facto de toda a gente desatar de um momento para o outro a falar do assunto, o que, convenhamos, não pode deixar de suscitar algumas interrogações sobre as verdadeiras motivações que estão subjacentes a algumas das propostas já apresentadas.

Nesta breve entrevista ao «Avante!», o deputado comunista João Amaral traz alguma luz ao tema. Desvenda nomeadamente o que poderão ser os reais propósitos do PSD nesta matéria, fala das hesitações e das posições dúbias do PS e adianta quais são as propostas concretas do PCP, parte delas consubstanciada já num primeiro «pacote» de projectos de lei, entregue na semana finda na Mesa do Parlamento, versando aspectos como a alteração ao Regimento da Assembleia, o regime dos inquéritos parlamentares, o exercício das funções de deputado e a competência da Assembleia em determinados processos comunitários.

**De repente, toda a gente começou a falar da «reforma do Parlamento». Apareceram propostas de várias forças políticas, incluindo do PSD e do PS. O PCP apresentou também várias propostas. Como é que o PCP vê este súbito interesse? Crê que ele vai traduzir-se na melhoria da eficácia da Assembleia?**

O PSD foi responsável nestes últimos anos pela violenta campanha de que foi objecto a Assembleia da República, e que Cavaco Silva, ele mesmo, encabeçou. A Assembleia da República foi acusada de todos os males, enquanto o Governo era posto nos píncaros. Simultaneamente, o Grupo Parlamentar do PSD, usando a força bruta da sua maioria, coartou o debate político na Assembleia e impôs a sua governamentalização. Diz o nosso povo que quem faz um cesto faz um cento. Por isso, vindo esta vontade «reformadora» de um partido com o historial que tem o PSD, temos de desconfiar que tal vontade traga água no bico.

**Mas, há no comportamento do PSD indícios concretos que permitam fundamentar essas suspeitas?**

Há. O PSD adiantou como uma das suas primeiras propostas a redução do número de reuniões plenárias. Ora, o Plenário é (deve ser!) o centro do debate político, realizado com transparência perante o país. Querendo remeter o trabalho da Assembleia para as Comissões, o PSD pode estar a pretender resguardar mais o Governo. Nessa medida, a tal «reforma» que o PSD propõe pode ser como **falsa reforma**, pode ser tão-somente uma intenção de impor uma organização do Parlamento que sirva melhor os interesses do Governo do PSD.

**Esses comportamentos e intenções do PSD têm sido denunciados igualmente por todos os partidos da oposição?**

A pergunta envolve directamente a questão de saber como vai o comportamento do Partido Socialista. Claro que não se pode esquecer que o PS foi com o PSD, durante o período do Governo do Bloco Central, autor da pior revisão do Regimento, que introduziu o que na altura chamámos da lei de rolha. O PS aparece hoje a defender posições opostas, pelo menos nas palavras. Esperemos que os actos confirmem essa postura. Mas a verdade é que o PS tem sido pouco crítico em relação à anunciada intenção do PSD de diminuir o tempo de debate em Plenário.

**Vejamos agora quanto ao PCP. Quais são, afinal, as propostas que apresenta?**

Em geral, visamos reforçar o papel da Assembleia na vida política nacional, garantir o debate político e melhorar a eficácia da Assembleia, particularmente no que toca à acção fiscalizadora sobre os actos do Governo. Com estes objectivos apresentámos já quatro iniciativas.

**Uma das iniciativas do PCP visa a revisão do Regimento da Assembleia. Que propostas em concreto são apresentadas?**

Propomos a reformulação de vários institutos, visando os objectivos que referi. Por exemplo: propomos uma radical modificação



do regime das perguntas ao Governo, obrigando os membros do Governo a comparecerem semanalmente, para responder sobre toda a política dos seus ministérios. Quanto ao Primeiro-Ministro, a proposta é que compareça pelo menos mensalmente. Propomos também novas figuras de fiscalização (como as interpelações urgentes e as moções de política sectorial) e novas formas de debate político (como a «primeira leitura» em plenário das iniciativas legislativas). Propomos que os trabalhos das Comissões sejam públicos. Queremos ver o poder das Comissões reforçado, podendo chamar por exemplo os altos funcionários e técnicos da Administração Pública sem necessidade de autorizações governamentais. E não me alongo mais, porque seria fastidioso.

**E quanto à iniciativa do PCP sobre as comissões de inquérito?**

Procuramos restituir eficácia e transparência aos inquéritos parlamentares, acabando com o escândalo actual de, por força da maioria do PSD, concluírem sempre que os ministros são... uns anjinhos! Propomos que os inquéritos sejam públicos e que sejam definidas regras que impeçam a manipulação das suas conclusões pela maioria.

**O PCP sublinhou muito a importância da sua iniciativa sobre o acompanhamento pela Assembleia da República dos processos comunitários. Porquê essa importância?**

Trata-se de uma significativa iniciativa, talvez a mais importante deste conjunto. A verdade é que não se pode falar de «reforma do Parlamento» sem falar no enorme déficit democrático que representa o facto de o Governo monopolizar todo o relacionamento com as Comunidades, incluindo na definição das posições portuguesas em matérias que são da exclusiva competência da Assembleia. Esta marginalização da Assembleia da República (que é, recorde-se, a sede da representação nacional) não pode continuar. O que propomos é a criação dos mecanismos para garantir a intervenção prévia da Assembleia na definição das posições de Portugal de maior alcance e importância.

**E quanto ao Estatuto dos Deputados? Há propostas do PCP para a aproximação dos Deputados aos cidadãos?**

Devo dizer que, essa aproximação, não há Lei que a possa impor. Ela decorre fundamentalmente da vontade política e da disponibilidade dos Deputados. Os Deputados comunistas privilegiam de há muito tempo os contactos com as populações. As dificuldades que outros têm nestes contactos resultam, além do mais, da sua postura política geral. Se aprovam Leis de conteúdo negativo, com que cara aparecem às populações? Mesmo assim, há coisas que podem ser melhoradas. Por exemplo, é possível melhorar o regime de apreciação das petições. E quanto ao Estatuto dos Deputados, é possível garantir-lhes maiores condições de independência. É inadmissível que Deputados possam exercer cargos de nomeação ou de representação do Governo. Propomos que isso acabe!

**Uma pergunta final: achas que a Reforma do Parlamento esgota o campo necessário de reformas?**

Longe disso! É necessária a Regionalização, a efectiva instituição de uma Administração Aberta, a Acção Popular e tantas outras reformas há tanto tempo adiadas. É preciso até que esta «reforma» não se torne numa forma de distrair a Assembleia dos problemas que afligem o país. Uma «reforma democrática do Parlamento» só tem sentido se for para servir os interesses dos cidadãos!

## TIMOR

## Direitos Humanos fazem esquecer autodeterminação

Um relatório da ONU apresentado na reunião da semana passada da 48ª Sessão da Comissão dos Direitos Humanos conclui pela existência de tortura na Indonésia, em especial em regiões onde se verifica agitação social e política como Timor-Leste, Achem-Samatra e Irian Jaya.

O autor do relatório é o holandês Pieter Koojmans que visitou a Indonésia de 4 a 16 de Novembro e que, por coincidência, estava em Díli quando ocorreu o massacre de Santa Cruz, a 12 de Novembro, embora não tenha conseguido falar com nenhuma das vítimas, dada a obstrução das autoridades indonésias.

Koojmans conseguiria no entanto falar com alguns presos políticos timorenses que denunciaram torturas a que foram submetidos nos interrogatórios das forças de segurança.

O relatório anual da Secretaria de Estado norte-americana sobre os direitos humanos no mundo diz que «a situação deteriorou-se gravemente» em Timor-Leste desde Outubro passado, mas ao mesmo tempo descreve os acontecimentos do massacre de 12 de Novembro desta forma: «alguns manifestantes transportavam bandeiras da Fretilin e entoavam *slogans* anti-Indonésia. Durante a marcha para o cemitério, um major foi esfaqueado. Quando a procissão chegou ao cemitério as forças de segurança abriram fogo sobre a multidão, matando e ferindo muitas pessoas. Não há provas de que o uso de tal força fosse justificado». Este relato contraria anteriores afirma-

ções da igreja e resistência timorenses, a reafirmar que o desfile até ao cemitério de Santa Cruz tinha carácter pacífico.

O relatório norte-americano, conhecido na semana passada, a denunciar torturas e execuções sumárias, parece no entanto tentar reduzir a questão de Timor-Leste à violação dos direitos humanos por parte da Indonésia, insinuando uma acusação à resistência de incitar a população ao uso da violência. É esquecida a questão da autodeterminação do território e a ocupação ilegal por parte da Indonésia; Timor-Leste é mesmo tratado como parte da Indonésia, a par de outras regiões onde as autoridades de Djakarta são igualmente acusadas de violação dos direitos humanos.

Também na semana passada o governo britânico manifestou preocupação com a situação dos direitos humanos em Timor, mas «acofeou» a «expressão de profundas condolências do presidente Suharto ao povo de Timor-Leste» e a promessa

de que o massacre de Díli não se repetirá. Um porta-voz do governo britânico disse que era solicitado à Indonésia a aplicação de políticas que cessem o abuso dos direitos humanos em Timor-Leste e que seja levada a cabo uma solução justa, compreensiva e aceitável internacionalmente para o problema de Timor-Leste. Os britânicos são favoráveis à ida à Indonésia de um emissário especial das Nações Unidas.

Um recente aumento da repressão por parte das tropas indonésias sobre a população de Timor-Leste foi denunciada por um parlamentar australiano, Warren Snowdon, que enviou no último dia do mês passado uma carta ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do seu país onde solicitava a realização de uma investigação, «com carácter de urgência», sobre a perseguição, prisão e «eventual tortura» de centenas de pessoas em Díli. O deputado pede ao governo do seu país que apoie a promoção de negociações com vista à autodeterminação do território.



Para a resistência timorense, a violação dos direitos humanos não pode escamotear o principal: a autodeterminação

## Indonésia quer levar para os campos um terço da população de Díli

Nos planos dos indonésios está uma anunciada transferência para locais da província de cerca de um terço da população de Díli, iniciativa que é apoiada pelo governador de Timor, Mário Carrascalão, que afirma que as condições de vida na cidade se degradam pelo excesso populacional, o que criaria condições para um aumento de violência.

A resistência timorense diz que tudo não passa de um plano indonésio para ganhar o controlo da capital, a passar inclusivamente pela transferência para Díli de população indonésia. O isolamento da população timorense nos

campos permitiria à polícia e aos militares uma maior liberdade de movimentos para exercer a repressão.

A alegada captura pelas forças indonésias do comandante Mau Hudo, pseudónimo de José da Costa, número três na hierarquia de dirigentes da Fretilin, é motivo para notícias contraditórias, apesar da delegação daquele movimento na Austrália ter já admitido ser possível a veracidade do facto divulgado por um jornal indonésio. Borges Ferreira, responsável da Fretilin na Austrália, diz que fontes clandestinas do movimento em Díli colocam em dúvida

essa notícia e até agora os militares indonésios não apresentaram publicamente o capturado, tal como haviam prometido no início da semana passada.

A possível captura de Mau Hudo deu já motivo para a Indonésia dizer que conhecia o local de esconderijo de Xanana Gusmão, o líder da resistência timorense, após alegada confissão de Mau Hudo, tendo mesmo um jornal australiano adiantado a notícia de que Xanana iria entregar-se às forças de segurança indonésias, o que foi classificado pela Fretilin como «pura propaganda indonésia».

# PCP propõe medidas de combate à toxicoddependência

**São enormes as carências de meios na prevenção e tratamento de toxicoddependentes, para não falar das dificuldades ao nível da repressão do tráfico**

Na quarta-feira da passada semana, a Comissão Política do PCP divulgou em conferência de imprensa um comunicado sobre o problema da toxicoddependência em Portugal.

Recordando que «no último relatório que o Governo apresentou à Assembleia da República sobre a situação do País em matéria de segurança interna, em 1991, foi dado como assente, de 1989 para 1990, um aumento de tráfico de drogas em 37% e do consumo em 60%», o documento enumera exaustivamente a situação de carência de meios para combate ao problema, seja ao nível das medidas de prevenção, seja de tratamento, seja nomeadamente de reinserção, para não falar das dificuldades ao nível da repressão ao tráfico.

Como medidas necessárias à adopção de uma política adequada, o PCP apresenta um extenso conjunto de direcções essenciais: «reforço das medidas de prevenção primária do uso e abuso de drogas», «garantir a articulação dos esforços desenvolvidos por entidades públicas e privadas em domínios relacionados com a prevenção da toxicoddependência», «ga-

rantir o financiamento público, o apoio e a dotação com meios humanos e materiais adequados ao funcionamento eficaz, das instituições e entidades que actuem em domínios relacionados com a prevenção da toxicoddependência», «aumentar a capacidade de resposta e assegurar o funcionamento eficaz dos serviços públicos vocacionados para tratamento e reinserção social de toxicoddependentes», o aumento da «eficácia dos mecanismos existentes de combate ao tráfico de drogas e reforço dos meios ao dispor dos serviços vocacionados para esse fim», o aperfeiçoamento das «disposições legais relativas ao procedimento criminal e à execução de penas decorrentes do consumo de drogas, privilegiando o tratamento e a reinserção social de toxicoddependentes» e «promover e incentivar a participação activa da sociedade e em especial dos jovens da definição e concretização das políticas e acções a desenvolver no âmbito do combate à droga, bem como na avaliação dos seus resultados».

Para cada uma destas linhas de trabalho são inventariadas numerosas medidas

concretas, destacando-se a proposta de «criação de um Conselho Nacional para o Combate à Droga, órgão independente e dotado de autonomia administrativa e financeira».

O documento conclui informando que «visando a concretização destas propostas o PCP tomará várias iniciativas», de que destacamos:

«No âmbito da acção do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República:

«1ª Apresentação de um projecto de lei contemplando medidas de prevenção do consumo de drogas e de tratamento e reinserção social de toxicoddependentes, dando continuidade ao Projecto do PCP elaborado com activa participação da JCP e que, tendo sido aprovado na generalidade na última legislatura, não teve ainda consagração legal.

«2ª Apresentação de um projecto de deliberação com vista à realização de um debate parlamentar sobre a problemática da prevenção do consumo e do combate ao tráfico de drogas.

«3ª A proposta de realização de uma conferência da Assembleia da República com auscultação de técnicos

pluridisciplinares, sobre a problemática da droga envolvendo na sua preparação as Comissões Parlamentares de Juventude, Direitos, Liberdades e Garantias, Saúde e Educação.

«4ª A defesa no debate do Orçamento de Estado para 1992 de um acréscimo significativo de dotações para os serviços e acções que se relacionem com o combate à droga nas suas diversas facetas nomeadamente nas vertentes preventiva e curativa.

«No âmbito do trabalho dos comunistas nas autarquias e no movimento associativo: a continuação e intensificação da sua actividade para o desenvolvimento da prática desportiva, cultural e recreativa, particularmente com os jovens, como elemento de grande importância na prevenção da toxicoddependência.»

«No âmbito do estudo e da reflexão partidária sobre o problema da toxicoddependência o PCP realizará uma iniciativa de debate sobre a matéria, integrada na vasta abordagem dos problemas da sociedade portuguesa e do mundo contemporâneo que promove durante este ano.»

## Reunião de Quadros de Leiria

Reunida em 25 de Janeiro, a Direcção da Organização Regional de Leiria do PCP analisou a situação política e definiu orientações de trabalho para 1992, aprovando o correspondente plano de actividades.

Entre o vasto conjunto de iniciativas programadas, a DORLEI destaca a realização, em 15 de Fevereiro, de uma reunião regional de Quadros, que contará com a participação do secretário-geral adjunto Carlos Carvalhas.

O PCP promove ainda neste primeiro semestre vários encontros sobre problemas regionais, nomeadamente sobre agricultura, pescas, sobre mulheres, reformados e deficientes, quadros operários e activistas sindicais, bem como sobre a situação social, ambiente e associativismo popular.

Com vista a aprofundar a análise dos problemas do sul do distrito, a DORLEI realiza, no mês de Maio, as Jornadas Legislativas e um Encontro sobre o desenvolvimento da região.

Na actividade autárquica, estão previstos encontros concelhios na Marinha Grande, Peniche, Bombarral e Leiria, que culminarão com um encontro regional da CDU, a efectuar no final do ano. Entretanto, várias organizações têm já marcadas as suas assembleias, casos de Peniche, Leiria e Marinha Grande.

No âmbito da preparação do 14º Congresso, decorrerão ainda debates sobre a evolução da situação mundial, o PCP no presente e no futuro do País e sobre formas de intervenção e de luta.

O aniversário do Partido será assinalado com iniciativas a efectuar na Marinha Grande, Caldas da Rainha e Peniche, nos dias 7 e 8 de Março. A DORLEI do PCP refere ainda que se integrará nas comemorações do 25 de Abril, 8 e 28 de Março, respectivamente, dias da Mulher e da Juventude.

## Academia de dança pode encerrar

A brutal redução de 17 mil para 2500 contos do apoio do Ministério da Educação/GETAP coloca a Academia de Dança Contemporânea de Setúbal sob o sério risco de encerrar as suas portas. Como afirma a Comissão Concelhia de Setúbal do PCP, a academia chegou ao limite de sobrevivência, o que de resto já foi motivo para um requerimento dos deputados do PCP, Odete Santos e António Filipe, endereçado ao presidente da Assembleia da República.

Esta Comissão Concelhia, que tem acompanhado de perto a actividade cultural na cidade, manifesta a sua solidariedade às instituições e agentes culturais afectados pela política do Governo.

Em reunião recente, aquele organismo partidário apoiou igualmente as resoluções dos trabalhadores do distrito, reunidos em plenário no passado dia 24, na Sociedade Musical Capricho Setubalense, «vítimas de opções políticas e estratégicas de reestruturação que estão a provocar a destruição de postos de trabalho e o não pagamento de salários e indemnizações».

## Aumentar a venda do «Avante!»

Aumentar a venda do «Avante!» para o dobro é «uma decisão e uma possibilidade» avançadas pelo organismo de direcção para a zona de Azeitão, no concelho de Setúbal. No passado ano, recorde-se, a venda do órgão central do PCP, que arrancou do nada, atingiu na zona um número de 16 exemplares. Os comunistas de Azeitão estão agora convencidos que não será difícil conseguir vender semanalmente 32 jornais.

Entretanto, este organismo marcou para o próximo dia 8 de Março um almoço-convívio comemorativo do 71º aniversário do PCP. A iniciativa será ainda uma oportunidade para relançar o trabalho nas freguesias de S. Lourenço e São Simão, onde a falta de um centro de trabalho do Partido obriga a que se realizem reuniões em casa de camaradas.

Os comunistas da zona de Azeitão aprovaram ainda um comunicado para distribuir à



população na jornada de propaganda do PCP, e atribuem especial importância à entrega dos novos cartões para o biénio 1992/1993 como meio de aprofundarem o conhecimento dos quadros e dos militantes.

## Lutas em Castelo Branco

A luta dos trabalhadores do sector de vestuário do distrito de Castelo Branco, que cumpriram uma greve em 17 de Janeiro com adesões superiores a 90 por cento, casos de Belmonte e Covilhã, bem como a paralisação de dois dias (28 e 29 de Janeiro) dos mineiros da Panasqueira, que atingiu uma adesão 97 por cento, são aspectos marcantes da luta dos trabalhadores na região por melhores salários, pela redução do

horário de trabalho e contra o aumento do custo de vida. Estas movimentações foram analisadas no passado sábado pela DORCB do PCP, que se solidarizou ainda com as reivindicações dos trabalhadores da Administração Pública Central e Local.

Esta direcção regional decidiu ainda convocar duas conferências de imprensa para o próximo dia 10 deste mês, uma em Castelo Branco e outra na Covilhã, onde to-

mará posição sobre o PID-DAC para 1992, no que se refere ao distrito.

Na sua reunião, a DORCB decidiu ainda realizar um conjunto de iniciativas, salientando-se as comemorações do 71º aniversário do PCP, no âmbito das quais decorrerão sessões na Covilhã, Castelo Branco, Fundão e Tortosendo. Uma outra sessão marcada para 23 deste mês assinalará o aniversário do «Avante!» e contará com a

participação de António Dias Lourenço.

A DORCB promoverá ainda diversos debates sobre organização, inseridos na preparação do 14º Congresso do PCP, bem como participará nas comemorações do Dia Internacional da Mulher, do 25 de Abril e do 1º de Maio. Foram já marcadas para os próximos meses as assembleias de organização de Castelo Branco, do Fundão e de Tortosendo.

### CAMARADAS FALECIDOS

#### HERNANI MARTINS

Faleceu aos 76 anos de idade, **Hernani Martins**, cenógrafo, que pertencia à célula do Teatro da ORL. Profissional bem conhecido de todos quantos trabalham no teatro, Hernani Martins começou a trabalhar em cenografia aos 14 anos com o Mestre Manuel Oliveira, no Teatro Nacional.

Muitos dos teatros a funcionar tiveram trabalhos ou consultas técnicas seus, sendo considerado um dos profissionais mais entendidos em teias. Como cenógrafo, numa equipa que integrava o seu irmão Rui e o pintor Rogério Amaral, teve uma obra assinalável em Congressos e outras realizações nacionais do Partido, Festas do «Avante!» e nos célebres panos da fachada do Vitória.

Como empresário, foi sócio de Eugénio de Salvador na companhia de revista do Coliseu, em produções como «A vida é bela».

No funeral, realizado no passado sábado, estiveram presentes José Casanova, Aboim Inglês e António Abreu, camaradas que com ele trabalharam na SIP/DORL, Daniel Garcia, do Sindicato dos Espectáculos, e outros profissionais ligados ao teatro como Varela Silva, Morais e Castro, Linda Silva, Juan Soutullo, Fernando Mendes, Vasco Morgado Júnior, Helder Costa, Couto Viana e Rogério Amaral.

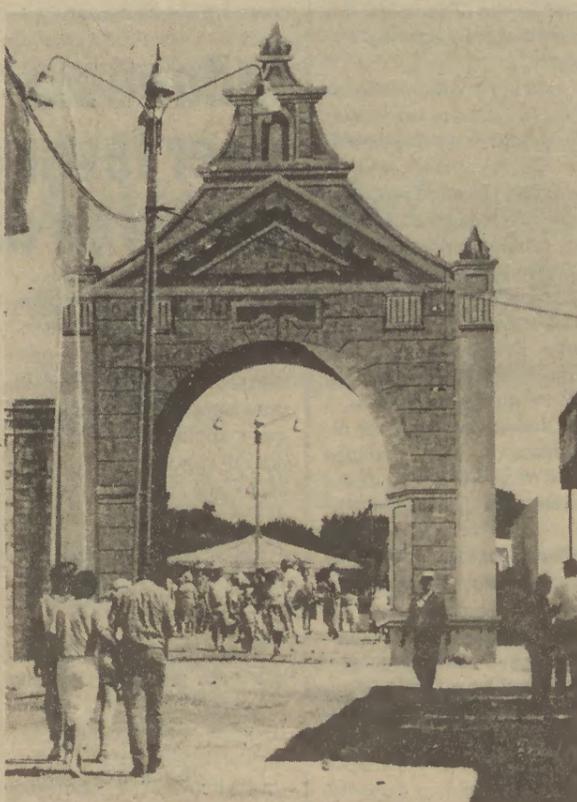
#### GUILHERME OLIVEIRA

Faleceu no passado dia 31 de Janeiro, com 62 anos de idade, **Guilherme dos Santos Oliveira**, que pertencia à Célula dos Trabalhadores da fábrica de açúcar CIDUL.

#### ANTÓNIO GATO

Faleceu no passado dia 28 de Janeiro, **António Lopes Gato**, com 61 anos de idade. Natural de Serpa, estava organizado na Freguesia da Parede.

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



Um dos trabalhos de Hernani Martins na Festa do «Avante!»

PCP

# Propostas e intervenção dos comunistas

## Debatidas no encontro da ORA

Com o objectivo de «encontrar as linhas de acção e orientações para o trabalho futuro», reuniram-se no passado domingo em Olhão cerca de 200 dos mais destacados quadros da Organização Regional do Algarve, do PCP.

No encontro que durou todo o dia foram analisadas as diferentes frentes de trabalho partidário, numa discussão ampla e participada, onde frontalmente se falou de erros e deficiências, mas também da importância das propostas e justeza da luta dos comunistas na vida nacional e regional. A intervenção final da reunião esteve a cargo do camarada Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP.

Carlós Luís Figueira, membro da Comissão Executiva Nacional do Comité Central do PCP e responsável da DORAL que se encontrava na mesa acompanhado pelo secretário-geral adjunto, com Luísa Araújo,

de resistência contra a política de direita».

Sobre os problemas de ausência de militância defendeu «não ser um fenómeno só do PCP, mas atravessa de forma aprofundada a realidade portu-

foram outros problemas enunciados.

O partido na região algarvia tem um número de efectivos que ultrapassam os cinco milhares apesar de existirem algumas dificuldades em certos casos de apuramento efectivo da



## PCP felicita atletas

O PCP felicitou num telegrama enviado telefonicamente os atletas do SCP e o técnico Mário Moniz Pereira «pelo décimo segundo título europeu de corta-mato, obtido em Alicante».

O PCP enviou ainda uma outra mensagem às atletas do SCB e à sua técnica Maria Sameiro Araújo, «felicitando-os pelo sexto título consecutivo, obtido na taça dos campeões europeus de *Crosse* femininos, em Montecatini - Roma».

Ambos os acontecimentos são referidos nos telegramas como constituindo «um estímulo significativo para a promoção da modalidade».

«Com os votos de continuidade de êxitos desportivos, enviamos-vos as nossas cordiais saudações democráticas e desportivas», concluem as missivas, assinadas pelo Grupo de Estudos do PCP para a Política Desportiva, e datadas de 3 de Fevereiro de 1991.

do Secretariado do CC, José Manuel Freitas, da direcção regional e membro do CC, e Sebastião Coelho, da Comissão Concelhia de Olhão, afirmou na intervenção de abertura que, «não se tratava de uma reunião normal ou rotineira» mas teve o propósito de «mobilizar a parte mais activa, interveniente e responsável do partido na região».

Numa análise à situação na organização do partido na região Carlos Luís Figueira salientou a realização de um novo balanço global em resultado do qual os números apresentados «dão indicativos valiosos para a determinação de linhas de ataque às nossas principais dificuldades».

Estas dificuldades — frisou — não são surpreendentes no quadro extremamente difícil em que o partido tem vindo a actuar, resultantes não só dos últimos acontecimentos nacionais e internacionais, mas de uma prolongada e difícil batalha

sa «motivado pela agudização das condições de vida, pelo desencanto, pelo retrocesso no exercício das liberdades», não deixando de salientar que, «para além destas dificuldades o traço distintivo que nos diferencia a nós, comunistas, é que somos os únicos a lutar contra esta maré».

O Algarve é um exemplo de como têm sido profundas as alterações sociais e económicas que continuam em desenvolvimento e introduziram mudanças radicais na composição da população activa, nos hábitos, nos objectivos e projectos de vida dos seus habitantes, uma boa parte dos quais oriundos de outras regiões.

A perda significativa do peso da classe operária, as empresas sazonais, as formas artificiais e de vida fácil através dos múltiplos esquemas que a actividade turística introduziu a exportação e fenómenos de desemprego para outras regiões e o peso excessivo da administração pública,

participação e militância, que estão a ser resolvidos num trabalho «moroso mas necessário».

O responsável da DORAL salientou ainda a necessidade de novas formas de enquadramento mais maleáveis, uma militância mais activa e responsável para uma maior iniciativa política, uma «ousada» promoção de quadros, a importância do trabalho junto da juventude e formas mais activas de participação directa «saindo para a rua, dando conhecimento das nossas iniciativas e propostas, como forma de romper todos os bloqueios a que estamos sujeitos».

Sobre o Plano de Actividades da ORAL apresentado alertou para que os camaradas não o considerassem um «documento acabado, mais um papel, mas sim que dele façam um instrumento de trabalho nas reuniões das suas organizações, introduzindo alterações, apresentando novas propostas».

## Igualdade de oportunidades?!...

Os trabalhos da reunião de quadros realizada em Olhão, foram encerrados pelo o secretário-geral adjunto do PCP, Carlos Carvalhas, de cuja intervenção reproduzimos alguns extractos:

«As advertências que fizemos durante a campanha eleitoral tinham ou não razão de ser?

Aqueles que mais uma vez se deixaram iludir pela política espectáculo, centrada no Primeiro-Ministro e nas suas promessas, o que é que podem constatar?

Que estamos perante uma política de concentração de riqueza cujas grandes linhas se podem definir como: se queres saúde paga-a; se não tens dinheiro não estudas; se queres pagar menos impostos torna-te rico!

De facto que sentido dar agora, após as eleições, à introdução das Taxas Moderadoras nas Urgências e Centros de Saúde, anunciadas com voz pesada pelo secretário de Estado Marques Mendes, com o pretexto de defender os pobres e fazer pagar aos ricos? Não é, pura e simplesmente, dar campo ao célebre slogan, de que se queres saúde paga-a? Pois não é verdade que quem recorre aos Centros de Saúde e aos bancos dos hospitais, são na generalidade as famílias com menores recursos. Os ricos dirigem-se para as clínicas de luxo e para os hospitais privados.

Se o Governo quer efectivamente que os ricos paguem, tem claramente a via dos impostos. Mas como se vê pela proposta orçamental, a carga fiscal vai recair sobretudo sobre os rendimentos dos trabalhadores e das camadas médias. Para os afortunados, os impostos são regressivos. É a aplicação do slogan, se queres pagar menos impostos torna-te rico; especula na bolsa; procura actividades que te enriqueçam dormindo; foge das actividades produtivas.

Aliás a justiça social tributária fica clara quando paralelamente ao brutal agravamento fiscal o Governo desagrava este ano ainda mais as aplicações financeiras e bolsistas. Estima, inclusive, que estes novos desagravamentos custarão ao erário público mais de 11 milhões de contos!

Precisamente os 11 milhões de contos que Macário Correia no Parlamento, considerava ser o custo avultado do projecto do Partido Comunista Português, que permitia o acesso gratuito aos medicamentos aos cidadãos de baixos recursos! É a política de dois pesos e duas medidas!

Mas a mesma marca de classe, fica clara, no ensino.

Em vez de dar resposta às reivindicações dos professores e alunos, em vez de dar resposta à PGA, também no ensino, o Governo quer reforçar a selectividade pelos rendimentos familiares aumentando substancialmente as propinas, excluindo assim pela dupla via: provas selectivas, custos incomportáveis, quer no ensino privado quer no ensino público. É assim que o PSD e Cavaco Silva entendem a igualdade de oportunidades...

É a política de polarização da riqueza, com a exclusão de importantes agregados populacionais do acesso ao ensino, à saúde, à habitação, à justiça, aos tempos livres, às férias, em resumo, a um nível de vida digno.

Paralelamente, o Governo, prosseguindo o seu eixo estratégico de restauração do poder económico e político dos grandes capitalistas portugueses, associados em posição subalterna ao capital e interesses estrangeiros, anda numa grande azáfama negociada, leiloando o riquíssimo património público do Sector Empresarial do Estado pelos seus compadres e amigos. É um escândalo. Mas é um escândalo que também é compartilhado pelo silêncio e a cumplicidade do Partido Socialista, cuja política neste campo é claramente a de Pilatos.

Os recentes anúncios da privatização do BESCL, leia-se entrega à «velha família», que afinal agora se deu conta que não detém os 20% do Banco, para não ser obrigado a uma OPA sobre a totalidade do dito; o anúncio de que o Governo está a reavaliar a Mundial Confiança, para que o seu preço seja convidativo para os compradores; o facto agora noticiado de que o único grupo concorrente à privatização da Petrogal é coordenado por Pires de Miranda, ex ministro do PSD e ex-presidente do Conselho de Administração da Petrogal, configuram claramente um verdadeiro assalto ao património público. Mão baixa, como diria Oliveira Martins, ou como diz agora Mira Amaral (*in Correio da Manhã*), «óptimo negócio» é a privatização da Petrogal!

Perante esta situação, inequivocamente que «é justo protestar, é justo lutar».

A democracia é também exactamente o direito de cada cidadão denunciar as injustiças e as corrupções, situem-se a nível de sistema, de lutar pelos seus direitos, de se manifestar para fazer valer as suas justas reivindicações.

Também nós, PCP, faremos uma campanha nacional de informação e esclarecimento nos próximos dias 6, 7, 8 e 9 de Fevereiro.

Os trabalhadores e o povo português sabem que podem contar com o PCP, nas pequenas e grandes lutas, nas grandes e pequenas causas, não haverá silêncios, desinteresse ou passividade.

## Orçamento para 1992 não ajuda o Alentejo

Numa análise do Orçamento de Estado feita pela DOREV, em conferência de imprensa na passada sexta-feira, constata-se que a verba para o distrito de Évora é de apenas 3,3 milhões de contos, o que representa apenas 1 por cento do total do PIDDAC nacional, não ultrapassando os 12 milhões de contos o montante para todo o Alentejo, cerca de 3,8 por cento do destinado ao resto do País,

O Alentejo continua assim na cauda do País no que se refere ao esforço de investimento da Administração Pública e do Governo. Acresce que a alteração dos critérios de cálculo do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), agora com uma alínea referente à população residente com menos de quinze anos,

penaliza regiões envelhecidas como é o caso do Alentejo.

Neste contexto, o Grupo Parlamentar do PCP decidiu apresentar durante o debate do Orçamento de Estado um conjunto de propostas num valor de mais de 1,2 milhões de contos que visará beneficiar o distrito de Évora e o Alentejo em geral.

O caso particular do concelho de Estremoz «enferra dos graves problemas do atraso no desenvolvimento económico e social que caracterizam as áreas do interior e particularmente da região alentejana», afirma o executivo da DOREV, que esteve reunido, segunda-feira, naquela cidade para analisar a vida partidária e a situação social do distrito, em particular daquele concelho.

## NACIONAL

## Contra o bloqueio norte-americano

## Avança solidariedade com Cuba

A Associação de Amizade Portugal-Cuba exige o levantamento do bloqueio económico pelos EUA e anuncia o lançamento de uma campanha de solidariedade

Numa conferência de imprensa que deu sexta-feira passada, a direcção da associação sublinhou a situação grave, do ponto de vista humanitário, que se vive em Cuba e que se pode agravar com o alargamento do bloqueio a empresas subsidiárias de firmas norte-americanas e sediadas fora dos EUA.

Acompanhando a onda de solidariedade para com o povo cubano - que encontra expressão, nomeadamente, no movimento «Peace for Cuba» nos Estados Unidos, e em diversas acções em Espanha, França, México, Dinamarca e Suécia -, a associação portuguesa está a promover uma recolha de fundos com o objectivo de enviar para Cuba leite em pó.

A falta de leite em pó tem a ver com o facto de a Alemanha unificada não cumprir os compromissos da RDA, de onde Cuba importava anualmente 22 mil toneladas daquele produto (equivalente a 220 milhões de litros de leite, ou seja, quase 5 meses de consumo directo).

Num documento que a presidente da associação, Dra. Armada Carvalho da Fonseca, apresentou aos jornalistas, afirma-se que «ao contrário do que se supõe, o bloqueio a Cuba nada tem a ver com o socialismo ou com eventuais ameaças contra os EUA», recorda-se que «a ambição de controlo sobre Cuba vem de longe, desde os tempos da luta pela indepen-

dência contra o colonizador espanhol» e sublinha-se que «o bloqueio começou como punição por Cuba apenas pretender diminuir a sua enorme dependência dos Estados Unidos».

A Associação de Amizade Portugal-Cuba apela ao levantamento do bloqueio norte-americano, «em nome do direito do povo cubano à independência, à liberdade e à dignidade», lembrando que «por todo o mundo se erguem vozes contra o bloqueio, independentemente de ideologias ou posições políticas», referindo, entre outras instituições e personalidades, o Parlamento Latino-Americano (reunido em Cartagena das Índias, Colômbia); a Câmara de Deputados da Bolívia e o seu presidente; mais de 40 deputados e senadores uruguaios; o Concílio Metodista (declaração subscrita por igrejas dos EUA, Reino Unido, Canadá e Caraíbas); 72 deputados e dirigentes de 152 sindicatos no Brasil (onde também Jorge Amado, Luís Inácio Lula e Frei Betto tomaram posição contra o bloqueio); membros do Parlamento Europeu; a Fundação Omar Torrijos, do Panamá; o Prémio Nobel argentino Adolfo Pérez Esquivel; o presidente venezuelano, Carlos Andrés Pérez; o vice-presidente do Peru, Maximo San Roman; o presidente da Comissão dos Direitos Humanos da ONU, Enrique Bernales; a Associação de Juristas Democráticos da

Nicarágua; o presidente do Parlamento Andino, Ronaldo Biaggi; o Congresso de Deputados do Equador; George Fulkes, porta-voz do Partido Trabalhista britânico para os assuntos da América Latina; o conselho directivo da Conferência Cristã pela Paz para a América Latina e Caraíbas. Integrados no «Peace for Cuba», também exigem o fim do bloqueio os norte-americanos Ramsery Clark (antigo Procurador-Geral), Harry Belafonte, Kate Millet, Kris Kristopherson, Margot Kidder, Paul Mazursk, vários bispos e outros membros do clero.

A presidente da associação, acompanhada na conferência de imprensa pelo deputado Corregedor da Fonseca (vice-presidente da Portugal-Cuba), informou que foram já enviados para Havana 419 quilos de leite em pó, embora a campanha esteja praticamente no início: foram recolhidos fundos no jantar comemorativo dos 33 anos da revolução cubana e vai ser aberta uma conta especialmente para esta acção.

Os prejuízos que o bloqueio norte-americano está a provocar a Cuba e ao seu povo foram também denunciados numa sessão pública que teve lugar no sábado, na Casa da Cultura de Beja, e que contou com intervenções do embaixador cubano em Lisboa, do general Vasco Gonçalves e do almirante Rosa Coutinho. Nesta sessão participaram mais de 300



A Associação de Amizade Portugal-Cuba promoveu na quinta-feira passada um jantar comemorativo do 33.º aniversário da Revolução Cubana no qual estiveram presentes diversas personalidades da vida política, autárquica, sindical e cultural do nosso país. Usaram da palavra a presidente da associação, Dra. Armada Carvalho da Fonseca, e o Embaixador de Cuba em Portugal, German Blanco

peças, entre as quais diversos presidentes de câmaras municipais e vereadores, dirigentes e activistas sindicais e políticos, que manifestaram a opinião de que os EUA devem pôr fim ao bloqueio.

A iniciativa de Beja foi promovida por um grupo de cidadãos, em cuja representação estiveram, na mesa, António Murteira, José Manuel

Carreira Marques, António Raposo e Maria José Cheira.

Sérgio Ribeiro apresentou no Parlamento Europeu uma pergunta escrita à Comissão das Comunidades, protestando contra afirmações do comissário Abel Matutes relativamente à execução, em Cuba, de um indivíduo julgado e acusado por actos de sabotagem e ter-

rorismo. O deputado do PCP reconhece que «pode o sr. Matutes ter as ideias e os desejos que tem relativamente a Cuba, ou ao que quer que seja», mas não poderá fazer de tais ideias ou desejos próprios posições da Comissão, «a não ser que desta tenha recebido mandato». Sérgio Ribeiro interroga: «Foi esse caso?»

## Associação de Sargentos propõe nova tabela

A Associação Nacional de Sargentos (ANS) elegeu no passado fim-de-semana os seus Corpos Sociais para o biénio 92/93 e tem no seu quadro de preocupações questões ligadas com a evolução das carreiras dos sargentos dos três ramos das Forças Armadas, bem como o novo sistema retributivo que abrange estes militares.

A ANS entregou na Provedoria da Justiça uma proposta de tabela indiciária, visando a resolução da situação existente em relação aos vencimentos dos sargentos.

A ANS conta três mil e 500 sócios no conjunto dos cerca de 11 mil sargentos das fileiras do Exército, Marinha e Força Aérea, tendo já feito várias tentativas para ser recebida pelo ministro da Defesa.

Um despacho da Lusa citando um membro da ANS, refere a contribuição da Associação para as múltiplas alterações que a Assembleia da República introduziu ao estatuto dos militares.

Recorde-se que vários elementos da ANS têm sido alvo de processos disciplinares, em virtude do quadro de restrições em vigor para os militares.

A proximidade de revisão

da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA), conforme indica o Programa do Governo, é, para as associações, o momento para introduzir as alterações necessárias.

Ocitado despacho da Lusa, refere também a existência de dois movimentos no seio dos militarizados da Marinha: a Associação Nacional dos Militarizados da Marinha (ANMM) e a Associação Nacional da Polícia Marítima e dos Cabos-de-Mar (ANPMCM).

Segundo César Silva, da Direcção da ANPMCM, esta constituiu-se dado que o Projecto da ANMM não servia os agentes da Polícia Marítima. Para Hernâni Lopes, da ANMM, a existência de dois movimentos vem dividir a força do conjunto.

A ANMM, constituída em 1990, representa 50% dos mil e 500 elementos que constituem os militarizados da Marinha, cujo quadro é composto por seis grupos: Polícia Marítima, Polícia dos Estabelecimentos de Marinha, Cabos-de-Mar, Práticos de Costa do Algarve, Faroleiros e Troços-de-Mar.

A ausência de estatuto próprio (o dos militares não se lhes aplica) e de regalias

existentes em forças similares, são algumas das questões que pretendem resolver.

O problema do futuro do Sistema de Autoridade Marítima está igualmente no centro das suas atenções.

Um acórdão recente do Tribunal Constitucional retirou este pessoal da alçada do Regulamento de Disciplina Militar e do Código de Justiça Militar.

O Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas, possuindo cinco mil e 500 elementos filiados (de um total de dez mil e 500) tem relações normais com a tutela.

Segundo Hélder Monteiro, a reestruturação anunciada dos sete estabelecimentos fabris, a revisão das tabelas salariais e a redução dos horários de trabalho são algumas das questões pendentes no sector.

Este Sindicato, cujos filiados são civis, criado em meados de 1983, viu os seus estatutos retidos durante seis anos, dado que o Governo considerou ilegal a existência de uma estrutura sindical no meio militar. O desbloqueamento verificou-se em 1989, em resultado da resolução do problema que então atingia os polícias.

## Deficientes manifestam-se no Dia da Europa

Os deficientes portugueses vão manifestar-se em cinco de Maio, Dia da Europa, em resposta a um apelo da Associação Portuguesa de Deficientes (APD) que na semana passada anunciou a iniciativa por considerar «preocupantes os sinais de agravamento da situação social dos deficientes» em Portugal.

«Anunciam-se aumentos significativos nos bens es-

senciais e nos medicamentos que atingem profundamente os deficientes portugueses e justificam as nossas críticas face ao reduzido aumento das pensões», diz um comunicado da APD.

A mesma organização acusa o Ministério do Emprego e Segurança Social de não querer ouvir as organizações dos deficientes, ao mesmo tempo que o Conselho Nacional de

Reabilitação (estrutura onde se reúnem representantes governamentais e organizações dos deficientes) vive uma situação de indefinição.

A APD crítica também o Governo por ter suspenso vários apoios nacionais aos deficientes, ao mesmo tempo que se aproxima a data de aplicação de programas comunitários para esta área. Por outro lado, a APD faz um balanço negativo da aplicação de anteriores programas comunitários, pois as verbas acabaram por favorecer iniciativas governamentais em detrimento das associações.

Entretanto, uma delegação da União Cordenadora Nacional das Organizações dos Deficientes esteve na sexta-feira na sede nacional do PCP em Lisboa para um encontro com dirigentes comunistas, que a foto documenta.



## COMUNIDADE EUROPEIA

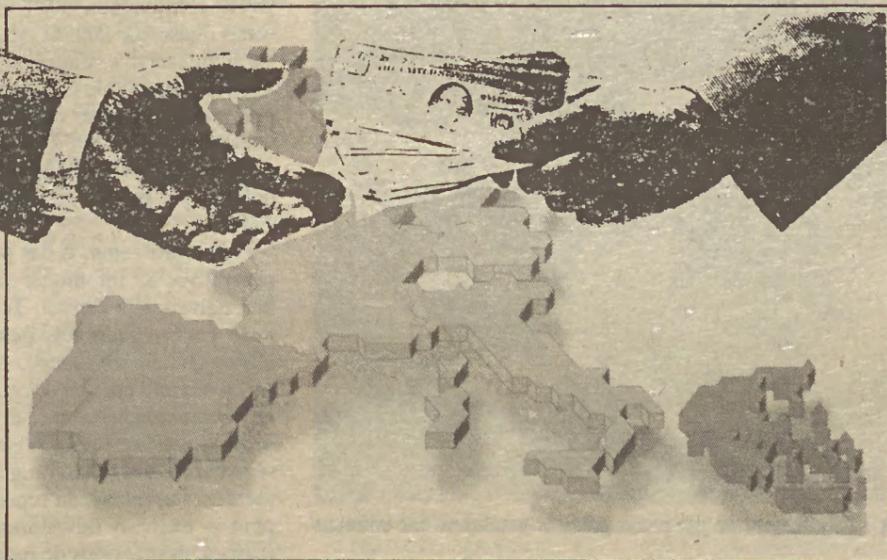
# Empréstimos do BEI favorecem Itália e Espanha

Portugal recebeu do Banco Europeu de Investimento empréstimos no valor de 180 milhões de contos

A Itália e a Espanha foram os países da Comunidade que mais beneficiaram dos empréstimos concedidos pelo Banco Europeu de Investimento da CEE (BEI) durante 1991. O valor dos financiamentos destinados à Itália ascenderam a quatro mil milhões de Ecus, enquanto a Espanha recebeu 2,3 mil milhões de Ecus.

Segundo o relatório de actividade da instituição divulgado em Bruxelas, no final de Janeiro, Portugal foi o sexto maior beneficiário dos empréstimos do BEI, embora a grande distância dos dois primeiros, com financiamentos da ordem dos mil milhões de Ecus, ou seja, cerca de 180 milhões de contos.

O financiamento a Portugal, correspondendo a cerca de sete por cento do total dos empréstimos concedidos, foi superior aos da Grécia, Bélgica, Holanda, Irlanda e Luxemburgo, e aumentaram



25 por cento relativamente a 1990.

Ainda segundo o relatório, o sector português que beneficiou de maiores créditos foi o das comunicações (78,6 milhões de contos), seguido pelo da indústria e dos servi-

ços (48 milhões de contos), enquanto o sector da energia absorveu 21 milhões de contos. O BEI informa também que foram concedidos 32 milhões de contos de empréstimos destinados a investimentos de pequena e média dimensão.

No total, no ano passado, os empréstimos do BEI ascenderam a 27,5 mil milhões de contos, dos quais 25,7 foram investidos nos países da CEE em projectos destinados a corrigir as disparidades económicas. Os financiamentos destinaram-se a países terceiros de África, Magrebe e Leste Europeu.

## Perigos de 93

Entretanto, no respeitante ao mercado regional, o mercado único pode ter efeitos extremamente negativos para a economia portuguesa.

Segundo Quevit (que é também consultor do governo português), o mercado interno de 1993 pode pôr em cheque «a vantagem comparativa dos baixos salários» praticados em Portugal. Para aquele especialista, o facto de

as principais indústrias portuguesas (têxteis, calçado e metalomecânica) se apoiarem em mão-de-obra pouco qualificada e mal paga é um «factor limitativo» do crescimento do país, após a supressão das fronteiras internas da CEE. Na opinião de Quevit, Portugal deveria apostar na criação de economias de escala e na inovação técnica e empresarial, aproveitando para o efeito as ajudas da CEE (fundos estruturais e programa específico para a indústria portuguesa - PEDIP), para modernizar as estruturas públicas, desenvolver recursos humanos e impulsionar o desenvolvimento regional e local. E também, como sublinha, canalizar para o sector produtivo o forte investimento estrangeiro nos sectores imobiliário e financeiro.

Uma opinião distinta da que tem vindo a ser defendida pelas autoridades portuguesas, que reiteradamente têm vindo a defender a manutenção da mão-de-obra barata como principal «atração» nacional, a par de manifesta incapacidade para desviar o investimento estrangeiro das actividades especulativas.

## Simpáticos e mal pagos

Os baixos salários dos portugueses constituem o principal motivo de atracção das empresas japonesas para a instalação das suas unidades empresariais em Portugal.

Segundo os resultados do sétimo inquérito anual da JETRO (Organização de Comércio Externo do Japão) às empresas japonesas instaladas na Europa, Portugal está em primeiro lugar no que se refere à indicação do baixo nível salarial como razão fundamental para a decisão de investimento. O inquérito, realizado entre Setembro de 1990 e Janeiro de 1991, aponta como segunda causa da preferência a existência de um sentimento pró-japonês.

A qualidade da mão-de-obra, as condições geográficas, o domínio do inglês e a facilidade de obtenção de matérias-primas a preço razoável não têm praticamente expressão na justificação da opção por Portugal.

Simpáticos e mal pagos, é o que nós somos.

# Angola recebe apoio da CEE

A «troika» comunitária, formada pela Holanda, Portugal e Grã-Bretanha, assinou anteontem em Angola o segundo Programa Indicativo Nacional (PIN), contemplando uma assistência comunitária àquele país da ordem dos 115 milhões de Ecus (145 milhões de dólares) para um período de cinco anos. O plano de ajuda, que visa implementar o desenvolvimento rural, transportes e comunicações, valorização dos recursos humanos, serviços comunitários e desenvolvimento, pretende ser, segundo o vice-presidente da Comunidade, Manuel Marin, «o mais eficaz possível» no res-

peitante à reabilitação futura de Angola.

A deslocação da «troika» a Angola destinou-se, segundo aquele responsável, a «ver no terreno as realizações mais concretas do plano de paz» e a estudar as formas de auxílio comunitário ao mesmo, designadamente no campo da reintegração social dos desmobilizados e seu enquadramento no «processo produtivo democrático e estável».

Para o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Durão Barroso, muitos dos problemas que hoje afectam a sociedade angolana «serão resol-

vidos se os acordos de paz forem integralmente cumpridos, se os prazos forem respeitados e se Angola conseguir consolidar a situação de paz que hoje vive e assegurar com sucesso a transição para a democracia».

«Esta é a mensagem - disse o representante português - que a Comunidade Europeia traz ao Governo e a todo o povo angolano».

Por seu turno, o presidente José Eduardo dos Santos aproveitou a presença dos responsáveis da CEE para apelar à sua intervenção junto da Uniter, de forma a permitir remover os obstáculos que se colocam no quadro da aplicação dos acordos de paz, «tais

como os atrasos que se verificam na extensão da administração do Estado, os impedimentos à livre circulação de pessoas e bens e as dificuldades relativas à aprovação, por todas as partes interessadas, dos instrumentos legais que vão regular o processo eleitoral» e permitir que os mesmos «adquiram velocidade de cruzeiro de tal modo que as eleições possam ter lugar em Setembro de 1992».

Os representantes comunitários admitiram entretanto a concessão de ajudas excepcionais a Angola, tendo em conta que a situação que se vive no país é também ela excepcional.

## Caça às bruxas

Os direitos do Homem estão a ser ameaçados na Checoslováquia, Hungria e Polónia, através da aprovação de legislação respeitante ao passado político dos cidadãos, que abre caminho, na prática, a uma autêntica «caça às bruxas». O facto está a levantar justificadas preocupações e resistências na sociedade, a suscitar dúvidas constitucionais e a provocar a perplexidade dos juristas quanto à sua aplicação. Para o eurodeputado comunista Rogério Brito, a referida legislação põe em causa «a natureza democrática dos regimes, da justiça, as liberdades políticas e os direitos do Homem», pelo que os organismos comunitários devem analisar a situação. Nesse sentido, e tendo em conta os acordos de associação da Comunidade com os referidos países, Rogério Brito questionou a Comissão e o Conselho sobre as medidas que pretendem tomar «dentro dos critérios comunitários da defesa dos direitos do Homem, para que os acordos e a ajuda económica e humanitária em curso sirvam a democracia na região».

## Crítérios

Os representantes dos Doze estão a preparar uma carta comum, a assinar pela presidência portuguesa, solicitando ao Parlamento Europeu (PE) o desbloqueio da ajuda financeira a Marrocos e à Síria. Em 15 de Janeiro último, o PE bloqueou os protocolos financeiros com aqueles dois países, no valor de 463 milhões de Ecus e 298 milhões de Ecus, respectivamente, acusando Marrocos de violar os direitos humanos e a Síria de dar refúgio ao criminoso de guerra nazi Alois Brunner, responsável pela deportação de mais de 100 mil judeus durante a Segunda Guerra Mundial. Esta decisão provocou, para além de protestos dos visados, reacções diferentes dos distintos grupos políticos do PE. Assim, enquanto a «Aliança dos Democratas Europeus» (RDE) anunciou a criação de um grupo de amizade CEE-Marrocos, Rogério Brito, do grupo Coligação de Esquerda, acusou o PE de usar dois pesos e duas medidas.

Numa pergunta dirigida aos ministros dos Negócios Estrangeiros no quadro da Cooperação Política Europeia (CPE), o camarada Rogério Brito considera legítimo o bloqueio decidido pelo PE, mas acusa o Parlamento de ter cometido o «grave erro de usar dois pesos e duas medidas já que, pela mesma ordem de razões, acrescidas do sistemático desrespeito pelas decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas, deveria ter votado igualmente contra o acordo com Israel». Face a esta «dualidade de critérios do PE susceptível de criar dificuldades com os Estados árabes», pergunta o deputado que medidas deverão ser tomadas no quadro da CPE para que, «não retirando o sentido da rejeição dos atropelos aos direitos humanos, a CE possa no entanto ter uma posição mais coerente nas relações com os Estados árabes e com Israel?». A avaliar pela decisão de apelar ao desbloqueio, torna-se legítimo concluir que os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Doze estão mais preocupados com as relações económicas do que com os direitos humanos.

## OLP

O eurodeputado do PCP, Joaquim Miranda, solicitou a semana passada ao Conselho das Comunidades Europeias uma informação sobre o eventual restabelecimento, ou não, das relações da Comunidade com a Organização de Libertação da Palestina (OLP), bem como sobre as formas e o momento em que as mesmas poderão vir a concretizar-se. A questão tem a maior pertinência pois, como faz notar Joaquim Miranda, «o empenho afirmado pelo Conselho relativamente ao processo de paz no Médio Oriente e o papel reforçado que a Comunidade pretende assumir quanto ao mesmo, exigem, à partida, relações efectivas com todas as partes envolvidas no conflito israelo-árabe e na questão palestina». Neste contexto, considera o eurodeputado que é «pouco razoável ou mesmo inviável um maior protagonismo da Comunidade enquanto se verificar, como acontece actualmente, a ausência de relações com os palestinianos e, em especial, com a OLP».

## Projectos

A Comissão Europeia decidiu, na passada sexta-feira, em Bruxelas, financiar vários projectos de desenvolvimento na Guiné, Nigéria e Chade, num total de 65,64 milhões de Ecus. Para a Guiné foram aprovados dois projectos: um de reflorestação de uma área de 12 000 hectares e outro para a reestruturação do sistema eléctrico, no valor global de 12 milhões de Ecus, parte a fundo perdido. À Nigéria foi atribuída uma ajuda de 28 milhões de Ecus, não reembolsáveis, para aumentar e melhorar a produção de chá. Ao Chade, por seu turno, foi atribuída ajuda no total de 26,5 milhões de Ecus para desenvolvimento da rede sanitária e dos serviços de educação.

## El Salvador

# Festa popular nas ruas com início de cessar-fogo

No passado fim-de-semana, milhares de salvadoreños festejaram, nas ruas, o início do processo de cessar-fogo que marca o fim de quase duas décadas de guerra civil. Os festejos — em que guerrilheiros, civis e soldados encheram as ruas, as praças, os quartéis e os acampamentos — culminaram num acto solene de juramento da Comissão Nacional para a Consolidação da Paz (COPAZ), órgão encarregado de verificar e controlar o processo de cessar-fogo, que durará nove meses, até 31 de Outubro. Trata-se agora de desarmar e reconstruir.

O plano de desmobilização prevê que, entre 6 de Fevereiro e 30 de Março, os pontos de concentração de tropas e guerrilheiros se venham a reduzir, com a subsequente desmobilização das partes em cerca de 1/5 de dois em dois meses.

Após o desarmamento total da guerrilha, o exér-

cito deverá dissolver, até 30 de Novembro, os cinco batalhões de elite que mantinha para combater a guerrilha, ficando reduzido a metade dos seus efectivos no final de 1994.

Simultaneamente, serão avançadas reformas políticas, económicas e sociais, prevendo-se um pacote legislativo de 90 diplomas, que levarão o país a reforçar a sociedade civil, à realização de eleições gerais e à democratização completa do regime.

As primeiras eleições gerais estão previstas para 1994. Até à realização de eleições deverão ser dados passos fundamentais para uma reforma constitucional, um novo sistema eleitoral e a revisão do sistema judicial.

No plano económico, foi anunciado pelo actual presidente, Alfredo Cristiani, um plano de reconstrução nacional de 20 milhões de



A aprendizagem da paz passa pelas brincadeiras das crianças

dólares, qualificado como componente vital para o reforço do processo de paz e reconciliação.

O plano destina-se a ajudar o país a sair da crise económica e social, fruto das políticas governamentais anteriormente prosseguidas e da guerra civil, e nomeadamente a ajudar os antigos combatentes a inte-

grarem-se na vida civil, incluindo também subsídios à agricultura.

## O regresso dos refugiados

Milhares de salvadoreños estão neste momento a preparar o regresso ao país. Pequenos grupos instalados na Nicarágua e Guatemala já voltaram. O repatriamento dos feridos e mutilados tratados em Cuba está a ser negociado. Um grande número de salvadoreños encontra-se no México e nos Estados Unidos, a maioria sem qualquer documentação. O Alto Comissariado para os Refugiados da ONU contabilizou 5000 no México. Mas pensa-se que serão quase 200 000. O Alto Comissariado comprometeu-se a financiar a viagem dos que desejarem regressar, a fornecer-lhes ajuda e garantir a sua segurança. Washington pretendia expulsar os «clandestinos», o que poderia provocar uma crise em El Salvador. De facto, as remessas enviadas por estes emigrantes elevam-se a 600 milhões de dólares, ou seja, o equivalente às exportações de El Salvador.

Outro problema: o das populações vindas das zonas de guerra que se amontoam nas cidades, nomeadamente em San Salvador, a capital. Tomasa Ruiz, presidente do Comité encarregado das pessoas deslocadas (CRIPDES), afirma que um movimento de regresso voluntário iniciou-se de há um ano para cá e acelerou-se nos últimos três meses; 125 comunidades rurais, distribuídas por oito dos catorze departamentos, foram repovoadas. Entre 1980 e 1984, os seus habitantes tinham fugido da miséria, dos bombardeamentos, das minas, da repressão, do recrutamento forçado para o exército salvadoreño. Provenientes de diversas regiões, desprovidos de tudo, pedem ajuda para regressar.

Também para estes refugiados — de dentro e fora do país — se impõem meios que lhes permitam, finalmente, refazer as suas vidas.

## Alemanha Trabalhadores da Siderurgia preparam-se para a greve

Os trabalhadores da siderurgia alemã preparam-se para o confronto com o patronato por melhores salários. É o primeiro grande conflito laboral desde a reunificação, e ocorre num momento em que a situação socioeconómica a leste sofre novo agravamento.

Os metalúrgicos alemães votaram em massa pela greve, em defesa de aumentos salariais da ordem dos 10,5%, enquanto o patronato não pretende ultrapassar aumentos de 5,7% em 1992. Está assim aberta a via para o maior conflito social de há oito anos para cá.

Mais de 91 mil operários das regiões do Ruhr, Baixa-Saxónia e Brême apoiaram o apelo da IG Metal para a greve, num referendo realizado estes dias e em que participaram 96% dos trabalhadores sindicalizados. Segundo os estatutos, a realização de uma greve deve contar com o acordo de 75% dos trabalhadores pertencentes ao sindicato.

Uma outra organização sindical, a DAG, representativa do sector de empregados, organizou também um referendo. 86,2% dos seus associados nas empresas siderúrgicas votaram a favor da greve.

O movimento agora desencadeado na siderurgia alemã tenderá a ter também o valor de exemplo, não só no plano nacional como ao

nível europeu, onde já se manifestam algumas preocupações da parte do patronato. Um teste tanto mais importante quanto se trata de um sector em dificuldades.

Outros sindicatos têm igualmente vindo a exigir aumentos salariais da ordem dos 10%. Foram entretanto lançadas greves de advertência por parte dos trabalhadores da banca. Em breve deverão ter início as negociações salariais no sector público.

O último grande movimento reivindicativo na Alemanha data de 1984. Então, a greve dos metalúrgicos paralisou a indústria automóvel durante seis semanas e levou ao fim da semana de 40 horas lançando um movimento pelas trinta e cinco horas semanais.

O movimento actual afirma-se numa fase em que é sensível a degradação da situação dos trabalhadores, particularmente a leste. Segundo o diário berlinense «Morgenpost» os 300 mil despedimentos registados em Janeiro na ex-RDA fizeram aumentar a desemprego em 5% relativamente a Dezembro. Os especialistas afirmam que contabilizando o trabalho temporário proporcionado pela administração pública, os cursos de formação profissional e o trabalho parcial, obtém-se valores de desemprego na Alemanha Oriental da ordem dos 27,8%.

O que os trabalhadores alemães hoje também exigem é não serem só os assalariados a pagar os custos da reunificação.



A luta dos trabalhadores alemães por melhores salários poderá vir a ter reflexos noutros países da Europa

## Memórias da guerra

A guerra já pertence ao passado. Mas simultaneamente está bem presente em toda a realidade salvadoreña, na vida de cada um. Não é ainda, a rigor, memória de outros tempos, mas já não determina a construção do futuro. Nesta fase de início de paz, aqui reproduzimos algumas perguntas e respostas de um dirigente da FMLN ao diário comunista francês «L'Humanité».

— Em 1986-1987, a FMLN ajudou as pessoas que queriam regressar. Qual era o seu objectivo?

— A nossa guerra é, antes do mais, uma guerra popular. A nossa implantação na população permitiu-nos ter as forças militares necessárias, mas também ser ajudados, informados, escondidos. Numa primeira fase, as pessoas ficaram. Quando tiveram que fugir das aldeias por causa dos bombardeamentos e da repressão, centenas de milhar subiram para a montanha. Os camponeses eram muito organizados. Faziam deslocamentos de noite para nos abastecer. Inventaram meios de sobreviver à guerra. Entretanto, sofreram. O exército praticou uma política de terra queimada. Os massacres de 1984, os bombardeamentos, acabaram por os desalojar. Em 1986-1987, cansados de andar de um lado para o outro, alguns grupos decidiram regressar.

O primeiro repovoamento foi o de San José de las Flores, no departamento de Chalatenango. Os habitantes instalaram-se na igreja. O exército desalojou-os e levou-os para San Salvador. Mas foi obrigado a trazê-los para Las Flores, onde ainda estão hoje. Também aí, o nível de organização é surpreendente. Em matéria de saúde popular, a comunidade, sem meios, consegue dar uma assistência mínima. As pessoas vivem num sistema de autogestão. Reabriram estradas e caminhos. Repararam as redes de água e electricidade. Mas vão ter que

fazer face ao problema do regresso dos antigos proprietários. Nas zonas de pequenos proprietários, as discussões serão fáceis; não está em causa a devolução das casas que foram reconstruídas e mantidas. Não haverá expulsões. Irá negociar-se a partilha, novas construções, a compra. Vai ser mais complicado nas regiões dos grandes proprietários como San Vicente ou Usulután, onde as pessoas da ARENA (partido de extrema-direita no poder) possuem domínios abandonados por causa da guerra.

— Quais foram os momentos mais difíceis da guerra para a FMLN?

— Em 1981, tivemos muita fome na montanha. Não estávamos organizados para nos abastecermos, ainda que, quando chegávamos a uma aldeia, as pessoas traziam tudo o que podiam. Depois da ofensiva de 1981, que nos permitiu deslocar as nossas forças e estabilizar a Frente no terreno, desenvolveu-se a ideia, entre a população, nas organizações sociais, nas nossas próprias fileiras, de que não havia qualquer perspectiva de mudança a curto prazo.

Em 1983, pensámos que poderia ser a última ofensiva. Precisámos de combatentes. Fizemos um recrutamento, não exactamente forçado, mas pressionando um pouco. Nas zonas sob o nosso controlo, obrigávamos as pessoas a sair das camionetas e integrámo-las nas nossas fileiras. Isto provocou um movimento de oposição, tanto mais que não tínhamos conseguido provocar uma ruptura no exército. Aos poucos, as pessoas foram regressando a suas casas.

Foram momentos muito difíceis, mas que obrigaram a fazer um trabalho político em profundidade. Foi preciso ir ter com as pessoas, convencê-las, e isso permitiu-nos criar condições para desencadear a ofensiva de 1989.

## Médio Oriente

## Negociações e repressão

Zahira Kamal, membro do Conselho de Orientação da delegação palestina dos territórios ocupados, declarou que as negociações bilaterais deverão começar no próximo dia 17 em Washington.

Os palestinos não participaram nas negociações multilaterais de Moscovo, entretanto realizadas, por ter sido recusada a presença de cinco dos oito membros da sua delegação.

A delegação integrava dois representantes de Jerusalém Oriental e três da diáspora — o que Israel não aceitou. Já posteriormente, Hanane Ashrawi, porta-voz da delegação palestina às negociações de paz, afirmou, em conferência de imprensa, que o secretário de Estado norte-americano, James Baker, lhe afirmou o seu apoio «a uma participação alargada dos palestinos nas comissões criadas nas multilaterais».

Entretanto foi entregue aos patrocinadores das negociações um memorando em que se exigia a «plena participação» palestina nos trabalhos das comissões

técnicas.

«Exigimos a participação de membros da nossa delegação nos trabalhos das comissões sobre o controlo de armamentos, o desenvolvimento económico, a água, o meio ambiente e os refugiados», disse o porta-voz da delegação palestina que informou que no memorando a delegação palestina propunha ainda a criação de duas novas comissões: uma sobre a questão de Jerusalém e outra sobre os direitos humanos.

As delegações árabes e israelita que participaram em Moscovo, nas negociações multilaterais, acordaram em efectuar noutras cidades uma série de reuniões para a discussão de questões de interesse comum.

De acordo com o programa aprovado por um Comité de orientação, efectuar-se-á uma reunião no Canadá sobre os refugiados, outra na Bélgica sobre cooperação económica e outra ainda nos Estados Unidos sobre controlo de armamentos.

Foi também decidido que

o Japão enviará uma missão de verificação ao Médio Oriente para analisar os problemas ambientais e escolher o local da reunião sobre meio ambiente.

Um processo negociado que reflecte e marca toda a vida política na região, em particular nos territórios ocupados da Palestina e em Israel.

Em Israel, a dissolução do Knesset (Parlamento), antecipando o processo eleitoral, coincidiu com a significativa demissão de Ezer Weizman, deputado trabalhista e ex-ministro da Defesa, que afirmou claramente o seu receio de que o actual governo esteja a conduzir o país para a guerra, desperdiçando as oportunidades de paz.

Nos territórios ocupados, a repressão agravou-se, depois de o Exército israelita ter dado ordem aos soldados para «atirar a matar» contra qualquer palestino na posse de armas, facas, ou outros objectos que possam ser considerados de agressão. Desde que a Intifada começou, há quatro anos, cerca de 850 palesti-

nianos foram mortos pelo Exército.

No centro de toda a evolução da situação política e das perspectivas de paz na zona, está a questão dos colonatos.

«Não podemos conceber que se prossiga em simultâneo com o processo de paz e com as implantações de colonatos. Israel deve escolher entre a interrupção do processo e o fim dos colonatos», afirmou em conferência de imprensa em Jerusalém, o porta-voz da delegação palestina, Hanane Ashrawi, sublinhando que o sucesso das bilaterais passa pelo fim «da política de colonatos nos territórios ocupados».

No início desta semana, e pela primeira vez, a Direcção Unificada da Intifada, apelou aos operários palestinos para deixarem «imediatamente» de trabalhar nos colonatos judeus nos territórios ocupados.

Cerca de 25 mil palestinos trabalham em colonatos judeus na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, designadamente na construção de casas.

## SOS Palestina

O último relatório publicado pelo Comité Coordenador das Organizações Internacionais Não Governamentais em Jerusalém contém estatísticas alarmantes acerca da deterioração constante da vida nos territórios ocupados.

De acordo com informações divulgadas pelo Boletim do Crescente Vermelho Palestino, de Agosto/Setembro de 1991, o resultado final de 24 anos de ocupação foi a estagnação económica, desemprego, assassinios, tratamento desumano, destruição de propriedade em larga escala e a destruição dos sistemas de saúde e de educação.

O Comité informa que 35 por cento da força de trabalho palestina está presentemente desempregada com 80 por cento da população dos territórios ocupados vivendo abaixo do limiar de pobreza.

Como reflexo da crise económica, os níveis de má nutrição estão 30 por cento mais altos que no ano anterior (a má nutrição não era praticamente detectada pela classe médica antes da ocupação). Nutricionistas das Nações Unidas calculam que mais de metade de todas as crianças palestinas residentes nos territórios ocupados sofrem actualmente de anemia devido à dificuldade de aquisição de alimentos essenciais. Uma pesquisa recente dirigida pela Unidade Comunitária de Saúde de Bir Zeit descobriu que 32 por cento das crianças da escola primária no campo de refugiados de Jalazone sofrem de atraso no desenvolvimento e 18 por cento de debilidade, ambos indicadores claros de deficiências nutricionais. Trabalhadores da Assistência Social relatam que, nas aldeias onde o desemprego é grande,

as crianças apresentam sinais de pouca saúde.

Os palestinos pagam mais taxas *per capita* ao governo israelita do que os próprios israelitas, mas recebem bastante menos em contrapartidas ou benefícios reais. Isto é por de mais evidente quando se considera, por exemplo, o número de camas em hospitais, por cada mil habitantes. Enquanto as autoridades israelitas elevaram essa relação a 6.2 para a sua própria população, no que respeita à população palestina registou-se, entre 1967 e 1991, uma baixa de 2.7 para 1.0. Trata-se de uma deliberada destruição das infra-estruturas palestinas, que se insere na mesma lógica dos colonatos — expulsar os palestinos da sua terra, criando situações de facto que dificultem a urgente criação de uma pátria para os palestinos.

## EUA

## Discurso do presidente reflecte inquietação com a crise

O discurso do presidente norte-americano George Bush sobre o estado da União, provocou de imediato críticas generalizadas da parte dos democratas, que entretanto afirmam simultaneamente a sua colaboração na política que irá ser desenvolvida pela actual administração.

Numa intervenção proferida logo após o discurso do presidente no Congresso dos Estados Unidos, um porta-voz dos democratas, o presidente da Câmara dos Representantes, Thomas

Foley, dirigiu-se ao país através da televisão defendendo uma redução nos impostos à classe média e não às grandes fortunas, uma maior cobertura sanitária e criticando com particular dureza a recusa dos republicanos do direito da mulher à livre interrupção da gravidez.

O projecto de orçamento apresentado por Bush testemunha, antes do mais, a profunda inquietação da administração norte-americana quanto às pers-

pectivas de relançamento da economia.

Os economistas da Casa Branca prevêem, no melhor dos casos, um crescimento de 1,5% para 1992 e talvez de 3% em 1993. Na verdade, a situação económica do país é particularmente difícil, como o testemunham as dificuldades com que se debatem gigantes como a General Motors, que despediu 75 000 assalariados, ou a IBM, que pela primeira vez registou problemas financeiros. Isto enquanto a taxa de desempre-

go saltou, em poucos meses, de 5% para 7%.

Tudo indica que, uma vez mais, os Estados Unidos apostam em lançar o peso da sua recuperação sobre os seus parceiros da Europa e do Japão. A ofensiva está a ser lançada, nomeadamente através do dólar, cuja baixa é organizada em função de um embaratecimento dos serviços e produtos norte-americanos no mercado internacional. Também no quadro das negociações GATT essa ofensiva se faz sentir.

## Brasil

A violência rural no Brasil fez pelo menos 1681 mortos desde 1964, revelou o padre brasileiro Ricardo Resende.

Segundo o padre Resende, os assassinios decorrem das tensões entre os grandes proprietários rurais e os camponeses sem terra, que são 12 milhões no Brasil.

A Comissão Pastoral da Terra provou que entre 1988 e 1991 um total de 8886 pessoas foram vítimas de trabalho forçado nas grandes propriedades agrícolas da região.

O padre explicou que os trabalhadores-escravos são jovens camponeses sem terra recrutados para trabalhos sazonais.

Segundo a mesma fonte, os operários são retidos nas fazendas e submetidos a todas as espécies de humilhação. Pagam a sua alimentação a preços elevadíssimos na mercearia da exploração, endividando-se eternamente.

## Bolívia

Centenas de sindicalistas bolivianos terminaram uma greve de fome iniciada em 30 de Dezembro após a igreja católica considerar definitivos os acordos preliminares assinados pelo governo e Central Operária Boliviana (COB).

A igreja, através da Conferência Episcopal Boliviana (CEB), serviu de medianeira no conflito entre governo e trabalhadores.

A COB, que mantém em vigor «o estado de alerta permanente», centrou as suas reivindicações na suspensão de vários projectos de privatização de empresas e minas deficitárias do Estado, aumentos salariais, supressão de certos impostos e não intervenção do exército nas regiões produtoras de coca.

A Central e a Federação dos Mineiros apelaram a uma greve da fome que foi seguida por cerca de 800 trabalhadores.

No acordo «preliminar», o governo reconhece aos trabalhadores o seu direito de participarem na etapa de definições das empresas nacionais deficitárias susceptíveis de serem privatizadas.

## Haiti

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) lamentou a decisão dos Estados Unidos de expulsar a maioria dos haitianos alojados na base militar norte-americana de Guantanamo (Cuba).

«O ACNUR lamenta a decisão do governo norte-americano de deportar os refugiados haitianos», refere o comunicado da organização sediada em Genebra.

O Alto Comissário, a senhora Sadako Ogata, pediu a Washington que garanta ao mais alto nível que os haitianos devolvidos a Port-au-Prince não sejam forçados a partir de novo, uma vez que a situação no Haiti não melhorou nem estabilizou.

A repatriação foi decidida pelo Supremo Tribunal dos Estados Unidos, abrindo caminho à expulsão de 5500 refugiados considerados emigrantes económicos pelo Departamento de Estado.

O êxodo dos haitianos começou depois de 30 de Setembro, data em que foi derrubado o presidente Jean-Bertrand Aristide, o primeiro democraticamente eleito no Haiti.

## Emigração

Cerca de 13 milhões de europeus de Leste, incluindo da Rússia europeia, manifestaram a intenção «certa ou provável» de emigrar para o ocidente, revela uma sondagem realizada pela Comissão Europeia e divulgada em Bruxelas.

Segundo um inquérito Eurobarómetro, cerca de 2,5 milhões de pessoas com mais de 15 anos vão emigrar «de certeza», enquanto que 10,5 milhões de pessoas encaram essa possibilidade.

Na Europa central e de leste, três pessoas em cada dez afirmaram estar a considerar a hipótese de emigrar para o ocidente. Na Rússia europeia essa percentagem é de 23 por cento.

A Polónia e a Checoslováquia são os países com mais forte potencial de emigração (13 por cento dizem que partirão de certeza ou eventualmente), seguidos da Roménia, com 12 por cento.

# TAROUCA

Tarouca é um concelho encravado em serras, a norte do distrito de Viseu, chegando-se já ao Douro. É onde o tempo anda mais devagar, sofrendo a interioridade, tal como os concelhos à sua volta. Segundo os números do censo de 81, a sua população envelhece, crescendo a percentagem de idosos e diminuindo a população com menos de vinte anos, com forte percentagem de analfabetos — 36,4 por cento —, grande incidência do sector primário na actividade produtiva (62 por cento em 1981, e apenas 18 por cento no sector secundário). Não é, porém, um concelho como os outros, neste distrito. Com 6676 eleitores inscritos, a população eleger para a Câmara Municipal, nas últimas autárquicas, dois vereadores da CDU, atribuindo à Coligação Democrática Unitária a percentagem de 36,76%. O PSD, único rival directo, obteria três mandatos — com a presidência — e 43,51 por cento dos votos. Os comunistas e seus aliados viram assim a sua votação subir 2,5 pontos percentuais e 163 votos em relação às eleições autárquicas de 1985, tendo ganho a maioria em três das dez freguesias do concelho — Ucanha, Granja Nova e Mondim. O CDS, com 12,32 por cento não obteve nenhuma maioria nem representação na Câmara. Quanto ao PS, com 2,69 por cento, quase não existe.

No entanto, apesar da forte representação do PCP e aliados, a gestão autárquica tudo faz para que o tempo esteja parado em Tarouca. Nem o 25 de Abril ali chegou completamente, parece-nos, quando o camarada Cação, porta-voz da CDU na Assembleia Municipal, nos leva de carro até à vila, descendo a estrada Várzea da Serra-Mezio, por entre baldios de pedra, pinheiros e mato, ultrapassando um velho carro de bois, por uma manhã de frio, com restos de neve nas bermas. É uma estrada cheia de remedos. Mas foi inaugurada há cerca de três anos, pouco antes das eleições. Com direito a representante do Governo. Afinal tratava-se de mais uma obra de fachada, isto é, de um caminho de bermas

## Uma filha bastarda

Ernesto Matias da Cruz é simpatizante socialista. Não precisaria de dizê-lo, já que em sua casa, onde nos recebe, tem o retrato de Mário Soares, ao lado de um calendário com a imagem de Cristo. É o presidente da Junta de Freguesia da Granja Nova, eleito como independente nas listas da CDU. Sentamo-nos, de porta aberta sobre a estrada, comentando desde logo a necessidade que a terra tem de que haja passeadeiras naquela via que atravessa a Granja. Numa reunião da Assembleia Municipal, Ernesto da Cruz chamou a atenção do presidente da Câmara para o facto. E conta-nos que a resposta dele foi a de que tal se não justificava. «Porque queria transformar isto numa via rápida do itinerário Guarda-Lamego...»

O nosso interlocutor tem consigo, num caderno laboriosamente escrito, o que nos quer dizer. E começa por explicar que, quando aceitou o convite da CDU para encabeçar a lista para a freguesia o fez com a esperança de conseguir, com maior facilidade, a construção do Lar da Terceira Idade para a sua terra.

A vida, porém, iria provar que as dificuldades em concretizar tal projecto não iam acabar tão depressa. «Saqui 3500 contos da minha conta a prazo na Caixa Geral de Depósitos», conta ele, «para comprar dois terços de um grande quintal com casa — a vivenda da Dona Teresinha da Granja Nova. Este prédio estava à venda por 7500 no total», recorda, lamentando depois que alguns emigrantes, ao terem conhecimento desta intenção — que era também a intenção da Junta —, propuseram à proprietária um preço bastante superior, elevando-o a 10 500 contos para a propriedade toda. Só a boa-vontade da proprietária, ao ter conhecimento da finalidade a que se destinava o terreno, per-

mitiu que a transacção se efectuasse dentro do preço acertado antes, com a condição de se legalizarem todos os documentos. «Passados dois anos, encontra-se tudo legalizado, incluindo a respectiva Associação de Solidariedade Social», revela. Ernesto da Cruz já desembolsou cerca de 5 mil contos, cedidos por abonamento. Por seu lado, a Câmara de Tarouca e, como tal, sofre as consequências, negando-lhe os subsídios a que tem direito e outros que lhe são prometidos.»

O camarada Cação, que nos acompanha nesta visita, recorda que em Novembro de 1990, o PCP apresentara na Assembleia da República uma proposta de alteração ao Orçamento de Estado para 1991, dotando com 20 mil contos o projecto de construção de um lar de idosos na Granja Nova. Mas, enquanto os comunistas votavam a proposta favoravelmente, o PRD e o PS abstiveram-se e o PSD e o CDS votaram contra...

### Promessas

«Entretanto», lembra ainda Cação, «o senhor Ernesto, quando foi eleito, encontrou uma situação caótica na freguesia. Não havia saldos sequer. Em Junho de 1987, alguns eleitos pediram um inquérito à Junta do PSD em exercício. Passados meses respon-

deram que se devia "formalizar a queixa". O pedido foi reafirmado em Setembro do mesmo ano. O inquérito demorou tanto que só veio a ser concluído depois das eleições realizadas — depois de 1989! —

«Mas as verbas anteriores também não vieram para a freguesia depois do inquérito concluído», diz Ernesto Cruz. «Os bens da Junta de Freguesia não existiam. Até uma máquina de escrever eléctrica tinha desaparecido!»

«O inquérito concluiu pelas responsabilidades do anterior presidente da Junta, o que o levaria à perda do mandato. Mas o mandato já o tinha ele perdido, depois das eleições...»

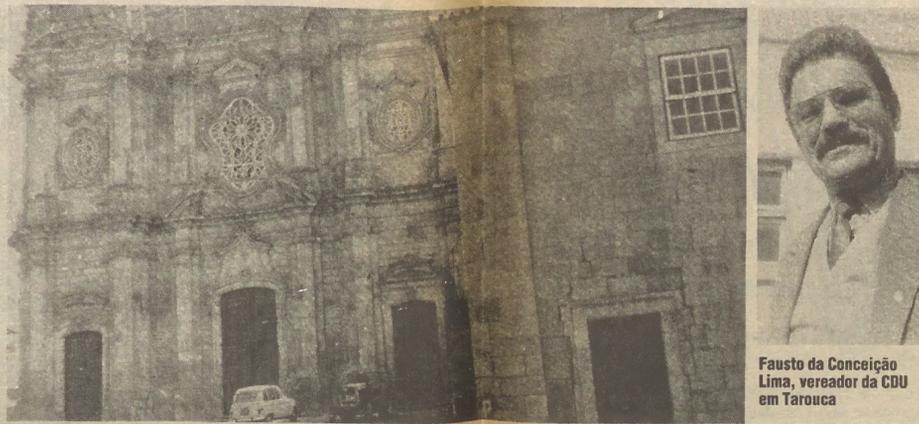
Quais são as relações que a Junta mantém com a Câmara? Queremos saber. Ernesto da Cruz sorri: «As relações não são más. E (o presidente da Câmara) promete. Só que chega ao momento e não faz. Pedimos o melhoramento do terreno, pedimos a mudança dos lavadouros, pedimos o saneamento. Entretanto, a Junta não pára. E executa mesmo as obras que a Câmara decide, obras que não são da sua competência, tais como as dos regadios tradicionais. A Junta aumenta assim as suas dificuldades; chega, como é o caso, a adiantar o dinheiro para salários, com prejuízo de outros benefícios que necessita executar na freguesia. Mas o estado de coisas era tal que, como disse Ernesto da Cruz, «tudo o que não foi feito antes é agora exigido de nós».

esfareladas, alcatroado à pressa. É uma das muitas queixas que nessa manhã ouvimos. Contra a política do Governo, contra a actuação da Câmara PSD, contra o modo como funciona a Assembleia Municipal dominada pelo partido de Cavaco.

Segundo nos vão contando, além de marginalizar a CDU na distribuição de pelouros na vereação — os dois eleitos não têm qualquer responsabilidade na condução dos negócios municipais —, a maioria também não presta contas das suas actividades. Nem a eles nem à própria Assembleia Municipal. Nem sequer responde a requerimentos. A Assembleia Municipal, por seu turno, limita-se a aprovar com a maioria PSD as posições da Câmara e a votar contra as propostas CDU. E nem as actas escapam ao fervor cavaquista, acabando por ser moldadas ao sabor da política PSD. Tal como nos foi contado.

Mas quando chegamos à vila, ainda a entrevista que vamos fazer não começou, já nada nos vai espantar. É que, em guisa de apresentação, nos haviam narrado um caso exemplar de como por aqui funcionam as coisas: em Março passado, tendo os eleitos da CDU na Assembleia Municipal apresentado uma moção sobre o 25 de Abril, considerando que os órgãos de poder local deviam «contribuir para que esta data seja comemorada e o espírito de Abril continue vivo e se cumpra com a componente popular», e propondo a realização de uma sessão solene comemorativa e que a Câmara «promova e apoie iniciativas populares que com este objectivo se venham a realizar no concelho», tal moção foi rejeitada pela maioria PSD.

«Quem quer festas que as faça», foi a resposta do irmão do Presidente da Câmara, eleito pelo PSD na Assembleia Municipal, relatou-nos o camarada Cação. Dias depois, entretanto, os eleitos receberam um convite do Presidente da Câmara para uma comemoração restrita, seguida de almoço...



Fausto da Conceição Lima, vereador da CDU em Tarouca

Convento de Salzedas, a precisar de obras urgentes. O PCP apresentara em 1990 uma proposta de dotação, em alteração ao OE de 1991, de 40 mil contos. Recusada pela maioria PSD. Mas o secretário Santana Lopes foi lá visitar o convento, em viagem cultural...

## Uma quinta do PSD?

Em Tarouca, a Coligação Democrática Unitária, que tem dois vereadores eleitos — em cinco — na Câmara Municipal, tornou pública, em 24 de Janeiro findo, uma nota tomando «posição clara e frontal contra a política errada da maioria PSD» na autarquia, acusando directamente o Presidente da edilidade, Lucílio Teixeira, de praticar ilegalidades e irregularidades, usando a Câmara «como se de uma quinta privada se tratasse».

A CDU de Tarouca faz «um balanço extremamente negativo» dos dois anos decorridos após a tomada de posse do Presidente.

Dois anos em que, afirma, lhe concedeu o «benefício da dúvida», esperando «ver para crer». E acusa: «Até hoje ainda não foram distribuídos pelouros aos vereadores da oposição, tal como a lei estabelece; a forma atabalhoada de trabalhar do Sr. Presidente da Câmara continua, e para pior; as grandes linhas do desenvolvimento do concelho continuam por definir (veja-se a ignorância e incapacidade em relação à elaboração do Plano Director Municipal); e, no que se refere ao relacionamento e respeito entre os vários órgãos autárquicos a situação é alarmante».

A nota da CDU acusa ainda o Presidente: «diz que não diz; mente e desmente; mete os pés pelas mãos; "esconde" informações e documentos da maior importância aos vereadores da oposição; falsifica as actas da Câmara Municipal...»

O estranho caso da acta refeita

Na curta visita que fizemos ao concelho, acompanhados do camarada Cação, membro da CDU da Assembleia Municipal, tivemos oportunidade de conversar com o vereador Fausto de Conceição Lima, independente eleito na lista dos comunistas e aliados. Queríamos obter de viva voz esclarecimentos sobre as acusações formuladas pela CDU. Fausto Lima, técnico de Saúde em Tarouca, faz questão em revelar que tem recebido pressões intimidatórias, nomeadamente antes das eleições. Mas que tais pressões,

da Acta», recorda Fausto Lima. «Nesse mesmo dia, ao voltar de casa, o mesmo funcionário que me entregara a minuta, procurou-me a dizer-me que ela não estava bem. Tirei uma fotocópia e soube logo depois que o outro vereador CDU tinha sido abordado no mesmo sentido. O funcionário levou a minuta, e o Presidente veio pedir-me também, dizendo que «havia lá umas coisas» que não estavam como devia ser. A segunda minuta foi-me entregue no mesmo dia. Com a seguinte modificação: Destes documentos foram entregues fotocópias aos Srs. Vereadores, e a proposta foi aprovada por maioria. Os vereadores Natália Ferreira e Fausto da Conceição Lima só se pronunciaram na próxima reunião.»

«Isto não é verdade. Não só os vereadores não aprovaram, como todos ficaram de se pronunciarem».

### O mistério da Estrada 329

«Porquê esta falsificação, porquê esta pressa?» A pergunta é do próprio Fausto Lima, que responde:

«Em 26 de Novembro, o Presidente não tinha poder para entregar as obras ao empreiteiro Mota & C. — os tais cem mil contos a mais. Mas o facto é que, dias antes, em 13 do mesmo mês, essa empresa dirigiu ao Presidente da Câmara uma carta com a referência 1450/DGOP/91, e em 15 de Novembro uma outra (1470/DGOP/91) e em 18 ainda outra (1472/DGOP/91), mostrando que o negócio já estava em curso...»

E Fausto Lima mostrou-nos o «esclarecimento» que o Presidente fez nas páginas do jornal situacionista «Sempre Jovem», na sua edição de Dezembro, abundantemente recheadas com fotos em que se faz a «publicidade» da empresa «Mota & C.», e nas quais se procede à «justificação» de ter o executivo camarário saltado sobre a obrigação legal do concurso público. Referindo a ajuda do

Regimento de Espinho, que se empenhou na obra a pedido do Presidente da Câmara e do então ministro do Planeamento, Valente de Oliveira, a justificação de Lucílio Teixeira adianta que, apesar de haver tempos «rigidamente» a respeitar, sem que «os financiamentos serão de imediato retirados», «não foi possível desenvolver maior ritmo de execução» nas obras de construção da estrada. Surge então uma justificação espantosa: a de que a tal empresa propõe, «para além dos trabalhos previstos, preços normais para a execução do troço de terraplanagem».

E logo a seguir, um raciocínio de espantar: «Sabe-se, por experiência, da inconveniência de abrir concurso, pois se corre o risco de colocar na mesma frente de trabalho duas firmas que poderão onerar os custos e dificultar a fiscalização, autos de medição incluídos...»

Tudo isto vem escrito, como «esclarecimento» feito pelo Presidente da Câmara feito à Assembleia Municipal, no jornal «Sempre Jovem», de Dezembro passado. E mais:

«Acrecece ainda o facto de a empresa em causa ter grande capacidade operacional, com material moderno e tecnicamente adequado aos trabalhos e o mesmo estar no local da obra...»

«Ora, como nos apontou o vereador Fausto Lima, o material no local não era de terraplanagem. O concurso aberto, que essa empresa havia ganho, era para a pavimentação e betuminoso. Como era possível que a empresa tivesse deslocado para a obra a maquinaria de terraplanagem? No entanto, o Presidente refere isto como «uma realidade que o acaso proporcionou!»

# As condições de trabalho na Comunidade

■ Sérgio Ribeiro

Entre a muita papelada que nos invade, há alguma que tem grande interesse e que ajuda a melhor conhecer a realidade que vivemos. Aquela que é mais estimulante é a que abre pistas de reflexão, ligando aspectos que não estariam suficientemente considerados nas suas interconexões. E pode vir sob a forma de texto elaborado, de números da estatística, de gráficos mais ou menos atraentes.

Vem isto a propósito de uma pequena publicação periódica, com o título *Objectivo 92*, «folha mensal sobre a Europa sem fronteiras», editada pela Direcção-Geral de Audiovisual, Informação, Comunicação e Cultura da Comissão das Comunidades Europeias, que tem, aliás, a prevenção bem cautelosa de que «o conteúdo desta publicação não reflecte necessariamente as opiniões oficiais das instituições da Comunidade» e autoriza a reprodução «mediante indicação da fonte».

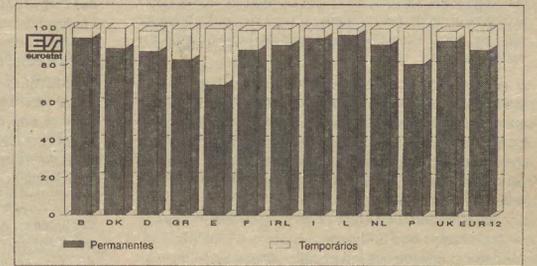
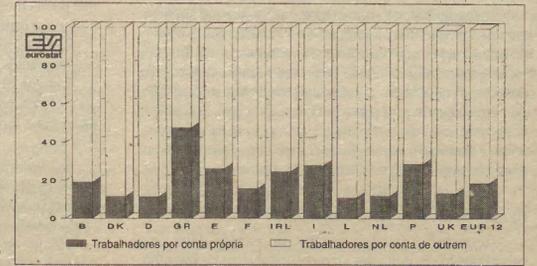
Na sua folha de Janeiro do ano que lhe empresta o número para o título, como em todas as outras, *Objectivo 92* inclui uma separata com *Números-Chave da Eurostat*, isto é, do Serviço de Estatística das Comunidades Europeias e, nesta, o tema tratado são *As condições de trabalho na Comunidade*.

Sendo os dados referidos a 1990, salvo exceções, dão-nos a oportunidade de, juntando informações diversas, ter uma avaliação dos efeitos da estratégia de flexibilidade e como ela se traduziu, nos Estados-membros, ao nível da precariedade do trabalho e da ausência de segurança no emprego.

Um primeiro quadro é dedicado à **predominância do trabalho por conta de outrem**. É consensual a interpretação de que a evolução da actividade económica tem provocado o acréscimo do «salário», isto é, o aumento absoluto e relativo do número de trabalhadores que vendem a sua força de trabalho a troco de uma remuneração estável chamada salário. Em termos estatísticos esses trabalhadores têm a designação de trabalhadores «por conta de outrem», sendo este outrem o que é proprietário dos meios e instrumentos de trabalho que ele utiliza e que lhe paga o salário em função do tempo de trabalho, isto é, do tempo de emprego da força de trabalho de que dispõem os trabalhadores. Os outros trabalhadores, que trabalham como independentes ou que são os proprietários dos meios ou instrumentos de trabalho que utilizam, são designados, estatisticamente, por trabalhadores «por conta própria».

Na verdade, os dados estatísticos publicados e objecto de gráfico, confirmam isso mesmo, essa evolução tendencial, revelando que, para a Comunidade, a EUR12, são 81,2% os trabalhadores «por conta de outrem» e 18,6% os trabalhadores «por conta própria». Mas esta composição não é uniforme. Enquanto no Luxemburgo (89,0%), Alemanha (88,8%), Dinamarca (88,6%), Holanda (88,1%), Reino Unido (85,7%), França (84,3%), esses valores são superiores «média europeia» que Bélgica (81,1%) respeita — talvez para merecer a qualificação do mais europeu dos Estados-membros... e a sede —, os restantes estão abaixo dessa média. E esses são os países do Sul, onde se deve incluir, apesar do entorse geográfico, a Irlanda, que tem 75,2%, sendo os outros a Espanha (73,5%), a Itália (71,8%), Portugal (71,2%) e a Grécia (52,3%).

Como é evidente, esta diferença não se refere a uma questão de latitude mas sim a um atraso na estrutura e na situação sociais. Nestes países, eventualmente somando-se a uma menor «salarização» anterior, as consequências da estratégia de flexibilidade do mercado do trabalho traduziram-se num acréscimo dos falsos trabalhadores «por conta própria» através do aumento das situações de trabalho à peça, à obra, a feito, ao metro, domiciliário, em que o vínculo laboral se precariza até à inexistência substituído por um contrato leonino com decorrentes perdas de protecções sociais, particularmente gravosas dadas as condições sociais de partida.



Mas, nesta folha editada pela Comissão das Comunidades, outros sinais se podem encontrar dessa mesma precarização. Logo no quadro seguinte, relativo a **contratos de trabalho**, se pode ler que a média dos contratos «permanentes» é de 88,8% na EUR12, neste caso com o Luxemburgo (96,6%), a Itália (94,8%), a Bélgica (94,%) e o Reino Unido (93,6%) à cabeça, sendo a Grécia (com 16,6% de contratos «temporários»), Portugal (com 18,6%) e a Espanha (com 29,8%) os únicos que somam esta expressão da precariedade à anterior, reflectida na relevância do número dos trabalhadores «por conta própria». O que quererá dizer que, nestes três Estados-membros do Sul, a flexibilidade levou ao recurso excessivo — relativamente à «média europeia» — dos contratos «temporários» e aos vínculos contratuais a fazerem as vezes dos laços estáveis, com salário garantido e protecção social assegurada.

Já assim não acontece com o recurso à modalidade do trabalho a tempo parcial, pois, neste tipo de flexibilidade, a média da EUR12 é de 13,0% — e de 86,6% para o «tempo inteiro» —, não passando de 4,1% na Grécia, de 4,9% na Espanha e de 6,0 em Portugal, em confronto com 23,3% na Dinamarca e 21,3% no Reino Unido.

Por último, também no indicador extremamente importante que é o da **duração do trabalho**, incluído nesta folha mensal, se podem encontrar informações de grande interesse, de que se deixam algumas pistas para reflexão. Assim, enquanto na EUR12, a duração semanal do tempo de trabalho baixou de 39,7 horas para 39,3 horas, entre 1983 e 1990, com países como a Holanda com descidas de 37,7 horas para 33,2 horas, ainda se encontram cinco Estados-membros com durações semanais acima das 40 horas, e eles são o Luxemburgo (40,1) e, como seria de esperar, a Espanha (41,1) a Irlanda (43,2), Portugal (43,3) e a Grécia (43,4).

Está-se muito longe da harmonização das condições de trabalho, da coesão económica e social. É esta a luta prioritária, ao nível comunitário. Que só terá expressão se se escorar numa tomada de consciência e numa efectiva luta social ao nível de cada Estado-membro.

# Fortalecer a organização (v)

1. Falta referir a última das quatro áreas em que arumámos, para facilitar o seu tratamento, os muito diferentes aspectos organizativos que é necessário acompanhar e melhorar.

Essa quarta área tem como título: *a propaganda e os fundos*.

2. Como foi logo referido no primeiro artigo, a *propaganda* está, em geral, muito ligada à organização do Partido.

É principalmente através da organização que se divulgam os documentos e a imprensa do Partido, é com a ajuda da organização que eles são elaborados e é a sua leitura e estudo que permite à organização estar em condições para desenvolver, junto das massas, um trabalho de informação, de agitação e de propaganda. É ainda a organização que cola cartazes, coloca faixas e pendões, prepara sessões, festas e comícios, realiza jornadas e campanhas, contribui para a feitura de vídeos e tempos de antena, etc.

3. Tem sido afirmado muitas vezes que *cada membro do Partido deve ser um propagandista*.

Isto significa que um membro do Partido deve ter a preocupação de, junto dos seus companheiros de trabalho, dos seus conhecidos e vizinhos, chamar a atenção para algumas questões que se prendem com a vida e o trabalho de cada um, com a situação social e política do país, com o que vai pelo mundo.

Para estarmos em condições de desenvolver uma tal tarefa é indispensável conhecer os documentos do Partido, quer os centrais quer os regionais ou locais e a sua imprensa. A participação nas reuniões da respectiva célula ou em outras reuniões é também muito importante para se conhecer o que pensa o colectivo sobre as questões laborais, locais, sectoriais e outras.

Além disso, cabe também a um propagandista divulgar os documentos do Partido, bem como o «Avante!» e «O Militante». É como que um complemento a uma conversa que se teve ou um esclarecimento mais documentado a propósito de uma discussão que se fez.

4. Na situação actual em que se desenvolve uma colossal e intoxicante campanha anticomunista, é particularmente importante o papel dos membros do Partido como propagandistas, incluindo como distribuidores dos documentos e da imprensa partidária. Esta distribuição tem de melhorar mesmo no interior do Partido.

A experiência tem mostrado que, para vencer as dificuldades provenientes da falta de hábitos de leitura, é necessário, com muita persistência, salientar a sua importância e incentivá-la chamando a atenção para questões ou notícias concretas e até lendo alguns trechos que tenham particular interesse.

É muito preciso encontrar quadros que, pela sua compreensão destas questões, sejam capazes de organizar e dinamizar essa tarefa. A criação, numa dada organização, de um organismo com esse objectivo - constituído por «correspondentes», «divulgadores» ou «amigos» do «Avante!» e também de «O Militante» - conduzirá ao aumento da distribuição da imprensa e pode contribuir para a sua própria elaboração.

5. A propaganda abarca muitos outros aspectos que importa melhorar e desenvolver. Por isso, nas organizações mais importantes, é normal existir um sector voltado para a informação e a propaganda.

A esse sector ou departamento compete analisar as formas de propaganda que mais interessa utilizar, os meios mais adequados para a elaborar e a divulgar e os temas a que é necessário dar mais atenção. Para além da propaganda central é indispensável tratar, em termos de propaganda, dos problemas que existem na área de implantação da respectiva organização.

Cabe ao departamento também cuidar dos meios técnicos existentes, tirar rendimento deles e actualizá-los.

Mas os diversos aspectos da propaganda devem ser conhecidos e discutidos por toda a organização pois ela interessa a todos os seus membros e deve também mobilizá-los.

6. A obtenção de *fundos* para a actividade partidária é uma questão de grande importância que tem também de ser discutida por toda a organização. Existe uma ligação estreita entre a colheita de fundos e o papel da organização.

Há que ter em conta que as despesas gerais do Partido como de qualquer das suas organizações devem ser realizadas com critérios rigorosos de economia. Há também que cuidar com muita atenção dos bens existentes. A má utilização desses bens, o desleixo na sua manutenção e outras atitudes descuidadas devem ser combatidas e eliminadas.

Mas há despesas indispensáveis e muitas outras que só não se fazem por falta de verbas. A elevação das receitas é, por isso, uma questão que tem de estar sempre presente não só por causa da inflação mas principalmente porque muitos aspectos da actividade do Partido dependem directamente da existência de meios financeiros para os realizar.

7. A *quotização* é uma verba fundamental do conjunto das receitas. A ela temos de dedicar uma atenção particular pois é *dever* e mesmo *condição* de um membro do Partido realizar o seu pagamento com regularidade. Há que encontrar a forma concreta e expedita para se receberem as quotas de todos os militantes.

Em virtude da inflação constante tem de se proceder continuamente à *actualização* do seu valor, tendo como base o quantitativo do salário ou outros rendimentos do membro do Partido. Em várias organizações tem-se discutido e aceiteado um valor mínimo de quota, o que tem permitido elevar significativamente a verba correspondente às quotizações.

8. As receitas do Partido provêm também de contribuições regulares ou irregulares, de iniciativas levadas a cabo nas organizações, da venda de materiais e das subvenções a que tem direito.

Estas últimas estão principalmente ligadas aos resultados alcançados nas eleições legislativas, quer nacionais quer regionais (Regiões Autónomas). Cada voto obtido, desde que haja eleitos à escala nacional ou regional, dá direito ao recebimento mensal de um determinado valor. Importa ter também esta questão presente quando daquelas eleições.

Entre as contribuições regulares destacam-se, pelo seu valor e significado, aquelas que se recebem dos eleitos cujo



**BLANQUI TEIXEIRA**  
Membro do  
Secretariado do CC

cargo é pago pelo Estado. Como, segundo os Estatutos do Partido, os seus membros não devem ser beneficiados nem prejudicados financeiramente em virtude da ocupação do cargo, daí resulta normalmente uma contribuição regular que o membro do Partido deve entregar.

Muitas outras contribuições são obtidas junto dos simpatizantes e amigos do Partido e também dos próprios militantes que, frequentemente, para além da quota, contribuem com outros donativos. O valor destas contribuições depende da discussão que é feita no organismo dirigente e na respectiva organização e da iniciativa dos seus membros.

O mesmo sucede em relação à parcela das «iniciativas levadas a cabo nas organizações», que podem ser muito diferentes: almoços, convívios, festas, sorteios, etc.

A venda de materiais também depende, no fim de contas, da iniciativa e da discussão que se faz na organização. Entre os materiais há que fazer uma referência particular à imprensa do Partido. A sua venda é, também, no que respeita aos fundos, uma questão importante, pois quanto maior ela for menor é o custo de cada exemplar. Por isso, se, por exemplo, há prejuízo na feitura e distribuição de um órgão de imprensa, esse prejuízo pode desaparecer e até passar a um saldo positivo com a elevação do número de exemplares vendidos. É necessário ter também isto em conta para melhorar a expansão dos órgãos do Partido.

9. Perante estas questões é natural que se procure conhecer em cada organização:

Como é encarada, organizada e realizada a propaganda? Quais as dificuldades a esse respeito?

Como tem evoluído a divulgação da imprensa partidária? Há responsáveis pela sua distribuição? Montam-se regularmente bancas para a sua venda? Fazem-se contactos para conseguir novos leitores?

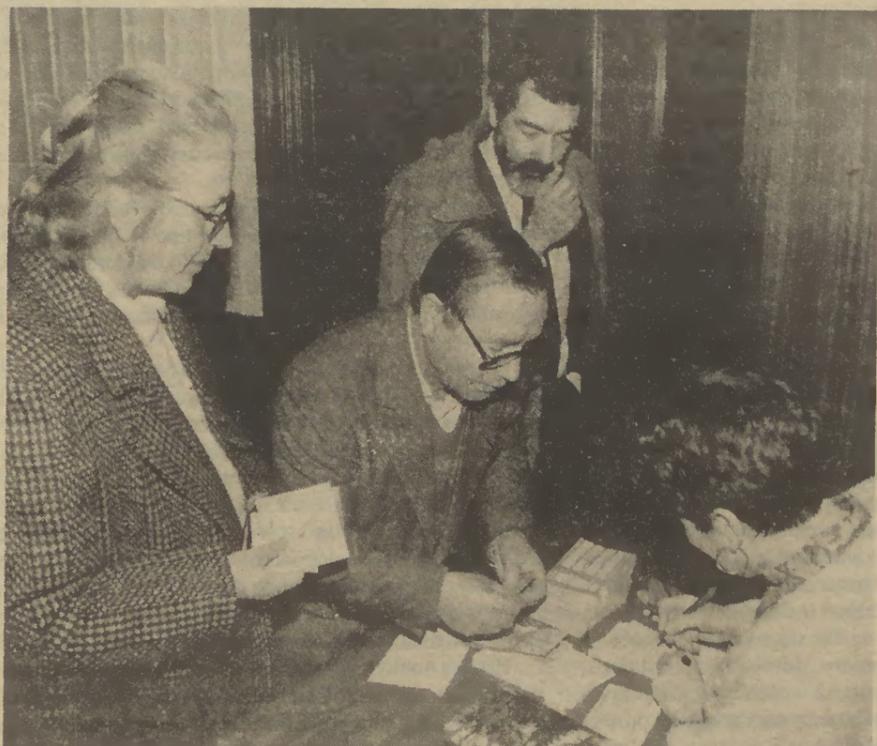
Que iniciativas com maior impacte propagandístico têm sido realizadas? Como tornar a propaganda mais eficaz?

Há uma compreensão elevada sobre a necessidade de cada camarada ser um propagandista?

Qual o controlo realizado em relação às quotizações? Qual a evolução do seu número, da sua regularidade e actualização? Há camaradas responsáveis pela quotização nos diversos organismos?

Quais as deficiências que existem em relação às contribuições e às iniciativas e como vencê-las?

Qual o cuidado existente em relação às despesas e à defesa dos bens do Partido?



Na passada quinta-feira o Sector da Saúde da ORL do PCP promoveu um encontro-convívio no Centro de Trabalho Vitória, em que esteve presente o secretário-geral do Partido, Álvaro Cunhal. Na ocasião, procedeu-se à entrega dos novos cartões de membro do Partido

# O Comunismo e o Mundo Contemporâneo

CICLO DE DEBATES

## Marx e o Programa Comunista em debate

«Chamamos comunismo ao movimento *real* que supera o actual estado de coisas. As condições deste movimento resultam da premissa actualmente existente.»

Marx (citado por Barata Moura) dava assim contributo para o debate sobre «O programa comunista perante os questionamentos contemporâneos da racionalidade», realizado no Centro Vitória no passado dia 21 de Janeiro.

Mas partindo de Marx, a preocupação principal que percorreu e marcou o debate foi contribuir para o aprofundamento, a confirmação, actualização, reajustamento, reanálise e reelaboração do pensamento e acção dos comunistas hoje, tendo em conta as experiências, aquisições, dificuldades e transformações dos últimos anos ou ainda em curso.

### Três vectores do programa comunista de Marx

O arranque foi dado por Barata Moura, com base num artigo seu sobre o tema (a publicar em breve na revista «Vértice»).

«Correndo um risco de simplificação» - como sublinhou - «B. Moura assinala três vectores fundamentais no programa comunista de Marx: um movimento *real* a conhecer, um programa de transformação a prosseguir, uma *socialidade nova* a configurar».

Correndo também o risco das sínteses, eis algumas notas apanhadas da exposição, que reflectem a experiência dos comunistas, desde Marx aos nossos dias.

«Temos de conhecer muito bem como a realidade existente é trabalhada por contradições, para, a partir daí, sermos capazes de congregarmos os esforços e ver como é possível avançar para transformar a situação. Essa transformação corresponde ao trabalho dos homens na História».

«São os homens que fazem a História, mas não basta só a vontade. É preciso acção, mas essa acção requer organização. E a organização precisa de ter uma expressão social, precisa de ter raízes em camadas da sociedade que possam estar interessadas na transformação».

Uma prevenção que vale também a pena registar: «um movimento, uma prática (acção) revolucionária, é um processo. Por isso em cada momento presente temos de cuidar em salvaguardar o futuro do movimento. E isto tem a ver com os oportunismos e outras formas de enfiamento».

### Comunismo - «já não há»?

Quanto ao questionamento do comunismo, «parece decorrer, algo caricaturalmente, sob uma fórmula sacramental que outrora qualquer manual de bom lojista interdava ao mais inábil caixeiro: havia, mas já não há... Como o efeito pretendido é afugentar fregueses, vá de martelar que já não há comunismo, nem proletariado, nem transformações significativas a fazer» (B. Moura).

Que visam estas atitudes?

Fundamentalmente trata-se de aproveitar a conjuntura do desmantelamento das primeiras experiências duradouras de construção de sociedades socialistas para tentar arrancar o comunismo da consciência e do sentir dos homens, para embotar a capacidade de luta dos que sofrem e rejeitam a exploração, para bloquear o leque de perspectivas do futuro da humanidade.

Dois apontamentos ainda sobre esta questão:

- Os acontecimentos no Leste são derrotas substanciais, não conjunturais, que vieram pôr cobro a uma experiência histórica de edificação da produção social em bases não capitalistas, mas nem essas sociedades esgotaram na sua positividade o comunismo, nem a sua derrota invalida a justiça dos seus objectivos.

- A dinâmica contraditória do capitalismo também não se desvaneceu, embora modificando-se e muito, como não desapareceram os seus objectivos, as suas estruturas, que levam à necessidade da sua transformação radical.

### É o comunismo «uma possibilidade real»?

Barata Moura adiantou várias opiniões que - preveniu - «até podem ser heresias». Vejamos uma delas.

«Aquilo que me parece fundamental não é dizer que o comunismo é o futuro da humanidade. Se assim fosse,

meus amigos, fãmos dormir descansados, à espera do futuro que há-de vir. A questão fundamental é que o comunismo é uma possibilidade *real* (não seria, certamente, na Grécia antiga, ou no Século XVIII). Mas há também outras possibilidades, e não é de forma automática que o comunismo será o futuro». E, desenvolvendo a ideia: «O real não é só passado, não é só o existente, é também o possível. Cada existente, na sequência do passado, abre ante nós um leque de possibilidades que, não sendo infinito, é mais rico do que parece. E o grande trabalho que se coloca à humanidade é, precisamente, trabalhar esse leque de possibilidades».

### Interrogações e preocupações

Diogo Marques da Silva, estudante de Filosofia, formava com B. Moura o painel de intervenções iniciais dinamizadoras. E fê-lo lançando para o debate uma série de questões.

Que mudou dos tempos de Marx para o nosso tempo? A crise geral do capitalismo (que não é um chavão) sente-se com mais acuidade, mas porque não ocorreu ela com toda a necessidade histórica prevista? O que significa hoje a ditadura revolucionária do proletariado? Não há dúvida que o comunismo não acabou, isso é um questionamento da racionalidade que já consegui superar, mas como vamos hoje nós prosseguir a luta, aproveitar o encaminhamento da História, conseguir, a partir da sociedade que temos, construir uma sociedade melhor? Como seremos o pólo organizador, como criamos hoje a consciência de que é preciso mudar as coisas? E, a terminar: «Com o estado da graça que permitem os meus vinte anos - diria que só crescemos quando cortamos o cordão umbilical. E estes últimos anos, a mim e a outras pessoas da minha idade que assumimos uma herança marxista, têm-nos levado a ganhar consciência de que devemos pensar por nós próprios, ser em parte parricidas».

### Confronto de opiniões

Como era de prever (e desejável), várias questões e ideias apresentadas estimularam o debate, exigiram esclarecimentos.

Confrontemos algumas das opiniões expressas.

O comunismo será apenas uma possibilidade (entre outras)? «Apanhei um susto quando B. M. apresentou assim a questão. Dito assim, pode ser desmobilizador. A tendencial realização da justiça social é um pólo de atracção ética que dificilmente se aplacará com outras possibilidades que dela divirjam substancialmente» (C. da Fonseca). Barata Moura aclara o seu pensamento: «O facto de haver várias possibilidades não quer dizer que todas se equivalam, nem que todas resolvam os problemas da sociedade. A possibilidade é real porque tem uma base material para concretizar-se (não é uma utopia), mas a sua concretização não é automática. Requer outras condições - esse é obviamente o terreno da luta».

Esgotou-se o papel revolucionário do capitalismo? A questão foi abordada por J. Arsénio Nunes, num pensar em voz alta e em debate consigo mesmo. Recordando a valorização dada por Marx e Engels ao papel revolucionário do capitalismo, com a destruição contínua de todas as relações que de alguma maneira prejudiquem a dinâmica das relações criadas pelo lucro, interrogou-se, admitindo poder «estar a dizer uma barbaridade»: Não terá o comunismo uma relação com essa dinâmica inscrita no processo capitalista? Não será simultaneamente uma crítica e inversão do capitalismo e uma retoma do seu aspecto revolucionário? Para Barata Moura, não. «O comunismo não retoma o capitalismo. Transforma-o, e transformar é um revolucionamento, não é evoluir numa continuidade alterada».

Há uma esclerose do marxismo? Silas Cerqueira lançou uma acha na polémica ao falar em esclerose do marxismo. «O leninismo foi a resposta à esclerose do marxismo no final do Século XIX, que, tal como o «novo pensamento» da URSS era economicismo, era a abolição da filosofia». Para B. Moura, «a expressão não será generalizável». E, Chitas observa que «não faltam investigadores marxistas nem investigações a nível do marxismo, cientistas que no seu tra-

balho aplicam os métodos marxistas. O que falta, principalmente na Europa, é um movimento comunista pujante, dinâmico, ocupando o espaço da cena continental como há 15 ou 20 anos atrás. Mas o marxismo não é só um movimento político partidário, é ao mesmo tempo uma ciência». B. Moura alerta para um perigo: «Ter como preocupação dizer aquilo que nunca ninguém disse, só para não parecer esclerótico. Estão aqui artistas, e eles sabem que esse é o pior caminho para a originalidade». Voltando ao tema, S. Cerqueira aclara: «A nossa ofensiva ideológica terá de demonstrar a capacidade do marxismo para superar o que foi, a nível dos países socialistas, a esclerose em relação a problemas como o do poder, Estado, das economias socialistas, da guerra e da paz.» E a via para superação qual é? «Por uma lado, as contribuições do movimento operário e revolucionário - contributos da prática social e também de formulação política (e em Portugal tem-se dado essa contribuição). Mas é necessária também uma contribuição científica, perante a ofensiva ideológica que o marxismo tem de enfrentar».

O parricídio foi expressão que também levantou ce-leuma. «Isso pode pressupor que não há experiência que os mais velhos possam transmitir, levando a pôr de lado coisas válidas» (D. Lourenço). «O marxismo é anti parricida» (A. Abreu). B. Moura desdramatizou: no sentido psicológico, parricídio não é matar o pai, é matar a imagem do pai, conquistar autonomia e quando somos de facto autónomos estamos mais abertos para a comunicação com o pai, com o filho, com o espírito santo». E Diogo, concluindo: «A minha «provocação» do parricídio resultou. Falando em «ser parricida» queria referir-me à coragem de fazer a crítica da História que passou, mas também à coragem de fazer uma crítica marxista do património marxista que herdámos. Colhi mais do debate do que dei».

### Experiência do socialismo: um balanço necessário

Um dos participantes do debate observou: «A crítica à não aplicação correcta do marxismo nos países socialistas pode pressupor uma grande injustiça que é ignorar a importância da tentativa de aplicação do programa comunista marxista, os êxitos alcançados e até os contributos que deram ao marxismo - no plano económico, social, filosófico, cultural».

Várias outras vozes apoiaram esta posição. «O socialismo mostrou ser uma possibilidade real e influenciou toda a marcha deste Século» (A. Abreu). Bulhão Pato falou dos resultados práticos e passos em frente dados com a aplicação do marxismo ao ideal emancipador. Eduardo Machado deixa uma pergunta: «Até que ponto as estruturas políticas acompanharam a evolução da economia?» Para E. Chitas «não se pode esquecer o que de insubstituível houve na construção do socialismo, mau grado a sua derrocada. É necessário e está longe de ter sido feito um balanço histórico, global, capaz de animar o sentido prospectivo dos tempos que estão para vir».

Silas Cerqueira chama a atenção para outro aspecto: «Não prevíamos que ao fim de 70 anos de Poder, pudesse haver a derrota da revolução. Pois bem, temos de valorizar o que foi alcançado, mas também de analisar as derrotas como tal, para poderem ser condição de futuras vitórias. Assim foi com a Comuna de Paris, sem prejuízo da valorização da acção heroica daqueles revolucionários». E B. Moura: «É um vício de análise imaginar que essas sociedades teriam de ser a perfeição incarnada. E o que aconteceu é que a imagem de perfeição suplantou o necessário estudo e intervenção na correcção da realidade. É necessário estudar a sério o que se passou (como é também necessário estudar a fundo a realidade do capitalismo), mas estudar numa perspectiva marxista e não partindo das teses, das conclusões, para ir à procura das comprovações».

\*\*\*

Muito mais questões e ideias cruzaram o debate. Nada mais frustrante do que pretender dar notícia de todos numa página de jornal.

Fica o registo, com o testemunho do empenhamento militante, da seriedade e rigor na abordagem dos problemas, e da vivência democrática também, para confrontar ideias, clarificar questões, encontrar pistas de reflexão.

A. S.

## Os peixes mortos em Vila Franca de Xira

# A esperteza macária

**Macário Correia foi posto em Tribunal pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. O ex-secretário de Estado do Ambiente difamou a autarquia. A Procuradoria-Geral da República procedeu a investigações e dá razão à Câmara.**

Quase um ano e meio depois da morte de 107 toneladas de peixe nas águas do rio Tejo e da acusação de Macário Correia de que a responsabilidade do crime ecológico caberia à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, os tribunais vão julgar as afirmações do então secretário de Estado na base de um processo organizado pela Procuradoria-Geral da República que chega a esta conclusão: quando, na Assembleia da República, Macário acusou a autarquia de ter envenenado as fataças mortas no Tejo com um raticida usado num programa de desratização do concelho, não se encontrava concluído o processo de averiguações, com a agravante de posteriormente o governante não ter feito qualquer diligência para se informar detalhadamente quanto ao rigor científico de um relatório preliminar do Instituto Nacional de Investigação e Pescas (INIP) e ignorando uma informação do Instituto de Medicina Legal, dada a pedido do próprio INIP, que afirmava não haver vestígios de raticida nos corpos dos peixes mortos.

O primeiro relatório do INIP afirmava que os peixes teriam morrido por ingestão de *bromodialona*, presente naquelas águas alegadamente na sequência da tal operação de desratização. A acusação não foi confirmada por um segundo teste laboratorial.

### Sacudir a água do capote

Macário nada disto levou em conta. Quando todos notavam a inoperância, durante quase um mês, da Secretaria de Estado do Ambiente perante a morte de toneladas de peixe em Setembro de 1990, quando os partidos da oposição reclamavam explicações para o caso, o político pareceu querer sacudir a água do capote que o engenheiro carregava: seria preciso acusar alguém (de fora da área governativa) da responsabilidade do crime. Neste acaso, a *esperteza* de Macário teria encontrado um bode expiatório ideal, bem melhor que as habituais acusações a empresas poluidoras: uma autarquia, ainda por cima comunista!

E a acusação à Câmara manteve-se, mesmo depois de esta ter enviado ao Governo uma tese de doutoramento apresentada numa universidade francesa que relatava uma experiência efectuada com *bromodialona* para matar castores, não se verificando os resultados registados no Tejo, apesar de as doses de veneno terem sido muito fortes.

Agora, de tudo isto, o Procurador da República, Francisco Guerra, conclui: há matéria que pode «integrar o crime por difamação».

O actual deputado do PSD afirma agora que está de posse de «argumentos complementares» que ainda não apresentou em sua defesa o que leva, obviamente, o presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira a dizer que se assim for o ex-secretário de Estado teria sonegado informação à Procuradoria da República quando foi ouvido por este organismo.

Macário Correia diz não ter apresentado ainda tais argumentos dado que as testemunhas até agora ouvidas haviam sido escolhidas pela Câmara, só que na realidade foram ouvidos todos os que estiveram intimamente ligados ao processo, incluindo o ex-governante e seus colaboradores próximos.

De tudo isto há algo de grave que não se resolve: não ter-se sabido qual a real causa da morte dos peixes no Tejo leva a que, como diversas vezes Daniel Branco lembrou, em qualquer momento outra mortandade idêntica aconteça.

### Trabalho da Câmara

A Câmara solicitou o ano passado à Comissão Permanente da Conferência dos Poderes Locais do Conselho da Europa apoio técnico ao desenvolvimento de um plano integrado para a zona. Pretende-se um acompanhamento regular e sistemático dos vários efluentes lançados ao rio, tendo em conta as alterações constantes nas condições da água, como a salinidade, marés, variação de caudal e influências climatéricas.

A autarquia não enjeita pois as suas responsabilidades e diz-se disponível para colaborar com o Governo na aplicação de medidas que melhorem as condições ambientais do rio. Aliás, o que se pretende neste processo contra Macário Correia (cujas instaurações foi aprovada por unanimidade pela vereação da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira) é a *limpeza* do bom nome da edilidade e cinco mil contos. Para quê? Para aplicação num gabinete de vigilância das condições ambientais do rio Tejo.

É que na zona a Direcção-Geral da Qualidade do Ambiente só conta com seis guardas-rios para controlar uma área que vai até norte de Santarém. E enquanto não houver um controlo sistemático, este tipo de acidentes pode ocorrer em qualquer altura.



## O caso da morte das fataças

No princípio do mês de Setembro de 1990 uma grande quantidade de peixes aparece morta nas águas do rio Tejo na zona do concelho de Vila Franca de Xira. De imediato, a Câmara inicia um processo de remoção do peixe, dado por concluído a 12 do mesmo mês. Dois dias depois os peixes mortos, na sua esmagadora maioria fataças, reaparecem e novamente o rio é limpo. A 27 de Setembro a história repete-se e repetir-se-á ainda outra vez, dias mais tarde.

São recolhidos cerca de oito mil peixes por dia e os técnicos do Instituto Nacional de Investigação e Pescas (INIP) fazem uns primeiros testes não conclusivos: há um «produto altamente tóxico» no rio mas não especificamente determinado - provavelmente uma dioxina.

A Câmara tratara de enviar a 4 e 5 de Setembro uma informação à Direcção-Geral da Qualidade do Ambiente (DGQA), à Direcção de Hidráulica do Tejo (DHT) e ao próprio INIP. Para além da informação são enviadas amostras de água à DGQA que responde, 20 dias depois, que não dispõe dos meios necessários para fazer a determinação de antibióticos e que o volume da amostra não é suficiente, pelo que decide não fazer o teste para determinar a existência de metais pesados: chumbo, zinco total, cobre solúvel, cádmio e níquel).

No entretanto continuam a morrer fataças sem que a DGQA mande amostras de água a alguém com os tais meios que lhe faltavam ou iniciasse um processo de determinação de existência de metais pesados nas águas do Tejo.

Ainda por cima o caso já tinha precedentes: em Outubro do ano anterior a Câmara recolhera 32 toneladas de peixe morto, ao que parece pela existência nas águas de uma alga tóxica, o que não se verifica neste caso. A edilidade insiste no apuramento de responsabilidades.

Da parte da Secretaria de Estado do Ambiente, apesar de ofícios enviados pela Câmara a alertar para a situação, não são tomadas medidas durante um mês. Macário Correia começa a agir somente quando o caso chega aos jornais, já perto do final de Setembro.

Os técnicos enviados pela DGQA acabam por confirmar a existência de metais pesados nas águas do Tejo e as primeiras análises do INIP apontam para a existência de vestígios de produtos químicos no organismo das fataças mortas.

Os primeiros «réus» apontados são empresas da região. Declarações à imprensa dos técnicos responsáveis pelas investigações lembram que o rio está saturado de poluição industrial: muitas empresas não têm estação de tratamento e as que têm muitas vezes não cumprem.

A Central da EDP do Carregado - que por si só provoca um aquecimento na água da ordem dos 3 a 4 graus e neste momento é acusada pelo lançamento na atmosfera de partículas de pó negro que cobrem o céu da zona norte do concelho de Vila Franca -, a Atral-Cipane e a Soda-Póvoa são nomes apontados como possíveis responsáveis.

Mas alguns dias mais tarde as responsabilidades são transferidas. Já no mês de Outubro o Governo manda encerrar, de imediato, a unidade da Quimigal da Póvoa de Santa Iria e a ãa Agroquímica, culpando-as de despejarem no Tejo produtos altamente tóxicos. E a Secretaria de Estado do Ambiente acusa: aquelas empresas e o programa de desratização efectuada no concelho de Vila Franca de Xira são os culpados pela morte dos peixes.

A Câmara pede de imediato os relatórios técnicos onde

se chega a essas conclusões e informa-se junto do INIP que o Instituto de Medicina Legal (IML) está a investigar a presença de raticida nos cadáveres de peixe. A edilidade solicita ainda um relatório à empresa responsável pelo programa de desratização e esta garante que o raticida utilizado perde o efeito com a água.

A oposição no Parlamento requer a presença do secretário de Estado. Perguntas do PS, PCP, PRD e Verdes levam uma resposta mais tarde insistentemente repetida à televisão, jornais e rádios: a culpa é da Câmara, e só da Câmara, por causa do programa de desratização!

E Macário diz mais: que tinha dados científicos, «irrefutáveis», para comprovar a acusação.

Mais tarde, Daniel Branco, presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, solicita novamente os relatórios onde Macário se baseou para fazer tal acusação e diz que vai levar a questão ao Parlamento Europeu e solicitar uma peritagem internacional. Mais: anuncia que a Câmara processará judicialmente Macário Correia pelas afirmações difamatórias proferidas na Assembleia da República.

Macário responde altaneiro: «o presidente da Câmara não quer aceitar as regras e as leis da química e da biologia e quer subvertê-las pela demagogia político-partidária». E acusa: «É a prática dos comunistas!»

A peritagem internacional não é necessária: o IML conclui entretanto que não há raticida nos peixes mortos. Macário Correia cala-se.

As mesmas leis da química e biologia mostram agora que a demagogia foi de Macário. Uma prática já conhecida de outras paragens social-democratas.

# Passe social mais caro

«São os mesmos os objectivos de luta dos trabalhadores dos transportes e das populações»

## • Os passes sociais subiram mais que os salários

Ao longo dos últimos onze anos (de 1980 a 1991), período durante o qual o PSD tem permanecido ininterruptamente no governo, os passes sociais sofreram um aumento acumulado claramente superior à inflação e muito superior à evolução do salário mínimo, ou seja, dos orçamentos das famílias com menores rendimentos. Senão vejamos os respectivos aumentos percentuais entre 1980 e 1991:

Passes sociais .....	+529%
Inflação .....	+451%
Salário Mínimo Nac. ....	+406%

Enquanto em 1980 o passe L-123 representava 11,1% do salário mínimo nacional líquido, em 1991 tal peso tinha subido para 13,4%. Isto é, um trabalhador com o salário mínimo de 40 100\$00, depois de descontos para a Segurança Social e de ter comprado o passe L-123, ficava com menos de 31 000\$00.

Acresce que, nesta década, se alterou substancialmente a estrutura dos passes: o L-123 passou a ser muitíssimo mais utilizado, reflectindo o afastamento das massas trabalhadoras para as periferias, obrigando a cada vez mais longas e penosas viagens casa-trabalho.

## • Os logros do ministro: nos transportes o IVA desce — mas o preço sobe

Metendo os pés pelas mãos, o ministro das Finanças, não podendo negar o brutal agravamento das taxas do IVA, foi buscar o exemplo dos transportes colectivos como um dos raros bens essenciais onde a taxa do IVA baixará dos 8% para os 5%.

Poucos dias passados, as palavras do ministro revelam-se pura demagogia, quando anuncia novas tarifas que, custando mais 8%, em nada beneficiam os utentes da redução da taxa do IVA, e que na verdade correspondem a um aumento do preço não de 8% mas de 11,1% (contando a tal descida dos 3% do IVA).

Se tivermos em conta que os aumentos dos bilhetes serão iguais ou superiores (o aumento do preço dos bilhetes dos eléctricos rondará os 30%), registamos duas situações condenáveis e preocupantes:

- Os preços dos transportes vão retomar a tendência para aumentarem de facto mais do que a inflação;
- Se os preços dos transportes, fixados pelo Governo, aumentam mais do que a inflação, apesar da baixa da taxa do IVA (se o Estado não dá o exemplo...), o



que não se passará com todo o conjunto de bens essenciais que verão agravada a taxa do IVA?

## • O que o Estado paga beneficia os privados

O passe social, como o nome indica, pressupõe o reconhecimento do carácter social do transporte público e, portanto, obrigações por parte do Estado nesta matéria.

Acontece que, hoje, por exemplo, nos serviços suburbanos da CP e da RN o utente que compre o seu passe social paga claramente mais do que custa o serviço que utiliza. Ao mesmo tempo, na Carris e no Metro as indemnizações compensatórias que o Estado deveria pagar situam-se, em 1991, em cerca de metade do valor real que possuíam em 1985, já então insuficientes.

Mas acontece também que o mecanismo de repartição das receitas dos passes entre os vários operadores da região de Lisboa têm beneficiado as empresas privadas que proporcionalmente vêm recebendo mais pelos passes vendidos que as suas congéneres públicas.

Na generalidade dos países da CEE a comparticipação estatal no transporte público (as chamadas indemnizações compensatórias) é incomparavelmente superior à praticada em Portugal. Em simultâneo, Portugal é o

país em que o preço dos transportes é dos mais elevados em relação aos salários praticados, o que menos se compreende quando, nos últimos anos, os transportes se revelam particularmente insuficientes e em progressiva degradação dos já maus padrões de qualidade.

## • As obras que Abecasis não fez

É sabido que empresas como a Carris e a RN vêm aumentados os seus custos de exploração pelas baixas velocidades comerciais que lhes são impostas. Mas tal situação resulta de opções políticas governamentais que fomentam o transporte individual, que retardam a solução dos problemas de circulação rodoviária na região de Lisboa, que primam pela ausência de um plano integrado de infra-estruturas e equipamentos, pela ausência de investimento na renovação e ampliação das frotas. É esta a política pelas longas horas gastas em deslocações pelos trabalhadores.

Não podem, nem devem estes ser ainda mais penalizados.

## • É necessária uma nova política de transportes

Tal política deve ser invertida e implementada medidas como o reforço de verbas do Orçamento de Estado para os vários sistemas de transportes — não para entregar a privados as suas partes rentáveis e suportar os custos das partes deficitárias, mas para melhorar a qualidade e quantidade do transporte público —, entre as quais a isenção do imposto que incide sobre o gásóleo, o reforço das indemnizações compensatórias e o seu atempado pagamento, medidas que favoreçam as condições de circulação.

O Executivo do Organismo de Direcção dos Transportes da ORL do PCP condena veementemente estes aumentos que considera brutais e de efeito altamente pernicioso para as condições de vida da população laboriosa, reclama uma política de transportes que verdadeiramente sirva os seus utentes e ponha termo às condições indignas em que diariamente efectua as suas deslocações.

São os mesmos os objectivos da luta dos trabalhadores dos transportes e das populações pela melhoria das condições de vida e pela melhoria das condições e qualidade do transporte.

Documento do Executivo do Organismo de Direcção do Sector de Transportes da ORL



# O bloqueio americano e a dramática resistência de Cuba

O nosso século, prestes a terminar, foi uma era de paixão e de excesso e também de desmedidos sonhos, de prodigiosos avanços na ciência e na técnica, o centénio que viu eclodir as grandes revoluções comunistas e a libertação dos povos colonizados, que aspirou intensamente à igualdade, à fraternidade, à solidariedade dos homens. Na Rússia, na China, na Coreia, no Vietname, em África, a chama do socialismo acendeu-se. E eis que este mesmo empolgante século XX desfecha em egoísmo e consumismo larvares, em contendas de estreitos individualismos, de nacionalismos ferozes.

Após o tempo em que a Perestroika e a Glasnost foram na União Soviética esperança de uma reforma profunda e necessária do socialismo, assistimos com profunda tristeza aos sucessivos e precipitados acontecimentos que levaram ao descalabro do grande país onde as ideias de Marx e de Lénine triunfaram e foram levadas à prática, para no decurso dos tempos parcialmente se perverterem e perderem o apoio popular.

É neste cenário conturbado e incerto, em que o imperialismo americano surge como suprema força política e militar, sem opositor frontal, já que só no plano económico e financeiro o Japão, com a sua forma quase desumana de capitalismo tecnocrático, e a Europa rica da C.E.E. lhe pedem meças, é neste cenário contraditório de alto desenvolvimento tecnológico e de quebra de valores morais e desatino intelectual, que se verifica o bloqueio a Cuba.

A Revolução Cubana, tão odiada pelos Estados Unidos, nasceu de uma irrefutável vocação independentista, que tem a sua legenda viva no grito de alma **Pátria ou Muerte**. Com José Martí o nacionalismo do povo cubano insurgira-se contra os colonizadores numa imensa ânsia de liberdade. E foi final esse mesmo sentimento que arrojou os jovens heróis do assalto ao Quartel Moncada contra a ditadura de Fulgêncio Baptista. Na tradição progressista de Júlio Mella, Fidel Castro, Abel Santa Maria e os seus companheiros são expoentes do atormentado protesto que move toda uma geração desejosa de dignidade na sua luta contra a opressão, contra a corrupção, contra a tortura, contra o estatuto de um país vendido, que se tornou um casino de ricos, em bordel de **yankees**, terra pisada por múltiplos desprezos, onde se castram e se matam os insurrectos ou se lhes arrancam os olhos. É contra essa insupportável degradação da Pátria que, após o exílio mexicano, os rebeldes agrupados em torno de Fidel, entre eles Ernesto Guevara e Camilo Cienfuegos, desembarcam anos depois em Cuba, se acantonam na Sierra Maestra e aí formam o exército com que iniciam a lenta caminhada vitoriosa que, em 1959, os levará a Santiago e a La Habana, ao triunfo da Revolução.

Foi em Dezembro de 1962, já depois da tentativa contra-revolucionária de Playa Girón, que, clandestinamente, aterrei em Habana, num avião vindo de Praga, em companhia do meu velho e saudoso amigo Manuel Alpedrinha. Era um tempo de festa, mas também de racionamento, de grandes dificuldades económicas, com cemitérios de automóveis em meio da cidade, parados por falta de peças de substituição. E, contudo, cantava-se e dançava-se nas ruas, pintavam-se painéis colectivos nas grandes praças, Fidel pronunciava os seus electrizantes, intermináveis discursos, os artistas descobriam e inventavam a cultura cubana, literatura, música, **ballet**, artes plásticas, onde pouco antes havia tão-só subprodutos estrangeiros. O Che era o modelo da dádiva total.

Devo dizer, no entanto, que nem tudo o que vi me agradou. Os amigos verdadeiros são os que não escondem as suas dúvidas e divergências. Sempre chocou a minha sensibilidade o carácter passional dos tribunais populares, sempre achei algo de inquietante e perigoso no zelo dos comités de defesa da Revolução, reconhecendo embora a necessidade da função policial em circunstâncias de tão dramática convulsão como a que Cuba vivia sob a pressão estrangeira. Indiscutivelmente, travava-se uma batalha decisiva entre o ardente sonho, carregado de raízes, que era a realização do socialismo, e a sombria actividade dos que tentavam sabotar tão grandiosa empresa. A escolha sincera e generosa do povo, ao lado desse projecto, melhor, encarando-o foi fundamental na formação do meu amor por Cuba.

Quando tornei a la Habana em 1976, a Revolução dera já muitos dos seus frutos. O nível de vida subira, mantendo-se embora modesto, os transportes eram bons, construíram-se mais casas, escolas e hospitais; apesar do regime de monocultura, a economia parecia estável. A magnífica trindade de escritores constituída por Alejo Carpentier, Lezama Lima, Nicolás Guillén, haviam-se juntado novas gerações de poetas e romancistas. A **Casa de las Américas**, com os seus concursos prestigiados, as suas grandes tiragens, adquirira uma dimensão latino-americana que nenhum país lhe recusava. A pintura, o **design**, o cinema, a música, a dança, mergulhando no húmus do Caribe, estavam em plena expansão. Havia sobretudo uma muito rica vivência cultural. Os êxitos nos campos de saúde e da educação, da habitação e do trabalho eram incontestáveis. E a exigência dos quadros revolucionários manifestava-se numa saudável autocritica, que veio posteriormente a assumir proporções ainda mais corajosas.

A confiança do povo no socialismo mantinha-se, apesar do render de gerações, em que por vezes os ideais se esvaziavam. Jovens cubanos internacionalistas batiam-se em Angola. O fervor revolucionário, por estranho que hoje possa parecer, à luz dos acontecimentos mundiais, era ainda em Cuba uma realidade. E creio honestamente que continua a sê-lo nessa dramática ilha que hoje, perdido o apoio da União Soviética, cercada de ameaças, reduzida quase à miséria pelo bloqueio norte-americano, sem

petróleo para uma vida laboral normal, sem combustíveis para a circulação suficiente de viaturas automóveis, anda de bicicleta, aperta o cinto e resiste.

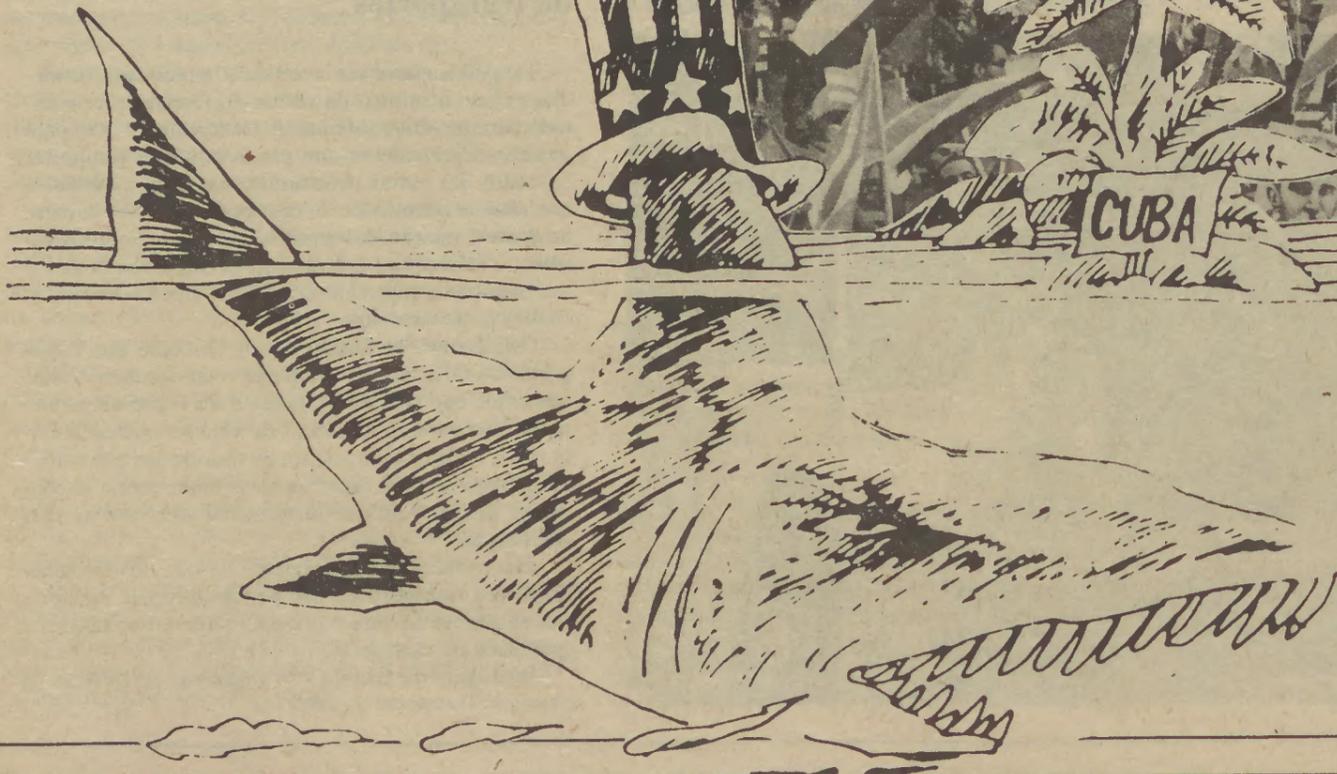
Objecta-se que em Cuba há faltas de liberdade e não discuto tal afirmação. Mas vejamos. Muitos dos que erguem bandeiras contra Cuba são simplesmente apologistas do tipo de capitalismo norte-americano em que o poder do dinheiro ou a manipulação da população através dos **media** são formas disfarçadas de império ditatorial. Muitos aspiram a criar na ilha heróica de Martí e de Guevara partidos fantoches sem raízes nas massas, sem projecto autêntico, sem verdadeira expressão democrática.

Mas admitamos que haja entre essas vozes algumas de boa-fé. Eu próprio desejaria mais liberdade e democracia para Cuba. E creio bem que, na via socialista, Cuba virá necessariamente a tê-las, se lograr vencer as terríveis dificuldades presentes e desenvolver o seu projecto. O processo histórico implica contaminações inevitáveis e Cuba não poderia ter ficado indemne a alguns erros que contribuam para a trágica derrocada do socialismo na Europa de Leste. Confio em que os há-de corrigir.

O certo é que no momento presente, quando o mundo capitalista, num revoltante concerto de egoísmo e de cegueira, assesta contra Cuba todas as suas baterias de propaganda, quando os desembarques inimigos na solitária ilha estão de novo na ordem do dia, o povo cubano, unido, fazendo humor do seu despojamento e da sua tragédia, já o dissemos, resiste; e essa espantosa resistência, que enfrenta o ódio, as chufas soezes, os certificados de óbito antecipados, causa o pasmo e a admiração do mundo.

Os anónimos defensores desta trincheira do socialismo e da pátria cubana assemelham-se, na sua tenacidade e na sua bravura, aos gigantes da epopeia helénica. São ao mesmo tempo comóventes e dignos do nosso maior respeito. Por isso daqui, nesta hora de comemoração da Revolução Cubana, com todas as divergências que entre nós possa haver na maneira de pensarmos hoje o futuro do socialismo, daqui lhes dizemos, emocionadamente: Estamos convosco na grandeza da vossa luta e do vosso lema — Pátria ou morte. Venceremos.

■ Urbano Tavares Rodrigues



EM FOCO

# O caçador, o cão, e a mãe dele

■ Francisco Costa

Não, caro leitor! Não se trata de crítica a qualquer filme inédito de Peter Greenaway que a RTP tenha transmitido nos últimos tempos. É sobejamente conhecida a velha regra dos manuais do jornalismo: «notícia, é quando o dono morde no cão e não quando o cão morde no dono». Dir-se-ia que a própria RTP parece conhecer esta elementar regra, já que, há dias, a propósito de uma insólita notícia vinda de Coimbra (e relacionada com as desventuras de um lusitano canídeo face ao seu vingativo dono), o próprio **24 Horas** se fez eco daquela velha máxima. O problema é que, para uso interno, a RTP tem a memória fraca.

De facto, vários exemplos poderiam ser aqui apresentados para demonstrar exuberantemente a incompetência manifestada pelos editores ou redactores do **Telejornal** quando se trata de elaborarem as «aberturas» (normalmente a cargo dos *pivots*) para as notícias a desenvolver nas reportagens externas. É que, nesses exemplos, facilmente encontraríamos, também, a infracção a uma outra regra fundamental do jornalismo, nomeadamente o televisivo: a de que, na «abertura» lida em estúdio, são de excluir dados cujo tratamento é eminentemente mais adequado à imagem e ao som ou informações cujo enunciado sintético não corresponda ou mesmo divirja do tema essencial que se segue e do seu desenvolvimento audiovisual. É matéria que, evidentemente, consta de qualquer «livro de estilo» de

qualquer redacção que pretenda transmitir qualidade à sua informação. Mas, na redacção do **Telejornal**, o tal «livro de estilo» deve ter dado lugar ao «livro de recomendações» do Governo, já que, as mais das vezes, estamos perante «manipulação», mais do que mera «incompetência».

Só assim se poderá compreender, por exemplo, que as «aberturas» em estúdio antecedendo as reportagens da Assembleia da República, raramente foquem o verdadeiro objecto da sessão parlamentar ou o que de verdadeiramente importante lá se tenha passado.

Vejamos dois exemplos, entre tantos:

No **Telejornal** de 23.01.92, o *pivot* de serviço leu o seguinte texto: «O Ensino Superior vai ter em breve uma nova Lei de Bases da Acção Social Escolar. O anúncio foi feito esta tarde na Assembleia da República pelo ministro da Educação. E ele quer resolver este ano, ainda, também, o problema da carreira dos professores.»

Poderia pensar-se que Sua Excelência, por sua iniciativa, fora ao Parlamento para dar conta aos deputados das medidas legislativas do seu departamento ministerial. Puro engano: do que a reportagem tratava (e mal, como é hábito) era da interpeção que um partido da Oposição (na circunstância o PS) nesse dia fizera ao Governo, na pessoa do ministro, sobre a política educativa! E, para além de ter atribuído desigualmente o tempo das intervenções do partido interpelante, do ministro e de um deputado do partido do Governo, a reportagem ignorou as intervenções de qualquer outro partido da Oposição!

Também no **Telejornal** de 24.01.92, igual estratagemma foi utilizado. Desta vez, o texto da «abertura» rezava assim: «Portugal vai ter três estações de tratamento e transformação de resíduos tóxicos perigosos - uma na zona do Porto, outra na região de Setúbal e outra em Sines.»

Pois esta informação do secretário de Estado dos Recursos Naturais tinha sido dada em resposta à interpelação do deputado dos Verdes André Martins (também citada no texto da «abertura», mas em lugar secundário) numa sessão de perguntas ao Governo em que ainda foram abordados outros temas: a participação de Portugal na Expo 92, a propósito de uma interpelação de José Apolinário (PS), a escandalosa extinção do INIC, denunciada pelo deputado António Filipe, do PCP (apresentado como deputado do PS!), e o atraso nas obras de beneficiação do Mosteiro da Batalha, numa interpelação do PS. Tudo dado sem qualquer «som directo» dos intervenientes na discussão, numa reportagem apressada com a duração de pouco mais de um minuto e com o texto «off» lido, como é hábito, em velocidade vertiginosa e «secundarizado» pela montagem das imagens.

Assim se dá, na RTP, a primazia à «voz do dono». Assim se trata, na RTP, o órgão de soberania que tem como uma das suas importantes e dignificantes funções a fiscalização dos actos do Governo.

É, certamente, uma questão de «estilo». Não o do tal livro, que, pelos vistos, não existe, mas um «estilo» do género: «um caçador tinha um cão e a mãe do caçador era também o pai do cão»!

## Singularidades e insolências

A RTP distingue-se seguramente, em toda a Europa, por uma característica que a torna singular entre as demais estações de televisão: nos seus **Telejornais**, os jornalistas e repórteres conseguem fazer com que, invariavelmente, falem mais do que os seus entrevistados. E invulgar é também, convenhamos, a capacidade de «encaixe» da generalidade desses entrevistados (mostrando até, por vezes timidamente, a sua educação) ao ponto de pedirem desculpa aos tais jornalistas, quando se vêem forçados a interrompê-los para conseguirem intrepidamente expor até ao fim uma determinada ideia.

Mas, por vezes, acontece precisamente o oposto. É quando o jornalista exorbita da sua função informativa, mesmo perante os assuntos mais complexos, arrogando-se um «poder» interventivo manifestamente desmesurado.

O que se passou no **Telejornal** do passado dia 30.01.92 excede, em insolência, tudo o que imaginar se poderia nesta matéria.

Foi o caso de uma intervenção do correspondente da RTP em Washington, Mário Crespo, a propósito de eventuais dificuldades encontradas durante a quarta ronda das conversações entre as delegações de Portugal e dos EUA para a negociação, no Departamento de Estado, de um novo Acordo de cedência da Base das Lages nos Açores, que nesse dia haviam terminado.

Obstinado na sua firme convicção de que é um jornalista cheio de graça, imaginação e originalidade (quem não

se lembra da ridícula e «surrealista» reportagem de Crespo, feita nas ruas da capital norte-americana, em que perguntava aos transeuntes, para estupefacção dos próprios, se acaso sabiam a razão por que não se comemorava em Portugal o «Halloween» - a «Noite das Bruxas»?!), o referido correspondente queixou-se de que os delegados portugueses «não quiseram responder, em substância, às perguntas que lhes fizemos».

E, seguidamente, manipulando provocatoriamente a imagem e o som, alinhou quatro perguntas que ele próprio fez aos dois representantes portugueses (o Embaixador Pedro Catarino e o secretário da Administração Interna do Governo Regional dos Açores, Costa Neves) montando, a seguir a cada uma delas, os rostos de ambos, em silêncio(!), rematando com o comentário: «nenhuma destas questões foi respondida em termos objectivos, embora tenha havido, claro, uma série de respostas, algumas até de grande elegância e eloquência».

E os espectadores perceberiam imediatamente o sentido deste comentário ao verem e ouvirem uma das respostas do Embaixador que Mário Crespo entendeu escolher - precisamente uma em que as hesitações e reserva do diplomata foram notórias e, porventura, do seu ponto de vista justificáveis, face à matéria abordada.

À «graça», «imaginação» e «originalidade» de Mário Crespo veio, assim, juntar-se a «ironia grosseira» - certamente mais uma «singularidade», em termos de RTP!

## Registos Magnéticos

\* «(...) o sentido liberal que adoptam as sociedades modernas marca igualmente a evolução portuguesa, o que limita a intervenção estatal ao poder dos «lobbies» sociais com maior expressão, carga cultural e poder económico. E o «lobby» do trabalho, embora poderoso no país, não tem conseguido, nem por si, nem com o apoio dos legisladores e do Governo, acabar com um dos insucessos mais sublinhados do Portugal actual - o trabalho infantil.» (...)

(peça sobre «a imagem interna e externa de Portugal», em tempos de presidência portuguesa da CEE - **Jornal de Sábado**, 25.01.92)

\* «(...) (a agricultura) é dos sectores que mais atenção tem merecido no país. A sua mudança está a contar com mais dinheiro mas, sobretudo, com uma tradição histórica de qualidade, que a cultura portuguesa reserva para o universo alimentar» (...)

(idem)

\* «(...) A especulação imobiliária nada tem que ver com o nível dos rendimentos médios, deixando para o Estado uma responsabilidade injusta e demasiado elevada no que diz respeito à construção social.» (...)

(idem)

\* «É duvidosa a constitucionalidade desta medida (reintrodução das «taxas moderadoras») porque a nova versão da Constituição, após a revisão, aponta para um serviço nacional de saúde geral, universal e tendencialmente gratuito e o que estas medidas representam é que vamos ter um serviço nacional de saúde tendencialmente pago.» (...)

(Dr. Mário Jorge, Sindicato dos Médicos da Zona Sul - **Telejornal**, 27.01.92)

\* «A Ordem dos Médicos sempre teve uma posição contrária a esse princípio (serviço nacional de saúde geral, universal e gratuito) até porque entendemos que deve haver um esforço de solidariedade: há pessoas que realmente têm condições económicas e financeiras que podem contribuir para o esforço da sua própria saúde.» (...)

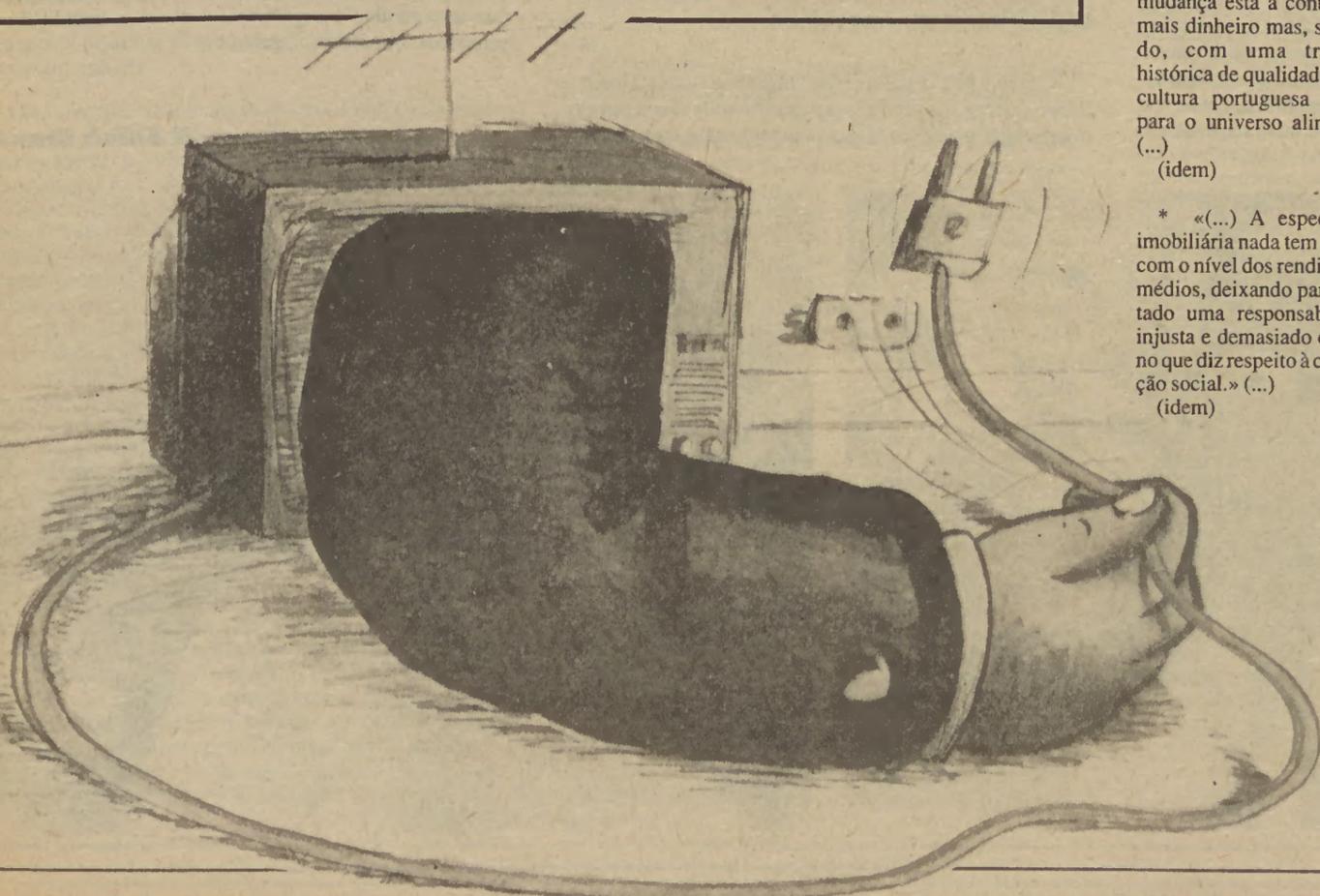
(Dr. Pinto de Almeida, Ordem dos Médicos - idem)

\* «O lince da Malcata é, sem dúvida, um dos animais mais místicos em Portugal. Há anos que tentavam apañar um na serra da Malcata.»

(Artur Albarran - **Telejornal**, 29.01.92)

\* «(...) A fábrica que vai fazer a estampagem dos bonecos foi hoje inaugurada em Almada. Foram criados 30 postos de trabalho. As camisolas vêm de Espanha, onde são feitas numa empresa mista de capital português e brasileiro. Aqui apenas se faz a estampagem dos bonecos Disney. O equipamento que os dá à luz é importado da Áustria. Prevê-se uma produção anual de 1 850 000 unidades, todas para exportação para a «Euro-Disney», em França.» (...)

(notícia do **Telejornal**, 29.01.92)



# A emigração de Portugal hoje

O fenómeno da emigração surge sempre quando o país não oferece condições satisfatórias de vida à sua população. No entanto, o nível das condições exigidas varia com o grau de desenvolvimento socioeconómico e cultural que se expressam na mentalidade das pessoas. Por outras palavras, quando se enfrentava a luta pela subsistência, a ausência de alimentos era a necessidade determinante. Quando as pessoas eram perseguidas pelas suas ideias, a liberdade de opinião adquiria prioridade. Actualmente, em Portugal, não são estes dois factores que pressionam os que emigram. Numa sociedade integrada na Europa desenvolvida, onde a democracia e a igualdade de direitos é assegurada por leis, os cidadãos procuram ter acesso a maiores salários e melhores condições de desenvolvimento individual. Tal como a luta pela sobrevivência ou pela liberdade de antes, hoje os que emigram buscam alcançar as mesmas condições que em Portugal se oferece a uma elite. Estão no seu direito, lutam com a mentalidade gerada pela situação em que vive o país.

Creio ser importante reflectir sobre estas características históricas da emigração não para sobrevalorizar um passado mais difícil mas sim para encontrar com objectividade os elementos de análise do fenómeno actual. O Governo afirma o bom nível de crescimento da economia portuguesa e de desenvolvimento nacional. A população está no seu direito de recusar uma existência sacrificada própria de uma sociedade subdesenvolvida. Se as condições que individualmente suporta não correspondem ao nível alcançado pelo país, ele emigra em busca de outra sociedade onde realmente tenha acesso ao apregoado desenvolvimento.

## Quem está dentro da mancha de pobreza?

Não se poderá, talvez, dizer que em Portugal a população passe fome ou seja perseguida por suas opções políticas ou religiosas. No entanto, há o que se chama hoje de «manchas de pobreza». Por mais pequenas que sejam estas «manchas», os que nela se encontram são os que suportam a pobreza. O seu reflexo na sociedade não é tão pequeno como isso, pois o próprio Governo reconhece a existência de 15 mil trabalhadores infantis (para não falar nos que trabalham nas empresas familiares), um aumento da marginalidade nos centros urbanos, e os despedimentos que se sucedem numa indústria que sofre vários tipos de crise, mesmo que as causas sejam atribuídas à adaptação a um nível superior de desenvolvimento. Quanto às perseguições políticas, com o 25 de Abril desapareceu a instituição repressiva, o que não impede que as empresas hoje limitem a entrada e o progresso profissional aos que se identifiquem com a oposição ao Governo. Como a estabilidade no emprego tornou-se fluída com as últimas leis laborais, o patro-

nato dispõe de meios para despedir ou congelar a ascensão profissional de qualquer trabalhador com falsos pretextos.

## Solução convidativa

Sem ser um país subdesenvolvido e sem impor um regime político repressivo, Portugal tem «manchas» de pobreza e de perseguição política. Pode-se alegar que a pobreza e a perseguição são relativas e não absolutas. Que o trabalhador pode mudar de emprego ou de região e encontrar melhores condições dentro do próprio país. Diante desta hipótese, surge uma situação concreta que é a promoção

depende o êxito. Até mesmo a família é um estorvo. Ele não sai, como antes, para garantir a sobrevivência. Agora o objectivo é enriquecer, o que é bem diferente como razão para deixar a família. Já vão sendo comuns os casos de contratação de pessoas para ficarem com os filhos ou com os pais idosos, enquanto dura a emigração. Surge, portanto, uma rede de serviços para permitir que alguns emigrem. O tradicional conceito de família que sempre caracterizou a sociedade portuguesa como uma das mais humanizadas, desaparece. E não são poucos os casos dramáticos de crianças abandonadas ou maltratadas que vão engrossar as fileiras da marginalidade quando crescem.

Pode-se falar muita coisa acerca dos efeitos negativos de uma mentalidade individualista. Mas, num país como Portugal, que depois do 25 de Abril alcançou um dos índices de sindicalização mais elevados do mundo traduzido em conquistas valiosas para toda a população, basta pensar que os que emigram individualmente abandonam a sua classe e, naturalmente, perdem o apoio que vem da sua unidade. Os contratos individuais têm como garantia a palavra do patronato e as boas declarações de princípios dos governantes. Que confiança se poderá ter quando por razões superiores, isto é, dos investidores, as empresas são fechadas ou os trabalhadores são despedidos? Quem vai reclamar e a quem se vai reclamar?

## Perspectivas da emigração actual

As críticas que podemos fazer não vão alterar o movimento emigrante em Portugal ou a mentalidade que lhe serve de estímulo. As condições foram criadas pelos que estão no poder e dominam os meios de comunicação social.

O comportamento de um povo reflecte a sua situação num momento histórico definido, e o que for negativo para o seu desenvolvimento irá pesar no seu futuro. Isto não quer dizer que guardamos as nossas reflexões como peças inúteis e esperamos que os tempos mudem. Sempre existem novas formas de luta para tornar concreta a nossa participação nessa transformação desejada.

Assim como os belos discursos sobre os Direitos do Homem e a democracia afirmam a necessidade de se manter unida toda a humanidade, sem discriminações de qualquer tipo, defenderemos a unidade dos trabalhadores em torno dos seus direitos laborais e das garantias sociais que a Comunidade Europeia oferece. Com a eliminação das fronteiras impõe-se a organização comunitária dos trabalhadores da mesma maneira que as empresas organizam a produção, o mercado, os critérios. Não poderemos aceitar que uma produção organizada conte com trabalhadores informais sem defesas legais.

■ Zillah Branco



da liberdade de circulação nos países da Comunidade Europeia e das melhores condições de vida fora de Portugal. Os divulgadores dessa imagem atraente fazem uso da comunicação social ou de redes de empresas que contratam mão-de-obra emigrante. Portanto, para um português que se sente prejudicado no trabalho parece mais fácil e promissor tentar a sorte em outro país. É um estímulo.

A abolição do estatuto do emigrante para os que trocam de país na Comunidade Europeia foi uma promessa aliciante para os que procuram melhorar de situação económica social. As declarações de princípio contra a discriminação que os Governos e entidades responsáveis fazem são uma garantia de que as populações dos países membros serão respeitadas como irmãs. Tudo isto serviu para formar uma nova mentalidade com base na confiança do êxito individual e no paternalismo dos que fazem e aplicam as leis.

## Individualismo e ambição

Convém pensar nos aspectos negativos que esta mentalidade carrega. As promessas e os estímulos visam sempre o indivíduo isolado. Da sua competência e da sua força



# Corre o «sangue» nas ruas da City

A recessão prolonga-se, interminável. Não, dizem na América onde a falência dos Macey's, os maiores armazéns do mundo, acaba de anunciar-se com dívidas de US\$3,76 biliões, isto é, uma recessão em duplicado. Mais do que isso: estamos a entrar numa época de depressão económica cujas consequências não podem sequer imaginar-se. Vamos então conhecer de novo as tragédias dos anos trinta? Estejamos prontos para tudo.

O processo de destruição das estruturas da economia mundial, tal como a conhecemos, já começou. Surgem sinais disso em toda a parte e não há nada que os governos capitalistas possam fazer. Os preços das mercadorias descerem. Os preços das casas de habitação descerem, as taxas de juro diminuem e, ainda assim, os pedidos de empréstimos contraem-se. O público anda cheio de medo. Os bancos estão falidos. Dizem, fingidamente, os optimistas: «Ah, mas em 1930 foi pior.» Ainda não viram nada.

## América

A proporção da riqueza nacional possuída pelos 10% de americanos mais poderosos subiu de 67,5% para 73,1%. E, em 1990, existiam 14 vezes mais milionários nos Estados Unidos do que há 10 anos atrás. Mas, com os bancos conhecendo a sua maior crise desde os anos negros de 1930, o Senado não conseguiu forçá-los a uma nova redução nas taxas de juro aplicáveis aos portadores de cartões de crédito. Essa é uma das poucas áreas de negócio onde os bancos ainda ganham dinheiro que se veja. Surgem, entretanto, avisos clarividentes: «Paguem as contas dos cartões de crédito. Cancelem-nas. Deitem os cartões fora!»

A catastrófica situação actual provocada por desvios loucos nos princípios de orientação ortodoxa dos capitalistas — o apossamento, por especuladores, de fundos em depósito, das poupanças públicas, dos capitais dos bancos e dos próprios fundos do governo, nos anos 80 (Ronald Reagan e Margaret Thatcher) — alastra por todo o mundo. Em Dezembro, dizia-se que a General Motors, por exemplo, despediria 20 000 operários. Agora, os despedimentos passaram a 74 000, provocados pelo encerramento de nada menos de 100 fábricas. A IBM? A Xerox? Não brinquem conosco. Nadam em prejuízos.

A culpa é do Japão, diz-se por toda a América. Mas não foram os nipónicos derrotados pelos americanos na Segunda Guerra Mundial? Na primeira semana de Janeiro, o desemprego nos Estados Unidos subiu para 7,1% da mão-de-obra activa, o que significa que mais 300 000 americanos se viram sem trabalho.

Com o défice orçamental já na casa dos 400 biliões de dólares, George Bush meteu-se no avião e foi a Tóquio procurar esclarecer o contencioso comercial levando consigo os presidentes da Chrysler, da General Motors e da Ford, Lee Iacocca, Robert Stemple e Harold Poling, respectivamente. Era preciso obrigar o Japão a não vender mais carros na América ou, se preferisse, a comprar carros americanos. A outros países menos poderosos já o presidente dos Estados Unidos forçara a reduzir as suas exportações têxteis, uma medida similar ao que aconteceu nos anos 30: a Nigéria, a Indonésia, o Egipto, as Filipinas, a Costa Rica, a Birmânia, o Panamá, o Paquistão, Hong-Kong e a Coreia viram, assim, diminuir as suas vendas e os seus recursos em dólares. Bush não está em condições de solucionar os problemas resultantes do desequilíbrio comercial com o Japão. Nem ele nem ninguém, neste momento. Porque a desvantagem da indústria americana em relação à japonesa, particularmente nos sectores da electrónica, é, simplesmente, estrutural. «There is nothing that you can do, George...»

No fim, o Japão concordou em adquirir automóveis americanos até ao valor de US\$10 biliões, mas a parte de leão nessas novas importações efectuar-se-á por encomendas a fábricas japonesas nos próprios Estados Unidos!!! A guerra comercial que há muito se espera, aproxima-se a passos de gigante. «Sei muito bem que a economia vai em queda livre», disse o presidente. Candidamente, acrescenta: «A culpa é minha.» A produção industrial americana baixou, em Dezembro, para 70% da sua capacidade.

## Alemanha

Quase dois anos e meio após o desmoronamento do muro de Berlim, um ano e poucos meses depois da unificação monetária e da reunificação política, a euforia foi-se. Os alemães, agora, andam à procura dum novo «wirtschaftswunder», mas o tempo dos milagres, francamente, já se extinguiu há muito.

O desemprego cresce. A taxa de desenvolvimento económico julga-se que dificilmente ultrapassará 1%, este



ano. A inflação já vai nos 4% e o problema da habitação torna-se desesperante — os alemães carecem de pelo menos um milhão e meio de novas casas. Mas na antiga RDA, os desempregados já somam 1 250 000 e os trabalhadores, atirados para indescritível confusão, recordam 40 anos de planificação da economia — e, para não chorarem, riem-se.

O presidente da «Ruhrkohle», a maior empresa extractora de carvão, avisou que vão desaparecer nessa indústria pelo menos 100 000 empregos. O presidente da federação dos sindicatos, por seu lado, disse que uma profunda crise social ameaça instalar-se na Alemanha, este ano. Eis porque nos primeiros 6 meses de 1991 os capitalistas germânicos investiram no estrangeiro a soma de DM12,5 biliões enquanto que no seu próprio país os investimentos nas actividades produtivas não ultrapassaram os DM850 milhões.

O «Bundesbank», quando aumentou para 9,5% a taxa de juros para empréstimos ao mercado bancário internacional (19.12.1991), pôs a tremer todo o sistema. Mas, em Londres, são acolhidas sempre com alívio as dificuldades por que passe a economia alemã. Se se verificarem na antiga URSS e nos outros países do leste europeu os desequilíbrios socioeconómicos e as turbulências de que muitos falam, a Alemanha e o seu DM serão os que mais imediatamente sofrerão. Então, a libra ganhará terreno e, apesar disso, as exportações britânicas subirão.

Como acima dizemos, a guerra comercial entre os gigantes económicos que determinam, em certa medida, o destino do mundo, pode não vir muito longe.

## Espanha

Ignacio Gomez Montejo é o nome do estratega principal da «F. G. Inversiones Bursatiles», uma das maiores, ou a maior, entre as grandes firmas espanholas de corretores na Bolsa de Madrid. Em recente conferência que realizou em Londres (ele veio à procura de dinheiro, claro) o castiço perito bolsista declarou:

«Não é nada bom o cenário para 1992. Sabem... a economia aquecerá demasiado e, agora, para ajustar-se a uma situação internacional completamente diferente, vai ser muito difícil...»

Em Espanha, actualmente, já não se fala em crescimento económico. Busca-se abrigo, simplesmente, num muito mal explicado desejo de convergência com as restantes economias europeias. A inflação, vai em 6,5%, o défice da

balança comercial atingiu os 35 biliões de dólares, as exportações diminuem. Concluiu o nosso amigo Montejo: «A recuperação económica em Espanha virá tarde e devagar.»

## Grã-Bretanha

A reanimação do consumo em massa por que o grande comércio espera, de que a indústria depende e que os bancos se esforçam por encorajar, falhou abismalmente. As pessoas defendem-se e fogem às despesas. As lojas acham-se vazias, e, no Natal — o período-chave para as grandes vendas — viram-se, no «Selfridges», quatro empregados atendendo um só cliente que, afinal, apenas queria comprar uma gravata. Todos os grandes armazéns reduziram os preços, sem resultados. Os ingleses, desconfiados do futuro, reduziram ao mínimo as suas compras. Fizeram bem.

Logo a 27 de Dezembro surgiram notícias alarmantes. Sir John Quinton, presidente do Conselho de Administração do Barclays Bank, proferiu aos microfones da Rádio 4 da BBC, as seguintes palavras:

«Assistimos, em 1991, ao pior colapso da confiança dos meios de negócios, desde os anos 30. A situação da economia acha-se num estado chocante e vai continuar assim. O ano foi demolidor para a indústria britânica, para os bancos e para «a economia em geral.» Sir John Quinton, não temos dúvidas, sabe muito bem aquilo que diz.

O grupo de investigadores económicos da Universidade de Liverpool dissera já que 1992 acentuará o declínio da economia dado que a América se afunda na sua dupla recessão e a Europa e o Japão comecem a conhecer os efeitos da mesma. Segundo o referido grupo, o desemprego atingirá os 3 milhões e a recuperação da economia britânica não passará de, simplesmente, «anímica».

Os economistas do «Oxford Economic Forecasting» estabeleceram que o estado da economia mundial se agravou nos últimos dois meses de 1991 devido ao impacte das grandes dívidas incobráveis que estão estrangulando o sistema bancário internacional e à grande perda de confiança que se seguiu à euforia proporcionada pelo fim da Guerra do Golfo.

Uma firma de contabilistas especializados em falência, a «Cork Gully», declarou que a onda de bancarrotas prosseguirá até 1994, pelo menos. O número de falências oficialmente tratadas pelas secções respectivas do «Department of Trade and Industry» foi de cerca de 60 000, mas o «National Westminster Bank», que tem a obrigação de andar bem informado, já disse que, em 1992, assistiremos à abertura de mais 450 000 falências entre sociedades e pessoas individuais.

## «Não assassinem Ravenscraig!»

«Don't kill Corby!» era a palavra de ordem dos manifestantes trabalhadores da indústria do aço quando, em 1979, a «British Steel» anunciou o encerramento das fábricas siderúrgicas naquela cidade do Northants. Corby, efectivamente, morreu para a indústria. Cinco mil e quinhentos empregos deixaram de existir e muitos milhares de outros, nas pequenas indústrias adjacentes, desapareceram também. Mas, repare-se só nas palavras do director para o Desenvolvimento Industrial daquela cidade, John Hill:

«Tivemos de convencer esta gente de que nunca mais se produziria aço em Corby. Mas, uma vez isso conseguido, tínhamos nas mãos uma grande reserva de mão-de-obra!»

Agora é a vez de Ravenscraig, Motherwell, na Escócia. As fábricas gigantes, já o disse a British Steel (privatizada por Margaret Thatcher), vão fechar em fins deste ano deixando na rua 1200 trabalhadores além dos cerca de 10 000 empregados nas múltiplas pequenas indústrias que, como cogumelos, existem à sombra da grande fábrica-mãe na área de Motherwell. Os trabalhadores esboçam focos de resistência, mas, diante do grande fantasma da crise económica generalizada, parece que muitos deles preferem embolsar as indemnizações, gozar as férias da sua vida em qualquer ponto agradável das Caraíbas e, simplesmente, esquecer e aguardar. É quando os comunistas, porque a hora é deles, começam a agitar: «Don't kill Ravenscraig! Don't kill us!»

O novo ano de 1992 entra, para os britânicos, sobre as fumegantes ruínas do anterior. Margaret Thatcher fora afastada do poder porque, delirante, qual cavaleira de triste figura, ferira de morte o capitalismo. O número de desempregados é de 2 546 000. As grandes falências — Bond Corporation, British & Commonwealth, Polly Peck, Rent Walker, Robert Maxwell — deixaram os bancos a abanar. O sangue corre nas valetas das ruas da City. Os empréstimos à indústria da construção (40 biliões) jamais serão pagos. O desequilíbrio provocado pela alta dos preços das casas de habitação até 1989 (80 biliões) jamais será restabelecido.

Para onde vai a Grã-Bretanha capitalista? Seguirá o caminho inevitável do imperialismo em direcção ao caixote do lixo da História.

Comunistas! O futuro está nas vossas mãos!

■ Manoel de Lencastre

PONTOS CARDEAIS

# Gazetilha

## Desgraças do tio

Bush visitava o Japão.  
Pedia auxílio de estalo.  
Resolveu o Japão auxiliá-lo  
por **compaixão**...

(Não digo nada a mais:  
foi o que li nos jornais)

Um nipónico sorriso  
pela sala perpassou  
— e nesse instante preciso  
é que o Bush desmaiou.

Treme o dia de amanhã.  
Cresce o rombo no navio.  
E lá anda o Tio Sam  
pelo mundo, ó tio, ó tio...

## A bem da... nação

Inda vão os dias lentos  
do 92 — e lestras  
as notícias dos aumentos  
trouxeram as «boas festas».

Pois não se espante ninguém.  
Tudo simples e normal.  
Leitores, é tudo a bem  
da «justiça social»...

Sobem os medicamentos?  
Sobe a luz, o pão, a água?  
Mas afinal os aumentos  
na crista da nossa mágoa  
afinal o temporal  
a bagunça que aí vem  
é tudo a bem, tudo a bem  
tudo a bem, no coração,  
da «justiça social»  
— é tudo a Bem da Nação!

(Nação foi o que se ouviu?  
Disse eu tal enormidade?  
Ó raio, lá me fugiu  
a língua para a verdade!)

Leitor amigo. Agora vou contar-te  
O último escândalo, que mete  
corrupção, compadrio, etc. e tal.  
O último é aquele do ministro que...  
Não, é o do subsecretário que...  
Espera. O último escândalo foi aquele que envolveu  
o... a... os... as...

Desculpa, estou baralhado. Já nem sei  
qual foi o último. São tantos...  
Uma pessoa toda se confunde.  
Ficamos com a cabeça a andar à roda.  
Nem rima pus nos versos, estão a ver?

## Impávidos malandros

Leitor amigo, aqui te juro: até  
nem é por não gostar de alguns bichanos.  
Ouço falar de «direitos humanos»  
e não há meio de saber o que é.

Assassino Israel tem boa-fé?  
Fascistas no Haiti são bons fulanos?  
Timor pode sofrer crimes e danos?  
Não sofre o Zaire tratos de polé?

Esses e outros mais são boa gente.  
Só Fidel aos ianques resistente  
tais direitos ofende em sua ilha.

Os «direitos humanos» o que são?  
Soneto, a tua ira tem razão.  
Que entrudo! Que malandros! Que quadrilha!

■ IGNOTUS SUM

## Incrível!



## Tal ela, tal ele

Maria João Avilez entrevistou o ministro Dias Loureiro. Disseram coisas profundas sobre a política, a caça, a pesca... A certa altura MJA disparou com incontida superficialidade: «Há quem comente que Cavaco Silva não está a aproveitar politicamente o estado de graça para tomar medidas ditas francamente impopulares...» Esperava-se que o ministro respondesse, para sossegar o País, qualquer coisa do género «O quê? Ainda quer mais?!». Nada disso. Dias Loureiro disse com frieza: «O que há é um calendário para pôr em prática. A cada momento corresponderá uma medida.» Caramba! Depois do assalto fiscal, da escalada dos preços, da contenção salarial, das taxas moderadoras, das propinas, que mais estará para acontecer?...

## Informação

Como se sabe, alguns deputados socialistas entenderam realizar uma peculiar manif à porta da Assembleia durante a visita do primeiro-ministro chinês, protestando contra a sua presença em Portugal. Imagine-se se os deputados chineses tivessem feito a mesma coisa quando, há poucos meses, o sr. dr. Almeida Santos e o eng. António Guterres visitaram, a convite e expensas das autoridades chinesas, durante quinze dias a

República Popular da China. E note-se que, regressados dessa deambulação, aqueles dirigentes socialistas foram de assinalável discrição (diga-se, mesmo, de sepulcral silêncio) sobre a questão dos direitos humanos que tão de perto haviam tido oportunidade de analisar.

publicação do jornal, tudo se decidiria entre Jorge Sampaio e António Guterres: o «Semanário» é categórico, como se pode ver. Só que há uma pequena questão: o título não se refere ao essencial do problema, isto é, o que é que os socialistas acham de Sampaio e Guterres, mas



# Semanário

DIRECTOR JOÃO AMARAL DIRECTOR ADJUNTO A. L. RAMOS FERREIRO ANO II N.º 228 11 DE FEVEREIRO DE 1992 PÁG. 2

## Sampaio bate Guterres com 44 por cento



- SPA: presidente angaria seguros dos autores Pág. 29
- Benetton: anúncio da Sida chega a Portugal Pág. 28
- Benfica: Alexandre Alves ameaça Jorge de Brito Pág. 32

**Rigor informativo**  
A primeira página do último número do «Semanário» passará seguramente à história como um padrão de rigor jornalístico... A manchete refere-se à situação no PS em que, no mesmo fim-de-semana de sim o que é que os portugueses, em geral, acham! Depois, à cabeça, temos uma fotografia não identificada de uma senhora acompanhando o título «Pinto Coelho, o pintor da Corte»: não se esclarece se a senhora da foto é Pinto Coelho ou é a Corte.

# frases da Semana

“Como em todas as profissões, existe uma hierarquia entre os carteiristas imediatamente patente na forma como se apresentam vestidos.”

☞ («O Diabo», 4.02.92)

“O mundo mudou e é natural que uma pessoa também mude de opinião.”

☞ (Artur Albarran — «Semanário», 1.02.92)

“Não preciso do Benfica para ter acesso ao poder.”

☞ (Alexandre Alves, candidato à presidência do S. L. Benfica — «Público», 4.02.92)

“Não me quero candidatar à Presidência da República. Sou um homem realista, sei a idade que tenho.”

☞ (Manuel Queiró, secretário-geral do CDS — «O Diabo», 4.02.92)

“(…) não seria justo que, por exemplo (e permitam-me este exemplo), eu próprio, que sou membro do Governo e com um rendimento, por isso, superior à média dos portugueses, tenha o mesmo tratamento que tem uma pessoa que ganha, por exemplo, o salário mínimo nacional, que ganha pouco. Isso seria injusto porque o meu tratamento seria um tratamento de privilégio para que o tratamento de uma pessoa que ganha o salário mínimo nacional não fosse, de facto, o mais justo e o mais adequado. (...)”

☞ (Marques Mendes, secretário de Estado, sobre as «taxas moderadoras» — Telejornal, 30.01.92)

“Temos sentido de humor, mas com limites...”

☞ (Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP — «O Jornal», 31.01.92)



**Quinta, 30****ALMADA**

Debate sobre a situação no Médio Oriente - às 21.00, na Junta de Freguesia de Almada, com a participação de José Goulão.

**BARREIRO**

Plenário da célula dos trabalhadores das Autarquias para entrega dos novos cartões 92-93 e discussão da situação política - às 17.30, no Centro de Trabalho concelhio.

**COLARES**

Reunião de militantes da freguesia - às 21.00, no Centro de Trabalho de Mucifal.

**LISBOA**

Debate sobre o romance «Violeta e a Noite», com a participação do autor, Urbano Tavares Rodrigues, e de José Manuel Mendes. Às 21.00, no Centro de Trabalho Vitória.

Plenário das células da UAP - às 17.30, no Centro de Trabalho da Av. Duque de Loulé.

Plenário da organização da Indústria Farmacêutica - às 19.00 no Centro de Trabalho da Av. Duque de Loulé.

**LOURES**

Plenário da organização de freguesia de Olival Basto sobre a situação política e social e questões de organização - às 21.30, no Centro de Dia da Terceira Idade.

**Sexta, 7****LISBOA**

«Noite com Cuba» no Centro de Trabalho Vitória, promovida pela Comissão da Juventude da Cidade de Lisboa. Com a presença do Embaixador de Cuba e da presidente da Associação de Amizade Portugal-Cuba, a partir das 21.00.

Plenário de militantes das organizações da Colina da Graça e Alfama. Às 21.00, no Centro de Trabalho da Graça, com a participação do camarada Hipólito dos Santos.

Plenário de militantes das OGFE - Às 17.00, no CT de Marvila.

**BEJA**

Debate sobre a situação internacional, dirigido aos militantes do concelho de Beja. Às 20.30, no Centro de Trabalho, com a participação de Domingos Lopes.

**Sábado, 8****ALMADA**

Lanche-convívio no CT da Cova da Piedade, às 16.00 para entrega dos cartões 92-93. Participa o camarada Blanqui Teixeira.

Plenário de militantes da freguesia de Almada - às 15.00 no CT Alberto Araújo.

**BARREIRO**

Debate sobre questões da Comunicação Social, inserido na preparação da 5ª Assembleia da Organização Concelhia: no CT concelhio, às 16.00, com a participação do camarada Ruben de Carvalho.



## Álvaro Cunhal sábado no distrito de Santarém

**Em Constância:**

Visita a Montalvo (10h), Constância (10h30), Sta. Margarida (12h30)  
Almoço-convívio na Soc. Recreativa Portelense

**Em Torres Novas:**

Reunião de Quadros em Alcaiadaria do Castelo (16h)  
Jantar-convívio (19h30)



## Encontro de Quadros em Coimbra

Sábado - Hotel Tivoli

### «O PCP no presente e no futuro do País. As tarefas do Partido no distrito em 1992»

Com o camarada  
**Carlos Carvalhas**

Almoço-convívio dos trabalhadores das empresas do Parque Industrial da Quimigal, com entrega dos novos cartões do Partido. No Centro de Trabalho concelhio, a partir das 13.00.

**BRAGANÇA**

Reunião de mulheres comunistas de todo o distrito, com a participação da camarada Luísa Araújo.

92 - Incidências em Vila Nova de Gaia; Propostas do PCP»: debate com a participação de Ilda Figueiredo, às 15.30, no Salão Nobre da Assembleia Municipal.

**LISBOA**

Debate sobre Leis Eleitorais, promovido pela DORL, com a participação do camarada Luís Sá: às 21.30, na Sala Colúmbia do Hotel Zuriq.

16.00). Participam o vereador Lino Paulo e eleitos e activistas da freguesia de Belas.

**VILA REAL**

Reunião de mulheres comunistas do distrito, com a participação da camarada Luísa Araújo: a partir das 15.00, no Centro de Trabalho do PCP.

**Domingo, 9****ALCABIDECHÉ**

Encontro CDU com os moradores de Atrozela, com a presença do vereador Carlos Sota e de outros eleitos da CDU. Às 10.00, no Largo de Atrozela.

**SETÚBAL**

Sessão de solidariedade com Cuba promovida pela Comissão Concelhia de Setúbal do PCP e pelo núcleo de Setúbal da JCP: a partir das 15.00, com a participação dos camaradas Miguel Urbano Rodrigues e German Blanco Pujol, embaixador de Cuba em Portugal.

**UISEU**

Encontro de Quadros para debate da situação internacional, com a participação do camarada Aboim Inglês. No CT de Viseu, com início às 15.00.

**Terça, 11****LISBOA**

«Revolução informacional, comunicação e implicações nas questões de organização» - debate integrado no ciclo «O Comunismo e o Mundo Contemporâneo». Moderador: António Abreu. Animadores: Ruben de Carvalho, Fernando Correia e Manuel Carvalho da Silva. Às 21.00, no Centro de Trabalho Vitória.

Plenário do organismo de direcção do Sector Oriental de Empresas de Lisboa - no CT de Marvila a partir das 18.45.

**DAMAIA**

Plenário dos militantes da freguesia. Às 15.00 no Centro de Trabalho.

**ESTORIL**

Encontros com os moradores dos bairros da Martinha (às 10.00) e do Alto dos Compitos, com a participação de Vítor Silva, vereador CDU na Câmara de Cascais, e dos eleitos CDU da freguesia do Estoril.

**CARCAVELOS**

Encontro do vereador CDU e eleitos na freguesia com os moradores da Rebelva - junto à Fonte de S. João, às 15.00.

**COIMBRA**

Encontro de Quadros subordinado ao tema «OPCP no presente e no futuro do País - As tarefas do Partido no distrito de Coimbra em 1992». No Hotel Tivoli, com a participação do camarada Carlos Carvalhas, que intervirá na sessão pública de encerramento prevista para as 18.30.

**ÉVORA**

Encontro concelhio da CDU. No Palácio D. Manuel, a partir das 15.00, com a participação do camarada Luís Sá.

**GAIA**

«O Orçamento do Estado

# O COMUNISMO e o Mundo Contemporâneo

**CICLO DE DEBATES**

## Revolução informacional, comunicação e implicações nas questões de organização

Moderador: António Abreu.

Animadores: Ruben de Carvalho  
Fernando Correia  
e Manuel Carvalho  
da Silva

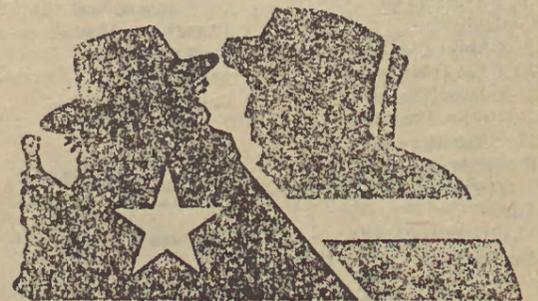
Terça-feira, às 21h  
no Centro de Trabalho Vitória

## Sexta-feira Jovem no Vitória

Amanhã, às 21.30

## NOITE COM CUBA

A música, o convívio  
e as palavras da solidariedade



## Jornada de solidariedade Com Cuba, contra o bloqueio

Sábado em Setúbal

## Acções de rua

de manhã, no Largo da Misericórdia

## Sessão pública

às 15h

com a participação de

Miguel Urbano Rodrigues  
e Embaixador de Cuba

## O AUTOR e o LEITOR

Sessões sobre livros  
de autores portugueses  
no CT Vitória

Hoje, às 21.30

## «Violeta e a Noite» de Urbano Tavares Rodrigues com o autor e José Manuel Mendes

Sexta-feira, dia 15 no CT Vitória  
**Reunião de quadros do Partido**  
sobre  
**O DESPORTO E AS AUTARQUIAS**

## Televisão

### Quinta, 6

#### Canal 1

07.30 Bom Dia (I)  
09.30 Rua Sésamo  
10.00 Bom Dia (II)  
11.05 Passerelle  
11.40 Jogo de Cartas  
12.00 Notícias  
12.05 Culinária  
12.20 Final Feliz  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 A Saúde na Sua Mão  
14.00 Brinca Brincando  
14.35 Um Caso de Consciência (ver «Filmes na TV»)  
15.20 National Geographic  
16.00 Ponto por Ponto  
17.10 Brinca Brincando  
17.45 Rua Sésamo  
18.10 Caderno Diário  
18.15 Riviera  
18.45 Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.10 Desenhos Animados  
20.20 Rainha da Sucata  
21.15 Os Simpson (últ. episódio)  
21.45 Um Romance à Medida  
22.40 Um Dia no Alentejo  
23.45 24 Horas  
00.20 Remate  
00.30 O Teatro de Ray Bradbury

#### Canal 2

09.00 Videotexto  
12.00 Os Cavaleiros das Estrelas  
12.25 Curso de Inglês  
12.40 Circo  
12.55 Filhos e Filhas  
13.20 Agora Escolha! (I)  
14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora Escolha! (II)  
15.25 Recreio do 2  
16.35 Guarda Florestal  
17.25 Em Busca de...  
17.55 Clip-Club  
18.30 Eterno Feminino  
19.30 Aventura do Conhecimento  
20.00 Música no Dois  
20.50 Zás Trás  
21.00 Jornal das Nove  
21.30 O Sr. Almaníaco  
21.35 Robótica - Da Ficção à Realidade  
22.00 A Ilustre Casa de Black Adder  
22.30 Gala da Casa da Imprensa

### Sexta, 7

#### Canal 1

07.30 Bom Dia (I)  
09.30 Rua Sésamo  
10.00 Bom Dia (II)  
11.15 Passerelle  
11.40 Jogo de Cartas  
12.00 Notícias  
12.05 Culinária  
12.20 Final Feliz  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Exploração  
14.00 Brinca Brincando  
14.35 As Loucuras do Meu Marido (ver «Filmes na TV»)  
16.10 Ponto Por Ponto  
17.10 Brinca Brincando  
17.40 Rua Sésamo  
18.10 Caderno Diário  
18.15 Riviera  
18.40 Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.10 Desenhos Animados  
20.20 Rainha da Sucata  
21.15 Mas Que Vizinhos... (ver «Filmes na TV»)  
23.00 Cheers, Aquele Bar  
23.30 24 Horas  
00.05 Remate  
00.30 Tennessee Buck e os Salteadores da Tribo Perdida (ver «Filmes na TV»)

#### Canal 2

09.00 Videotexto  
12.00 Zorro  
12.30 Curso de Alemão  
12.45 Professor Turbo-Lento  
12.50 Filhos e Filhas  
13.15 Agora, Escolha! (I)  
14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora, Escolha! (II)  
15.25 Recreio do 2  
17.00 Burlescos

17.25 Grandes Desastres  
17.55 Clip-Club  
18.30 Eterno Feminino  
19.30 B. I.  
20.00 Nunca Mais é Sábado  
20.45 Zás Trás  
21.00 Jornal das Nove  
21.30 O Sr. Almaníaco  
21.35 A Árvore  
22.30 Pantanal  
00.05 Rotações  
01.05 El C.I.D.

### Sábado, 8

#### Canal 1

08.00 À Mão de Semear  
08.25 Canal Jovem  
13.00 Encontro à Uma  
13.55 André Topa-Tudo no País dos Gigantes  
14.15 A Guerra dos Mundos  
15.05 Simple Minds  
16.15 Uma Vida (ver «Filmes na TV»)  
17.35 Hale & Peace  
18.00 Nómadas  
18.50 Paraíso  
19.45 Totoloto  
20.00 Jornal de Sábado  
21.20 Desenhos Animados  
21.30 Casa Cheia  
22.10 Araponga  
23.20 O Amor Que Me Salvou (ver «Filmes na TV»)  
01.05 Contradições  
02.15 Remate

#### Canal 2

09.00 Universidade Aberta  
11.35 Forum Musical (I)  
12.00 Primeiro Jornal  
12.05 Forum Musical (II)  
13.05 Agarra o 2  
14.35 Os Pecados de Teodora (ver «Filmes na TV»)  
16.00 Estádio (I)  
18.30 Jornal Fim-de-Semana  
19.05 Arca de Noé  
19.45 Outras Músicas  
21.05 Estádio (II)  
23.30 Pantanal  
01.05 As Teias da Lei

### Domingo, 9

#### Canal 1

08.00 Canal Jovem  
11.25 Missa  
12.30 70 x 7  
13.00 Notícias  
13.15 Um Espectáculo de Carro  
13.40 O Mundo Animal  
14.30 Top+  
15.20 Uma Aventura de Milhões (ver «Filmes na TV»)  
17.05 As Aventuras do Cavalo Preto  
17.30 ET - Entretenimento Total  
18.50 Os Golos da Jornada  
19.00 McGyver  
20.00 Jornal de Domingo  
20.35 Desenhos Animados  
20.45 Araponga  
22.25 Domingo Desportivo  
23.40 Conversa Afiada  
00.50 No Calor da Noite  
01.45 Remate

#### Canal 2

09.00 Caminhos  
09.30 Novos Horizontes  
10.00 A Voz do Planeta  
10.55 Regiões Magazine  
11.55 Primeiro Jornal  
12.00 Agarra o 2  
13.05 Vida Nova  
14.00 Troféu  
18.30 O Meu Amigo Mordomo  
19.25 Crónica  
20.15 Palavra Puxa Palavra  
21.00 Nós 2  
22.00 O Sr. Almaníaco  
22.05 Artes e Letras: «Not Mozart»  
22.35 O Egípcio (ver «Filmes na TV»)  
00.55 Tauromaquia

### Segunda, 10

#### Canal 1

07.30 Bom Dia  
09.30 Rua Sésamo

10.05 Bom Dia  
11.05 Passerelle  
11.40 Jogo de Cartas  
12.05 Culinária  
12.20 Final Feliz (últ. episódio)  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Sobrevivência  
14.00 Brinca Brincando  
14.35 Ferro em Brasa (ver «Filmes na TV»)  
16.25 Ponto por Ponto  
17.10 Brinca Brincando  
17.40 Rua Sésamo  
18.10 Riviera  
18.40 A Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.20 Rainha da Sucata  
21.25 O Preço Certo  
22.50 Uma Família de Espiões  
23.50 24 Horas  
00.25 Remate  
00.40 Amityville, a Mansão do Diabo (ver «Filmes na TV»)

#### Canal 2

09.00 Videotexto  
12.00 O Homem da Carabina  
12.25 Curso de Francês  
12.40 O Professor Turbo-Lento  
12.55 Filhos e Filhas  
13.15 Agora, Escolha! (I)  
14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora, Escolha! (II)  
15.30 Recreio do 2  
16.40 As Aventuras de Black Beauty  
17.00 Vida Selvagem  
17.50 Clip-Club  
18.20 Eterno Feminino  
19.20 Dramazine  
19.50 Estilo Britânico  
21.00 Jornal das Nove  
21.35 Acerto de Contas  
22.35 Teatro - «O Luto de Electra», de Eugene O'Neill (I)

### Terça, 11

#### Canal 1

07.30 Bom Dia  
09.30 Rua Sésamo  
10.00 Bom Dia  
11.05 Passerelle  
12.05 Culinária  
12.20 Lua Cheia de Amor (telenovela)  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Nave Terra  
14.00 Brinca Brincando  
14.35 Todos por Mary (ver «Filmes na TV»)  
16.10 Ponto por Ponto  
17.10 Brinca Brincando  
17.40 Rua Sésamo  
18.10 Riviera  
19.30 Telejornal  
22.20 Rainha da Sucata  
21.20 Joe Dancer  
22.55 Primeira Página  
24.00 Carol & Companhia  
00.25 24 Horas  
01.00 Remate

#### Canal 2

09.00 Videotexto  
12.05 Goolies  
12.20 Curso de Inglês  
12.35 O Professor Turbo-Lento  
12.50 Filhos e Filhas  
13.15 Agora Escolha! (I)  
14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora, Escolha! (II)  
15.30 Recreio do 2  
17.00 Férias Aquáticas  
17.30 Tribunal de Júri  
17.50 Clip Club  
18.30 Eterno Feminino  
19.30 Cinemazine  
20.00 O Grande Sonho  
21.00 Jornal das Nove  
21.35 1000 Imagens  
22.00 Grau de Destruição (ver «Filmes na TV»)  
23.55 Pop Off

### Quarta, 12

#### Canal 1

07.30 Bom Dia (I)  
09.30 Rua Sésamo  
10.00 Bom Dia (II)  
11.15 Passerelle  
11.40 Jogo de Cartas  
12.00 Notícias  
12.05 Culinária  
12.20 Lua Cheia de Amor

13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Paragem no Tempo  
14.00 Brinca, Brincando  
14.35 Salomé (ver «Filmes na TV»)  
16.20 Tu Cá, Tu Lá  
17.05 Brinca Brincando  
17.35 Rua Sésamo  
18.10 Riviera  
18.45 Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.20 Rainha da Sucata  
21.15 Vamos Jogar no Totobola

21.25 A Guerra do Fogo (ver «Filmes na TV»)  
23.20 24 Horas  
23.55 Remate

#### Canal 2

09.00 Videotexto  
12.00 2020 - Polícias em Acção  
12.25 Curso de Alemão  
12.35 O Professor Turbo-Lento  
12.50 Filhos e Filhas  
13.15 Agora, Escolha!

14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora, Escolha!  
15.30 Recreio do 2  
16.30 O Caminho das Estrelas  
17.15 Linha, a Quanto Obrigas  
17.50 Clip-Club  
18.20 Eterno Feminino  
19.20 Futebol - Portugal-Holanda  
21.30 Jornal das Nove  
22.05 Carlos Cruz: «Quarta-feira»  
23.10 Sinais do Tempo: «De Lénine a Gorbachov» - IV

## Filmes na TV

**Um Caso de Consciência**  
«A Matter of Conscience» (telefilme, EUA/1989). Realização de John Rubinshtein. Interpretação de Ari Meyers, John Michael Benedetto. Cor, 93 minutos.

Um velho jardineiro de origem alemã há muito radicado nos Estados Unidos é subitamente acusado por um sobrevivente dos campos de concentração nazis de ser um antigo assassino das SS. O tema é frequentemente retomado em filmes e telefilmes como este, quase sempre de forma superficial, e quase sempre tendentes à desculpabilização dos «pacatos cidadãos» em que muitos SS fugidos à prisão no final da II Guerra se tornaram.

Quinta, 14.35, Canal 1

**As Loucuras do Meu Marido**  
«Who's Got The Action?» (EUA/1962). Realização de Daniel Mann. Interpretação de Dean Martin, Lana Turner, Eddie Albert, Walter Matthau. Cor, 93 minutos.

A história movimentada e frequentemente cómica de uma mulher que resolve «ajudar» o seu marido, um viciado em apostas nas corridas de cavalos, transformando-se ela própria em angariadora, de forma a que as ruinosas percas dele sejam os compensadores ganhos dela. Mas essa sua pretensão de salvar a honra e as finanças da família tem um funesto desenvolvimento quando outros promotores de apostas decidem, ora beneficiar dos seus esquemas, ora acabar com ela...

A garantir que esta história é bem contada está o profissionalismo de Daniel Mann e o dos seus intérpretes, entre os quais desponta Walter Matthau, posteriormente consagrado como um grande actor de comédia.

Sexta, 14.35, Canal 1

**Mas que Vizinhos!**  
«Neighbors» (EUA/1981). Realização de John G. Avildsen. Interpretação de John Belushi, Kathryn Walker, Cathy Moriarty, Dan Aykroyd. Cor, 96 minutos.

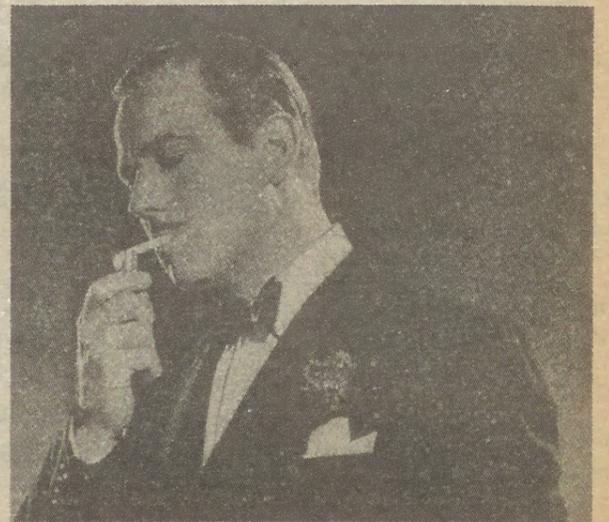
Uma comédia de costumes mordaz sobre as desventuras de um chefe de família pacatamente radicado num subúrbio, cujo mundo é subitamente virado do avesso pela presença numa casa ao lado da sua de um casal de vizinhos «pouco recomendável».

Como «cabeças de casais» estão dois actores célebres pela parrelha que compuseram noutro filme, «O Duetto da Corda»: John Belushi e Dan Aykroyd.

Sexta, 21.15, Canal 1

**Tennessee Buck e os Salteadores da Tribo Perdida**  
«Further Adventures of Tennessee Buck» (EUA/1988). Realização de David Keith. Interpretação de David Keith, Kathy Shower. Cor, 87 minutos.

Um actor medíocre, aqui também na pele de realizador: é de recear o pior desta dita «paródia» às



Melvyn Douglas — «Os Pecados de Teodora»

aventuras de Indiana Jones sobre que não há qualquer informação. Se calhar nem merece...

Sexta, 00.30, Canal 1

**Os Pecados de Teodora**  
«Theodora Goes Wild» (EUA/1936). Realização de Richard Boleslawski. Interpretação de Irene Dunne, Melvyn Douglas, Thomas Mitchell. P/B, 90 minutos.

Haverá quem diga que o essencial é ver como, em 1936, um realizador como Boleslawski construiu uma excelente comédia e, essencialmente, como é que Irene Dunne e Melvyn Douglas ascenderam a pontos de referência incontornáveis da representação cinematográfica. Mas, sendo isto verdade, «Os Pecados de Teodora» são um pouco mais do que isso.

Numa gravação de há um ano que reproduz o espectáculo que, com John Cale, construiu em homenagem a Andy Wharol, Lou Reed canta qualquer coisa como que «When you live in a small town / You hate it / And the only thing you have to do / It's to leave it». É o reflexo de um padrão cultural essencial da cultura norte-americana esta contradição entre os padrões morais e sociais que fazem da pequena cidade o bastião das melhores qualidades do *american way of life*, e a recusa dos universos fechados, puritanos, obsessivos e repressivos das pequenas comunidades. «Os Pecados de Teodora» são, deste ponto de vista, um filme atrevido. Aos olhos de hoje, são um bem disposta comédia sobre uma rapariga vivendo em casa de puritanas tias que obtem um secreto *best seller* com um atrevido romance que escreve; mas, há mais de meio século, a fúria que toma conta de Teodora e a leva a uma sucessão de escândalos não terá sido tão inocua quanto hoje parece. Em suma - de ver.

Sábado, 14.35, Canal 2

**Uma Vida**  
«Une Vie» (Fr-Itália/1958). Realização de Alexandre Astruc. Interpretação de Maria Schell, Christian Marquand, Ivan Desney, Antonella Lualdi. Cor, 80 minutos.

Adaptando a novela com o mesmo nome de Guy de Maupassant, Astruc confirmava com este belo filme a sua ligação ao cinema francês de tradição literária, renovado

embora pelas ideias e práticas da «nouvelle vague» de que foi um dos percursores. Um lirismo contido e uma estrutura narrativa que busca a distanciação são uma nova leitura da tocante história de Jeanne Dandieu e da sua sempre



Maria Schell — «Uma Vida»

adiada felicidade, servida pela interpretação luminosa de Maria Schell e pela fotografia de inspiração impressionista de Claude Renoir.

Sábado, 16.15, Canal 1

**O Amor Que me Salvou**  
«Baxter» (GBR/1973). Realização de Lionel Jeffries. Interpretação de Patricia Neal, Scott Jacoby, Jean-Pierre Cassel. Cor, 100 minutos.

Melodrama em torno dos traumas de infância de um jovem, salvo pela dedicação e a competência de uma terapeuta - esta interpretada pela excelente Patricia Neal.

Sábado, 23.20, Canal 1

**Uma Aventura de Milhões**  
«Pals» (EUA/1987). Realização de Lou Antonio. Interpretação de George C. Scott, Don Ameche, Sylvia Sidney. Cor, 89 minutos.

As aventuras e desventuras de dois velhos sem vintém que deitam a mão a uma fortuna e partem para a Florida para viver à grande pela primeira vez na vida. Mas o dinheiro tinha evidentemente dono - e este é nem mais nem menos uma «família» de gangsters, que não vai deixar passar o ultraje.

Uma boa comédia realizada por um experiente realizador de séries para televisão, protagonizada por dois grandes actores: George C. Scott e o soberbo octagenário que era então Don Ameche.

Domingo, 15.20, Canal 1

## O Egípcio

«The Egyptian» (EUA/1954). Realização de Michael Curtiz. Interpretação de Jean Simmons, Victor Mature, Gene Tierney. Cor, 135 minutos.

A moda das «superproduções bíblicas» que teve o seu apogeu nos anos 50 tem neste filme um dos seus expoentes em termos de espectacularidade e nos concomitantes gastos de produção. A acção decorre no Egito dos Faraós e é condimentada com os ingredientes do costume, com a pureza e a fidelidade a um só deus a contraporem-se à violência, ao sadismo, à luxúria e à traição que «define» o comportamento dos pagãos.

Michael Curtiz, como se sabe, foi um grande director e o filme evidencia-o, embora muito mais se evidencie nele a mão do produtor, «patrão» Darryl F. Zanuck. Quanto ao actores, registre-se a presença de muita gente de talento, a começar pelas duas principais intérpretes, Jean Simmons e Gene Tierney.

Domingo, 22.35, Canal 2

## Ferro em Brasa

«Charley Varrick» (EUA/1973). Realização de Don Siegel. Interpretação de Walter Matthau, John Don Baker, Felicia Farr. Cor, 106 minutos.

Walter Matthau nas suas sete quintas, numa história que tem alguns paralelos com a de «Uma Aventura de Milhões»: é mais uma vez uma fortuna que muda de mãos, de novo da Mafia, agora para um engenhoso ladrão cheio de truques. Misto de comédia e thriller, como Siegel os sabe fazer.

Segunda, 14.35, Canal 1

## Todos por Mary

«All For Mary» (GBR/1955). Realização de Wendy Toye. Interpretação de Kathleen Harrison, Nigel Patrick. Cor, 83 minutos.

Comédia romântica inglesa dos anos 50 adaptada de uma peça teatral de grande sucesso, «Todos por Mary» gira em torno das atribulações de dois ingleses na Suíça que se apaixonam ambos pela filha do dono do hotel.

Terça, 14.35, Canal 1

## Grau de Destruição

«Fahrenheit 451» (GBR/1966). Realização de François Truffaut. Interpretação de Julie Christie, Oskar Werner, Cyril Cusack. Cor, 112 minutos.

Talvez não seja exagero afirmar que «Fahrenheit 451» (o título português foi daqueles que, felizmente, jamais pegou) foi um filme de culto dos anos 60. Para tanto convergiu uma notável série de razões. Tem-se, por um lado, Truffaut, um realizador fulcral da cinematografia francesa; acrescenta-se um argumento baseado num romance de Bradbury, escritor párrafo durante décadas da ficção científica; acrescenta-se um tema que constitui o elogio da cultura e do seu mais mítico e emblemático suporte: o livro; e acrescenta-se ainda a primorosa fotografia de Nicolas Roeg, a música do compositor favorito de Hitchcock, Bernard Herrmann, e memoráveis interpretações de Oskar Werner e de uma Julie Christie.

O título do livro e do filme é o da temperatura a que arde o papel: 451 graus Fahrenheit e nessa destruição se baseia o filme, ficção de uma sociedade futura baseada no domínio do audiovisual e de droga e em que o livro é a memória perseguida e reprimida de uma outra vida e de uma outra esperança. Nessa sociedade os bombeiros não apagam incêndios, são antes uma sombria polícia cujo papel é a destruição de livros cuja simples leitura é crime. Mas «Fahrenheit 451» é acima de tudo uma história de resistência e de confiança na força do homem e da cultura por ele criada.

Nos anos 60, a memória dos

		Cinema		
		M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b>	Billy Bathgate	★★★	—	★★★
<b>B</b>	Brigada de Homicídios	★★★	—	★★★
<b>C</b>	Nuvem	★★★★	—	—
<b>D</b>	O Rei Pescador	★★	—	★★
<b>E</b>	A Vida, o Amor... e as Vacas	★★	—	★

### Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Robert Benton — Alfa/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Amoreiras/5 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 24.00); Cityline (14.30, 18.00, 21.30); Fonte Nova/2 (14.15, 16.30, 18.45, 21.15); Mundial/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- B — Real. David Mamet — King/2 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45); Quarteto/1 (15.00, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- C — Real. Ana Luísa Guimarães — King/3 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00); S. Jorge/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Terminal/2 (14.00, 16.45, 19.15, 21.40) — Lisboa.
- D — Real. Terry Gilliam — Alfa Clube (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Fonte Nova/1 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45); Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); S. Jorge/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- E — Real. Ron Underwood — Alfa/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Amoreiras/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) — Lisboa.

## TEATRO

### MALAPOSTA

Rua de Angola, Olival Basto (ao fundo da Calçada de Carriche). Tel. 9388770. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. OS CAVALEIROS DA TÁVOLA REDONDA, de Christoph Hein, encenação de José Peixoto, pela companhia do Teatro da Malaposta.

### TEATRO ABERTO

Pç. de Espanha. Tel. 7970969. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16., HOTEL DA BELA VISTA, de Odon von Horváth, encenação de Holmut Reinke.

### TEATRO DO CALVÁRIO

Rua Leão de Oliveira, 1. Tel. 3639974. AMOR TAMBÉM DE PERDIÇÃO, texto e encenação de Fernando Gomes.

### TEATRO CINEARTE

Lg. de Santos, 2. Tel. 3965360. Sáb. e 2ª às 21.30, dom. às 17: PLAY IT AGAIN, SAM, de Woody Allen, encenação de Helder Costa. 3ª às 22.00 na Sala Grande, 6ª às 24 no Cinearte-Café: PRANTO DE MARIA PARDA, de Gil Vicente, versão e interpretação de Maria do Céu Guerra. Sáb. e 2ª às 24.00, dom. às 21.30: MIRIVAL, de Ralph Talbot (Produções de A Barraca)

### TEATRO DA COMUNA

Pç. de Espanha. Tel. 7260818. Sala 1: de 2ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. MÁ SORTE TER SIDO PUTA, de John Ford, encenação de João Mota. Café-Teatro: sáb., às 24.00, II FESTIVAL DA OTITE, de Carlos Paulo, encenação de João Mota.

### TEATRO DA CORNUCÓPIA

Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. A MISSÃO, de Heiner Müller, encenação de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

### TEATRO IBÉRICO

R. Xabregas, 54. Tel. 8582531. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. AY, CARMELA!, de José Sanchis Sinisterra, encenação de José Blanco Gil.

### TEATRO MARIA VITÓRIA

Parque Mayer. Tel. 3461740. De 3ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. e feriados também às 16.00. FOMOSA VOTOS, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga e M. Mota.

### TEATRO MIRITA CASIMIRO

Av. Fausto de Figueiredo, Monte Estoril. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. LA NONNA, de Roberto Cossa, encenação de Carlos Avilez, pelo Teatro Experimental de Cascais.

### TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Rua Conde Ferreira, Almada. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. DIAS INTEIROS NAS ÁRVORES, de Marguerite Duras, encenação de Joaquim Benite.

### TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Rossio. Tel. 3472246. De 3ª a sáb. às 20.30, dom. às 16. PASSA POR MIM NO ROSSIO, texto e encenação de Filipe La Féria.

### TEATRO S. LUÍS

Sala Estúdio, Rua António Maria Cardoso. Tel. 3471279. 5ª, 6ª e sáb. às 19.30. NÁPOLES MILIONÁRIA, de Eduardo de Filippo, encenação de Mário Viegas (Companhia de Teatro do Chiado)

### TEATRO DA TRINDADE

Rua Nova da Trindade. Tel. 3423200. 5ª, 6ª. sáb. e dom. às 19.15. O PROFESSOR DE PIANO, de Jaime Salazar Sampaio.

### TEATRO VARIEDADES

Parque Mayer. Tel. 3466665. De 3ª a dom. às 21.30, dom. também às 16. O ÚLTIMO DOS MARIÁLVAS, de Neil Simon, encenação de Melinda Mourão.

### TEATRO VILLARET

Av. Fontes Pereira de Melo, 90-A. Tel. 538586. De 3ª a dom. às 21.00, dom. também às 16. QUEMMUDA A FRALDA À MENINA?, de Francisco Ors, encenação de Armando Cortez.

### Para crianças

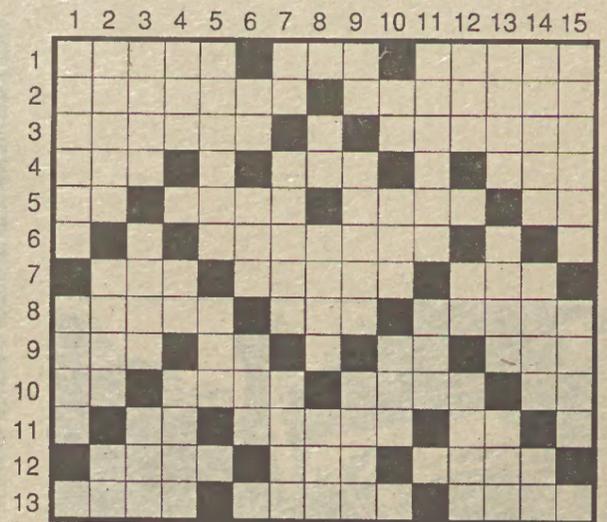
### TEATRO DO CALVÁRIO

R. Leão de Oliveira, 1. Tel. 3639974. Sáb. e dom. às 16.00; de 3ª a 6ª grupos organizados. A GRANDE AVENTURA, texto e encenação de Fernando Gomes, produção do TIL.

### TEATRO DE CARNIDE

Azinhaga das Freiras. Tel. 7145178. Sáb. às 16.00. TRIC-TRAC, TERRA DOCE, AMARGO SABOR, encenação de J.S. Ricardo.

## PALAVRAS CRUZADAS



**HORIZONTAIS:** 1 — Pontos no futebol pela entrada da bola nas balizas; corpo aeriforme; prazeres. 2 — Agachara-se; país governado por um emir. 3 — Flutua; estremecer. 4 — Claridade (fig.); indivisa; acrescentamento à divisa dos TAP. 5 — Existe; licor de erva-doce; bebida estimulante que se serve a copo ou à chávena; duas de dois. 6 — Moça da rainha. 7 — Ilha do arquipélago de Cabo Verde; sarraceno; ente. 8 — Cesto; altar; macaco. 9 — Repercussão; brisa; acusada; cont. prep. e art. 10 — Laço apertado; divindade egípcia; caminho no mar; escândio (símb.). 11 — Érbio (símb.); movediço; sódio (símb.). 12 — Momento; também não; deixa em testamento. 13 — Despidas; frutos carnudos; país do Sudeste Asiático.

**VERTICAIS:** 1 — Patriota e filósofo, alma do movimento de independência da Índia assassinado em 1948; palco. 2 — Planta cesalpiniácea; bolsa; tratamento familiar. 3 — Corrente de água; ponta de terra que entra no mar; período histórico. 4 — Capa de irmandade; acolá; membrana pigmentada do globo ocular onde se encontra a pupila; 5 — Sítio seco ou pantanoso das Américas Central e do Sul; interj. imitativa de pancada. 6 — Batráquio; eleva; víscera dupla. 7 — Gálio (símb.); olfacto dos animais; regressa. 9 — Igreja episcopal; termina; desporto aquático. 10 — Consoantes de mártir; prep.; lista. 11 — Ruminante africano de pescoço comprido; filho de Adão e Eva. 12 — Fale; nota musical; aliança. 13 — Local onde Cipião o «Africano» venceu Aníbal; assunto; nome de letra. 14 — Detesto; correntes de água natural; cont. prep. e art. 15 — Apresentar um aspecto agradável; embaçado.

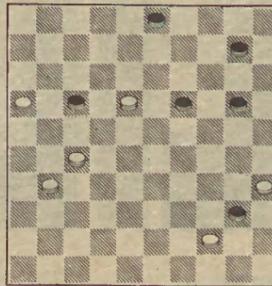
### SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

**HORIZONTAIS:** 1 — Generalizavam. 2 — Dano; exame; éter. 3 — Ola; evio; ano. 4 — Ré; ave; coa. or. 5 — Sul; lírio; por. 6 — Nevar; rales. 7 — Amigos; missas. 8 — Beras; vem; atola. 9 — Atar; devam; asei. 10 — Na; ajudarias; má. 11 — Amadora. 12 — Lai; orate; lãs. 13 — Teimosas; amparas.

**VERTICAIS:** 1 — Dor; cabana. 2 — Gales; meta; le. 3 — Ena; unira; sai. 4 — Nô; alegara; im. 5 — IV; vós; já. 6 — Ré; elas; dumos. 7 — Axe; ir; vedara. 8 — lavor; cevada. 9 — Imo; ir; marota. 10 — Zé; coam; mirem. 11 — Pó; lia; aa. 12 — Vê; apostas; lá. 13 — Ata; ossos; mar. 14 — Menor; além; sã. 15 — ror; Isafias.

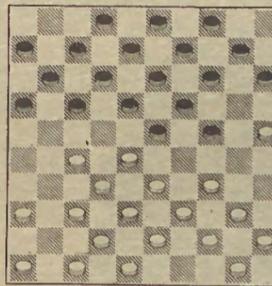
## DAMAS

CCCXLI - 6 de Fevereiro de 1992  
Proposição n.º 1992D011  
Por: Th. O. Prodyen  
De Problemist [NL], Abril/1956  
Pr. [6]: 3-10-17-19-20-40  
Br. [6]: 16-18-27-31-35-44



Branças jogam e ganham

Proposição n.º 1992D012  
Por: Jean-Pierre Rabatel  
(Jogando contra Bergsma)  
Campeonato da Europa, 6.IX.1971  
Pr. [19]: 2-3-4-6-7-8-9-10-11-12-13-14-15-16-17-18-19-23-24  
Br. [19]: 25-27-28-32-33-34-36-37-38-39-40-42-43-44-45-46-47-48-50



As pretas acabam de jogar: (5-10)?...  
...e as Brancas fazem Dama!

Soluções do n.º CCCXLI  
N.º 1992D011 [Th.O.P.]: 1. 18-23, (19X8); 2. 35-30, (40X49=D); 3. 30-25, (49X21); 4. 21X5=D, (21-26\*); 5. 5-37, (17-21); 6. 16X27, (8-12 A); 7. 37-48 e 8. 48X8 e 9. 27-22+ A. Se: (26-17...); 7. 27-21...+  
N.º 1992D012 [J.-P.R.]: 1. 34-30, (24x35); 2. 33-29, (23x34); 3. 39x30, (35x24); 4. 25-20, (14x25); 5. 28-22 e 6. 32x5=D

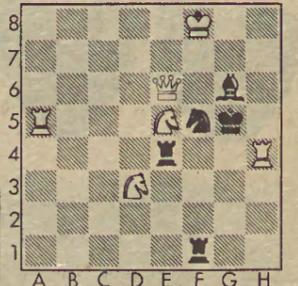
A. de M. M.

## XADREZ

CCCXLI - 6 de Fevereiro de 1992

Proposição n.º 1992X011  
Por: António Bottacchi  
L'Échiquier, 1928

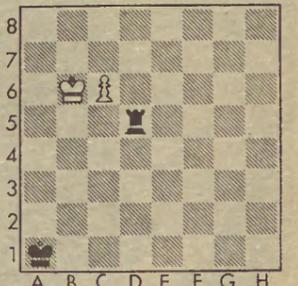
Pr.: [5]: Cf. 5 - Bg6 - Ts e 4, f1 - Rg. 5  
Br.: [6]: Cs.d3, e5 - Ts.a5, h4 - D6 - Rf8



Mate em 2 lances

Proposição n.º 1992X012  
Por: G. E. Barber & F. Saavedra  
Weekly Citizen, 1895

Por: [2]: Td5, Ra1  
Br.: [2]: Pç6 - Rb6



Branças jogam e ganham

Solução do n.º CCCXLI  
N.º 1992X011 [A.B.]: 1. Th6! 1... (Ch6; 2. Cf3++ 1... C7; 2. Cf7++ N.º 1992X012 [G.-E.B./F.S.]: 1. ç7, Td6+, 2. Rb5!, Td5+; 3. Rb4, Td4+; 4. Rb3, Td3+, 5. Rç2 e g.

A. de M. M.

## Tempo

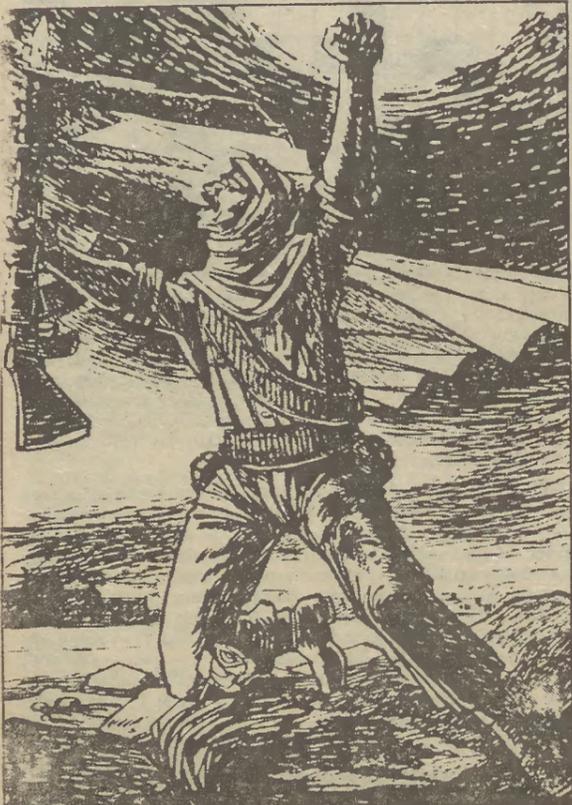
Céu muito nublado. Vento moderado de Sudoeste, com possibilidade de rajadas nas regiões Norte e Centro. Períodos de chuva mais frequentes no Norte e Centro.

Quarta, 21.30, Canal 1

**Solidariedade. Um valor e um combate inseparáveis das mais profundas e nobres tradições humanistas dos democratas e dos antifascistas.**

**Solidariedade com os povos que lutam, solidariedade com os povos que resistem.**

**Solidariedade. Hoje com Cuba**



هذا طريقي في الكفاح  
فيا أخي اتمم كفاخي



**VIETNAM  
SUMMER  
1967**

Un film de Heynowski et Scheumann/Peter Hellmich R.D.A.

UNI/CITÉ

**une minute d'obscurité  
ne nous aveugle pas**

*Chili aujourd'hui*



# SOLIDARIEDADE



En alto la bandera del internacionalismo  
Hoise high the banner of internationalism  
Le drapeau de l'internationalisme est hissé



**ANTIIMPERIALISTISCHE SOLIDARITÄT**

**COMO EN VIETNAM**  
**TENACIDAD, ORGANIZACION, DISCIPLINA,**  
**HEROISMO DIARIO EN EL TRABAJO**

"DIEZ AÑOS DE LUCHA ANTIYANQUI DEL PUEBLO VIETNAMITA, DIEZ MILLONES DE TONELADAS DE AZUCAR".

Comité Cubano de Solidaridad con Viet Nam del Sur



**FREEDOM FOR NELSON MANDELA**  
 AND ALL POLITICAL PRISONERS OF SOUTH AFRICA!

During my lifetime, I have dedicated myself to the struggle of the African people. I have cherished the ideal of a democratic and free society in which all persons live together in harmony and with equal opportunities. It is an ideal which I hope to live for and to see realized in my lifetime.

I begin to believe that I have been called to do a great task. I am prepared to die for it.

Struggle to the death.

**NICARAGUA TAGE**

nicht durch

Donnerstag 22. Juni  
 Freitag 23. Juni  
 Samstag 24. Juni  
 Sonntag 25. Juni

Veranstaltung  
 ...



# a talhe de FOICE

## A arena

*Arena - lugar, no circo, onde combatiam os gladiadores; recinto circular onde se correm touros; liça; anfiteatro; contenda; debate; discussão; estocada; redondel...*

*Estes os significados possíveis duma palavra que, a partir de agora, e com a superior autorização do senhor comissário Cardoso e Cunha, os portugueses podem passar a usar para designar a Comunidade Europeia. A revelação foi feita a um núcleo restrito de quadros empresariais, na Venda Nova: «A Comunidade é... uma arena onde toda a gente passa a vida a espetar respeitosamente facas nos outros».*

*Destinou-se a informação a espicaçar os empresários portugueses, de forma a puxarem dos lusos brios nestas liças comunitárias e a encarem os respectivos parceiros com a genica ribatejana que faz as delícias da festa brava. Preocupado com a possibilidade dos nossos homens de negócios terem caído na esparrela das tretas da solidariedade a Doze e das facilidades do mercado único destinadas ao Zé Povinho, Cardoso e Cunha fez questão de alertar a classe com a máxima clareza. Foi mesmo ao ponto de aconselhar a selecta audiência a colocar no espelho da casa de banho a inscrição que segue: «Eu valho um quarto do que vale um cidadão alemão». Objectivo? Estimular o mais que humano existe em cada um, forçar o arregaçar das mangas e o arregar dos dentes, invocar os ancestrais espíritos conquistadores, soltar o grito de combate e saltar para a arena a enfrentar as feras.*

*De preferência munidos com basta facaria, golpes sujos e truques por baixo da mesa que na arena, perdão, na Comunidade vale tudo e longe vão os tempos em que, como bem lembrou Cardoso e Cunha, se pensava não ser «fino» nem «chique» lutar pelos interesses nacionais. Espera-se agora que o comissário apareça um destes dias na televisão, de preferência à hora da telenovela, a informar os portugueses das atitudes a tomar para enfrentar com sucesso os adversários europeus. Em voz off, Artur Albarran pode fazer uma retrospectiva das práticas mais useiras dos nossos parceiros nestas coisas de passar a perna aos outros e, em estúdio, sugere-se que o sempre prestável Nuno Rogeiro faça uma demonstração prática de como levar ao tapete quem se atreva a tentar pôr em causa a nossa supremacia.*

*Não nos restam quaisquer dúvidas de que, após esta campanha de esclarecimento, os portugueses passarão a olhar para os seus representantes como verdadeiros heróis. E quando Cardoso e Cunha - ou qualquer outro gladiador - desembarcar no aeroporto da Portela, terá a esperá-lo milhões de concidadãos para aclamar quantos rabos e orelhas o nosso lidador tiver cortado para honra e glória da equipa nacional.*

*Para Cavaco Silva, naturalmente, está reservada a maior de todas as faenas. Quando da próxima vez presidir ao circo, perdão, à cimeira comunitária, não lhe faltarão capas e «trajos de luzes» bordados com desvelo pelas velhinhas de todo o país. E à hora exacta em que desferir a estocada final na fera da Europa, Portugal fará ouvir numa só voz: Olé!*

■ AF

## ÚLTIMAS

# Novo protesto do PCP contra a RTP

O PCP apresentou, na passada segunda-feira, à Alta Autoridade para a Comunicação Social uma nova queixa contra a RTP/1 com base no silenciamento nos principais serviços noticiosos daquele canal de um importante conjunto de tomadas de posição e iniciativas realizadas pelo Partido no período compreendido entre 21 de Janeiro e 2 de Fevereiro.

Em carta enviada à AACS salienta-se que a RTP/1 ignorou e silenciou completamente:

- a conferência de imprensa da Comissão Política, realizada em 21 de Janeiro, sobre a proposta de Orçamento de Estado para 1992;

- as sessões de encerramento, abertas à comunicação social, dos Encontros de Quadros dos distritos de Lisboa e de Setúbal, realizadas em 25 de Janeiro, com intervenções, respectivamente, de Álvaro Cunhal e Carlos Carvalhas, bem como a sessão de encerramento, com intervenção de Carlos Carvalhas no encontro de quadros do Algarve, realizada em 2 de Fevereiro.

Na referida queixa, assinala-se também que outras importantes tomadas de

posição do PCP, tendo sido objecto de reportagem da RTP, foram noticiadas apenas no «jornal» das 13 horas, sendo escamoteadas no Telegiornal - o serviço noticioso de maior audiência, - como aconteceu com a conferência de imprensa da Comissão Política sobre o problema da toxicodependência em Portugal, realizada em 29 de Janeiro e com a conferência de imprensa realizada em 31 de Janeiro, no final de uma reunião de Presidentes de Câmara eleitos pelo PCP sobre os graves reflexos da proposta de OE para 1992 para o poder local democrático.

Na queixa apresentada, salienta-se que «todas estas iniciativas, pela sua temática, características e nível de responsabilidade política da sua promoção reúnem evidentes elementos de actualidade e interesse informativo e correspondiam a parâmetros normais dos chamados «critérios jornalísticos».

O PCP salientou junto da AACS que o que «não se deve perder de vista é que a RTP, assegurando quotidianamente um diligente acompanhamento das actividades e decisões governamentais, se permite ao longo de quase 15 dias silenciar relevantes actividades de tomadas de posição de um partido da oposição.»

Na carta enviada ao presidente da Alta Autoridade, o PCP destaca que a situação resultante deste procedimento da RTP se traduz em que «tendo o PCP, através do citado conjunto de iniciativas tomado posição sobre candentes problemas nacionais e exercido uma regular intervenção e actividade na vida política nacional, entretanto, por força de silenciamentos televisivos, para a maioria dos cidadãos, cuja fonte praticamente exclusiva de informação é a televisão, é como se o PCP estivesse paralisado e silencioso, ficando assim facilitado o caminho para a mediática imposição da propalada ideia de uma inexistência de oposição e da imagem de um PCP em «crise» profunda em que a RTP tantas vezes insiste.»

O PCP chama ainda a atenção da AACS «para que a combinação dos efeitos dos defeituosos critérios patentes na orientação dos serviços noticiosos da RTP/1 com a prolongada não promoção de debates de composição multipartidária sobre os problemas nacionais, designadamente no Programa «Primeira Página», corresponde a uma situação gravemente lesiva de princípios e valores fundamentais da vida democrática do País.»

# PCP e UDP propõem abolição da portagem na Ponte 25 de Abril

Subscrito pelos deputados José Manuel Maia (PCP) e Luís Fazenda (UDP) foi entregue na Mesa da Assembleia da República um projecto de lei que elimina a portagem na Ponte 25 de Abril.

Na base desta iniciativa, de acordo com os seus autores,

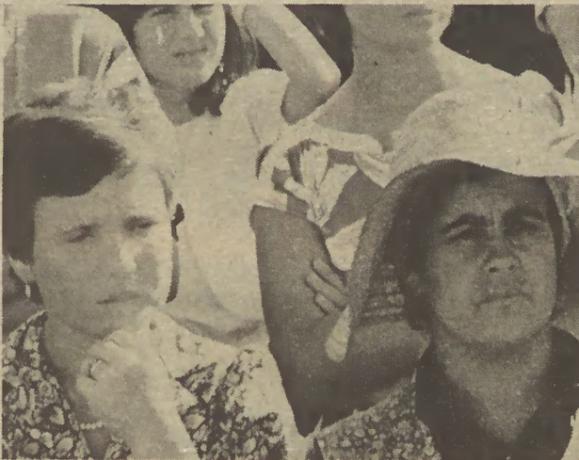
está a consideração de que a existência de portagem congestiona o elevado número de tráfego rodoviário, com os custos daí inerentes quer para a celeridade do trânsito, quer em termos de desperdício de combustível e excesso poluente.

No preâmbulo do diploma

faz-se igualmente notar que a circulação diária de milhares de pessoas por aquele eixo que liga as duas margens do Tejo constitui hoje uma necessidade imprescindível à circulação rodoviária urbana e suburbana à escala metropolitana, tendo simultaneamente deixado de fazer senti-

do os objectivos invocados na legislação que impôs o regime de portagem.

De acordo com o articulador do projecto, caso este venha a ser aprovado, a sua entrada em vigor ocorrerá com o Orçamento de Estado para 1992.



## «A Mulher e o Poder Local» 15 anos depois

Um encontro sobre «A Mulher e o Poder Local» vai ser organizado conjuntamente, no próximo mês Novembro, em Setúbal, pelo Movimento Democrático de Mulheres (MDM) e pela Associação de Municípios daquele distrito.

A iniciativa insere-se no quadro da comemoração dos 15 anos do Poder Local eleito e foi decidida depois de uma delegação do MDM ter reunido, a seu pedido, com a Associação de Municípios do Distrito de Setúbal.

O estreitamento da cooperação entre as duas estruturas foi outra decisão tomada depois daquilo a que um comunicado do MDM chama de «proveitosa troca de opiniões sobre problemas relacionados com a participação e envolvimento das mulheres na área do desenvolvimento regional e da sua inserção na vida política, social e local».

O MDM de Setúbal tem vindo a manter reuniões com entidades locais, tendo há algumas semanas reunido com o governador civil do Distrito, tal como oportunamente noticiámos.

## JCP propõe substituição da PGA

Foram 122 mil estudantes que na passada segunda-feira fizeram Prova Geral de Acesso, facto que a Organização do Ensino Secundário da JCP lamenta «já que ela não passa de uma prova seleccionadora que contraria a letra e o espírito da Lei de Bases do Sistema Educativo».

Em vez da PGA, os jovens comunistas propõem, «enquanto não se acabar com o numeros clausus, que seja feita uma prova de capacidade que esteja de acordo com a Lei de Bases, e seja simultaneamente de âmbito nacional e comum aos mesmos cursos».

A JCP considera inadmissível que ao fim de três anos experimentais da PGA, o Governo teime em não admitir o fracasso da prova. Por outro lado, «surtem novas preocupações num momento em que o Governo pretende tornar eliminatórias as provas específicas».

Está estrutura de jovens comunistas critica ainda o

PSD por, ao fim de 12 anos à frente do Ministério, ter mostrado pouco interesse em resolver o problema do numeros clausus. «Apesar de se argumentar que não existem condições para aumentar a capacidade do Ensino Superior, a verdade é que se diminuem as verbas no ensino público e apoia-se escandalosamente o ensino privado, que triplicou o seu número de vagas nos últimos quatro anos».

Para a JCP, «esta situação é injusta para os jovens e causadora de atrasos para o País, que nesta área se distancia dos restantes países da CEE, onde a percentagem de jovens dos 18 aos 25 que frequentam o Ensino Superior ronda os 30 por cento, enquanto este índice em Portugal não ultrapassa os 14 por cento».

Assim, para além do fim imediato da PGA, a JCP exige que, num prazo de três anos, seja progressivamente abolido o numeros clausus.